



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

AUDITORIA PÚBLICA MUNICIPAL: Uma Perspectiva Holística sobre as Atuações das Auditorias Municipais Brasileira, com foco no Estado de Alagoas/Brasil

ROGÉRIO TAVARES LIMA

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão
para obtenção do grau de Mestre em Gestão

Orientadora: Doutora Helena Curto.

LISBOA

2013

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar o processo de auditoria pública em municípios do Estado de Alagoas/Brasil, com ênfase na análise dos resultados. Realizando a pesquisa através da análise dos relatórios de auditoria disponibilizados pelo Tribunal de Contas de Alagoas, e identificando quais são os principais problemas enfrentados, assim como os pontos onde ocorrem erros ou fraudes, além de conhecer como o processo de auditoria é realizado. Compreendendo a Auditoria Pública como o conjunto de levantamentos, onde há o estudo e a avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação. Sabendo-se que a execução do processo de auditoria acontece por meio da aplicação dos procedimentos de auditoria, eles são utilizados para se obter evidências ou provas que fundamentarão o relatório de auditoria. Através de técnicas e métodos foi possível conseguir elementos probatórios, de forma suficiente e adequada, para fundamentar as hipóteses levantadas no trabalho, opiniões e recomendações quando da elaboração do relatório de auditoria. As auditorias destacam-se por permitirem o controle do patrimônio público, esse controle tem o importante papel da transparência nas ações governamentais, para que a sociedade possa acompanhar os casos através da apresentação periódica de relatórios de execução e gestão pública.

Palavras-chave: Auditoria Pública, Gestão Pública, Controle Externo, Relatórios de Auditoria

ABSTRACT

This study aims to investigate the process of public audit in municipalities in the State of Alagoas / Brazil, with emphasis on the analysis of the results. Conducting research by examining the audit reports provided by the Court of Alagoas, and identifying what are the main problems, as well as the points at which errors or fraud, in addition to knowing how the audit process is conducted. Understanding the Audit Office as the set of surveys, where there is the systematic study and evaluation of transactions, procedures, routines and financial statements of an entity in order to provide its users an unbiased opinion and based on norms and principles on their suitability . Knowing that the execution of the audit process happens through the application of audit procedures, they are used to obtain evidence or proof to base the audit report. Through techniques and methods it was possible to get evidence of a sufficient and appropriate to support the hypotheses at work, opinions and recommendations when preparing the audit report. The audit noted for allowing control of public assets, this control has the important role of transparency in government actions, so that society can follow cases through regular reports on implementation and public management.

Keywords: Audit Office, Public Management, External Control, Audit Reports

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar e conceder a sabedoria necessária a minha vida. Obrigado Senhor, pois hoje tenho convicção que quando acreditamos em algo devemos lutar e nunca desistir de nossos ideais.

A minha família, pelo incentivo e apoio durante toda elaboração deste trabalho.

A minha esposa, agradeço pelo amor e a compreensão nos momentos difíceis da minha vida.

Ao meu filho, pelo carinho, apoio e amor incondicional.

Aos meus pais, pela minha educação, compreensão e incentivo.

A Professora Doutora Helena Curto, minha orientadora, pelos ensinamentos, competência, estímulos e conhecimentos sobre o tema.

A todos, os professores que ministraram este curso, muito obrigado pelo carinho e respeito e ensinamentos que servirão para engrandecer á minha vida.

A todos os meus colegas, agradeço pela amizade e companheirismo durante o período que foi ministrado este curso.

Ao amigo Professor Doutor Antonio Carlos Silva Costa, pela ajuda neste trabalho.

Ao meu amigo Doutor Jose Alves Damasceno que sempre incentivou os meus estudos e deu apoio para que pudesse concluir este trabalho.

"Age de tal modo que a máxima da tua ação se possa tornar princípio de uma legislação universal."

(Immanuel Kant)

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
EPÍGRAFE	iv
Índice de Tabelas.....	vii
Lista de abreviaturas.....	vii
INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e Estrutura da Dissertação.....	2
1.2 Formulação do Problema	3
1.3 Hipóteses	3
1.4 Objetivos	4
1.4.1 Objetivo Geral	4
1.4.2 Objetivos Específicos	4
1.5 Justificativa	5
PARTE I - REVISÃO DE LITERATURA.....	6
CAPITULO I – A AUDITORIA PÚBLICA E SEU PAPEL NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS	6
1.1 O desenvolvimento histórico das Auditorias no Brasil.....	9
1.2 Formação do Conceito de Auditorias	12
1.3 O Processo e a Classificação da Auditoria	16
CAPITULO II – AUDITORIA E CONTROLE NO BRASIL.....	26
2.1 A Auditoria Global e Governamental.....	30
2.2 A Auditoria Pública e o Controle Interno.....	33
2.3 A Auditoria Pública e o Controle Externo.....	38
CAPITULO III – A PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AUDITORIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS/BRASIL.....	42
3.1 O Funcionalismo da Auditoria Municipal	45
3.2 Contabilidade, Fiscalização e Controle.....	54
3.3 Atuação da Auditoria Pública nos Municípios.....	56
PARTE II - METODOLOGIA.....	63
CAPITULO IV – RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS.....	63
4.1 Coleta de Dados	64
4.2 Metodologias de Pesquisa.....	65
4.3 Hipóteses em investigação.....	67
CAPITULO V – ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E REFLEXÃO DOS RESULTADOS.....	72
5.1 Análise, interpretação e reflexão dos resultados das Auditorias nos Municípios.....	73
5.2 Contribuições do Estudo de Caso	77
5.3 Limitação da Investigação	78
5.4 Proposta para Futuras Investigações	79

CONCLUSÕES.....	80
1. Conclusão das Hipóteses.....	81
2. Proposta de novas investigações.....	83
 REFERENCIAS	 84
Bibliografia	84
WEB Grafias	86
Demais fontes bibliográficas.....	86
 Anexos e Apêndices.....	 87

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 01- Registros Históricos Relacionados a Origem da Auditoria Attie (1998, p. 28).....	11
Figura 02 – Classificação da Auditoria Araújo et al (2008).....	16
Figura 03 – Processo de Auditoria (TCU).....	20
Figura 04 - Controle, Fiscalização e Auditoria TCU (2012, p.9).....	56
Tabela 01 - Comparação dos Relatórios.....	75
Tabela 02 -Tipo, Método e Cumprimento da A.D.C.T.....	76
Tabela 03 - Inspeção, Distribuição e Processos Licitatórios.....	77

Lista de abreviaturas

Abreviaturas:

Op. Cit – Obra citada anteriormente

Idem – igual

Idem, Ibidem – igual, novamente

p. – página

apud – Citado por

art. – artigo

EC - Emenda Constitucional

Siglas:

AICPA - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados

AL - Alagoas

BA – Bahia

BC – Banco Central

CCTI – Coordenação de Tecnologia da Informação da Corte de Contas

CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CGU – Controladoria Geral da União

CN – Congresso Nacional

Embratur - Instituto Brasileiro do Turismo

EFS - Entidades Fiscalizadoras Superiores

ICMS – Imposto de circulação de mercadorias e serviços

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

INTOSAI – International Organization of Supreme Audit Institutions

ISC/CPLP – Organização de Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ISSN – International Standard Serial Number

OMS - Organização Mundial de Saúde

OMT - Organização Mundial do Turismo

OLACEFS – Organización Latino Americana y del Caribe de Entidades

PE - Pernambuco

STF – Supremo Tribunal Federal

TCE ou TC's – Tribunal de Contas do Estado

TCE/AL – Tribunal de Contas de Alagoas

TCE/PE – Tribunal de Contas de Pernambuco

TCE/BA – Tribunal de Contas do Estado da Bahia

TCE/SE – Tribunal de Contas de Sergipe

TCU – Tribunal de Contas da União

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

ONU – Organização das Nações Unidas

OGU – Ouvidoria Geral da União

PPA – Plano Plurianual

PEA - População Economicamente Ativa

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios enfrentados pelos gestores públicos é otimizar os recursos e a auditoria revela-se como uma grande aliada, que contribui para melhor aplicação e utilização dos recursos públicos.

A auditoria e o controle interno têm o papel de auxiliar o administrador na tomada de decisões, por meio de relatórios e pareceres, bem como, colaborar para evidenciar o erro, omissão ou fraude, salvaguardando o patrimônio da entidade.

De acordo com Aguiar (2005), a existência de controles internos sólidos, consistentes e que sejam realmente utilizados pelos órgãos públicos é condição básica para prevenir eventuais práticas de corrupção.

Na prestação de contas de um ente público é primordial a execução do controle externo por parte do Tribunal de Contas, que utilizando a fiscalização através de procedimentos de auditoria, buscará de forma objetiva e minuciosa determinar os principais resultados do serviço do ente público.

A contabilidade pública possui um importante papel frente à sociedade, cabendo a ela a demonstração exata dos atos e fatos pertinentes à gestão pública, evidenciando de forma precisa e acessível a todo cidadão as ações governamentais, cumprindo sua finalidade de ciência social.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente trabalho introduz os estudos apontando as principais hipóteses e problemas do referido caso, assim como a justificativa da investigação e a definição dos objetivos e das hipóteses em investigação.

Feita a Introdução, apresentamos os fundamentos teóricos, com a intenção de configurar a forma e os métodos utilizados na pesquisa. Analisamos no Capítulo I a Atuação das Auditorias públicas e o seu papel perante as organizações brasileiras, assim como se deu o desenvolvimento histórico, a sua formação, os conceitos mais aplicáveis, as etapas que lhes sucedem e por fim sua classificação.

No Capítulo II observamos a Auditoria especificamente enquanto instrumento de Controle Social no Brasil, através da análise da Auditoria Pública Governamental e dos seus respectivos instrumentos de Controle Interno e Externo.

Em seguida, e diante da perspectiva Holística podemos identificar a visão ampliada da auditoria pública nos Municípios do Estado de Alagoas, no Brasil, referidos no trabalho a título comparativo e exemplificativo, do rol limitado de ações da auditoria pública. Assim como o seu funcionalismo, a Contabilidade, a Fiscalização, e o controle de atuação dos auditores, dentro da limitação que têm.

Demonstrando as pesquisas dos Municípios que foram recolhidas e analisadas, através de metodologia bibliográfica identificar a real necessidade da ampliação de fiscalização e auditoria, ao tempo em que se verifica a legislação e normatividade vigente, relacionando as falhas e acertos através de gráficos estatísticos, como resta demonstrado no Capítulo IV.

No Capítulo V, o último, apresentamos as Conclusões chegadas neste trabalho, assim como os resultados de validade das hipóteses apontadas inicialmente.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A auditoria é uma técnica de grande importância tanto para as organizações públicas quanto privadas, através dela é possível identificar e verificar se ações estão sendo realizadas conforme as normas, regras, orçamentos e objetivos.

Na área pública, ela contribui para a melhoria da gestão dos recursos governamentais em proveito da coletividade, para tanto é necessário que o auditor realize a auditoria e apresente os devidos relatórios.

Pretende-se, através do presente trabalho analisar o seguinte problema: **Como melhorar a eficiência e eficácia das auditorias utilizando uma visão holística de auditoria nos municípios de Alagoas?**

Para análise e resolução do problema de pesquisa foram investigadas as variáveis apresentadas: a) Resistência à mudança; b) Qualificação dos profissionais; c) Grau de resistência; d) Grau de resistência política; e e) Eficácia dos relatórios.

1.3 HIPÓTESES

- 1 A resistência à mudança afeta negativamente a eficácia dos relatórios;
- 2 A qualificação dos profissionais afeta positivamente a eficácia dos relatórios;
- 3 O grau de resistência política afeta negativamente a eficácia dos relatórios.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de auditoria pública em municípios de Alagoas com ênfase na análise dos resultados, tendo por objetivo geral encontrar o melhor modelo de auditoria na vertente eficácia e eficiência.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Descrever a metodologia empregada nos processos de auditoria pública;
- Analisar os relatórios de auditoria de quatro municípios do Estado de Alagoas;
- Apresentar as informações mais relevantes do processo de auditoria de quatro municípios do Estado de Alagoas.

1.5 JUSTIFICATIVA

A implementação de auditorias na gestão municipal contribui para o aperfeiçoamento das práticas administrativas e do sistema de controle interno da administração pública, uma vez que a auditoria atua diretamente como forma de fiscalização efetiva da ação governamental.

Um dos principais problemas enfrentados pela Administração Pública é a corrupção, e para que ela seja minimizada e até mesmo deixe de ser um fato comum, necessita-se de uma auditoria que examine e avalie eficazmente a gestão pública, colaborando dessa maneira para a melhoria do gasto público, dos serviços públicos e da prestação de contas.

A Auditoria Global é uma das soluções para responder à atual demanda de informação da sociedade, no que tange ao resultado da aplicação dos recursos públicos, pois essa Auditoria irá representar de forma mais eficiente a realidade dos órgãos auditados. A Auditoria Global tem como uma de suas principais características extrapolar a visão e o alcance da auditoria para enfoques de equidade, ética e ecologia.

Segundo a previsão do Dr. Malaxechevarria, a auditoria governamental deixará de pertencer ao domínio exclusivo dos profissionais administrativo-financeiros, os atuais auditores, e dela certamente deverão participar, pelo menos, cinco novos profissionais, a saber: auditor-jurídico auditor-engenheiro, auditor-economista, auditor-ambientalista e o auditor-sociólogo.

O desenvolvimento desse tema contribuirá de forma significativa para o aprimoramento dos processos de auditoria, pois através do mesmo será possível identificar os principais achados de um relatório de auditoria pública municipal, bem como suas eficiências e deficiências.

Por fim, merece ser destacado que a auditoria tem a capacidade de influenciar o desempenho da gestão e até mesmo melhorá-lo.

PARTE I - REVISÃO DE LITERATURA

CAPITULO I – A AUDITORIA PÚBLICA E SEU PAPEL NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

O desenvolvimento econômico dos países, através do enorme crescimento de empresas e da expansão de suas atividades ajudaram de forma única na evolução da auditoria, além do surgimento da globalização que proporcionou a expansão dos mercados e da inter relação entre países.

Esse avanço globalizado dos mercados e o acirramento da concorrência fizeram com que as empresas fossem impulsionadas a aprimorar ainda mais os controles e procedimentos internos de seus serviços, para reduzir custos e enaltecer sua eficiencia.

Para Araújo (2006, p. 13), a origem da palavra auditoria vem do latim *audire* e significa “ouvir”. Na língua inglesa esse termo foi traduzido para a palavra *auditing*, e, inicialmente, e era usado para designar: “o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos procedimentos contábeis”

Na atualidade, evidenciamos a auditoria que não se satisfaz apenas do conceito contábil, e encara a realidade através de uma visão holística e ampla, quanto a isso Araújo (2006, p. 13).define auditoria como “a ação independente de se confrontar uma determinada condição com um critério preestabelecido, que se configura como a situação ideal, para que se possa opinar a respeito”.

O *Report of the Committe on Basic Auditing Concepts of de American Accounting Association (Accounting Rewiew, v.47)* define auditoria como um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aquilatação do grau de correspondência entre as afirmações e critérios estabelecidos, e de comunicação dos resultados a usuários interessados.

Os autores Boynton; Johnson e Kell (2002) realizaram uma análise da definição adotada pelo *Report of the Committe on Basic Auditing Concepts of de American Accounting Association* e chegaram a alguns comentários, entre eles sobre o processo sistemático, sobre obtenção e avaliação de seus objetivos, sobre

as afirmações, sobre o grau de correspondência, sobre os critérios estabelecidos etc.

O *Processo sistemático* dá uma conotação de uma série de passos ou procedimentos lógicos, estruturados e organizados. Normas de Auditoria Geralmente Aceitas estabelecidas pelo Conselho de Normas de Auditoria fornecem orientação profissional sobre o processo.

A *obtenção e avaliação objetivas* significa exame da fundamentação das afirmações e avaliação criteriosa dos resultados, sem vieses ou concepções favoráveis ou desfavoráveis sobre o indivíduo (ou entidade) que faz as afirmações.

As *afirmações a respeito de ações e eventos econômicos* são as representações feitas pelo indivíduo ou entidade – o objeto da auditoria. Afirmações compreendem informações contidas nas demonstrações contábeis, em relatórios operacionais internos e em declarações do Imposto de Renda.

Na *avaliação sobre o Grau de correspondência* refere-se à quão proximamente as afirmações podem ser identificadas com critérios estabelecidos. A expressão *de correspondência* pode ser quantitativa (falta de determinada quantia em um fundo-de-caixa pequeno, por exemplo) ou qualitativa (adequação ou razoabilidade de demonstrações contábeis, por exemplo).

Os *critérios estabelecidos* são as normas pelas quais as afirmações ou representações são julgadas. Podem ser representados por regras específicas estabelecidas por um órgão legislativo, por orçamentos ou outras medidas de desempenho estabelecidas pela administração ou por Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA) estabelecidos pelo *Financial Accounting Standards Board (FASB)* e outras entidades que têm caráter “oficial” na profissão.

A *Comunicação dos resultados* materializa-se em parecer por escrito que indica o grau de correspondência entre as afirmações e os critérios estabelecidos, o qual aumenta ou diminui a credibilidade das afirmações.

Os *usuários interessados* são indivíduos que utilizam os resultados da auditoria. Em um ambiente de negócios, compreendem acionistas, administração, credores, agências governamentais e o público em geral.

De forma bastante simples, pode-se definir Auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade. Através da auditoria é possível identificar as deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro, além de apresentar recomendações para melhorá-los.

A *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI) apud Costa, Pereira e Blanco (2006, p. 206), no glossário que acompanha as suas normas de auditoria, define esta como: “Auditoria é o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas.”

Esta definição, virada para a auditoria do setor público alarga os objetivos e amplitude da definição do IFAC, indo muito além das contas como objetivo da auditoria.

Em seu manual de auditoria, o Tribunal de Contas apresenta a seguinte definição de auditoria, próxima da sugerida pela INTOSAI:

Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idônea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada (COSTA, PEREIRA & BLANCO, 2006, p. 207).

Contudo, os mesmos autores informam que a caracterização da utilidade da auditoria para os vários grupos envolvidos com as empresas e outras entidades é especialmente relevante para a delimitação das expectativas razoáveis sobre o grau de segurança aportado pelo auditor às contas, processos ou situações analisadas e sobre as quais formula uma opinião.

A existência de expectativas não satisfeitas “*expectation gap*” é um risco sempre presente quando se fala em auditoria. Sendo útil, a auditoria não pode, por si só, resolver todas as expectativas sobre a credibilidade da informação, a atuação dos gestores dentro da legalidade e a eficácia e eficiência no seu desempenho.

1.1 O Desenvolvimento Histórico das Auditorias no Brasil

Sabe-se que segundo o relato de historiadores havia nomeações de altos funcionários Imperadores Romanos, como altos funcionários responsáveis em supervisionar todas as operações financeiras dos administradores provinciais e prestar contas. Segundo o TCU (2012, p.6), talvez dela tenha surgido a palavra auditoria, que tem origem no latim, *audire*, e significa ouvir.

O surgimento da Auditoria não é matéria recente, porém ela obtinha outros formatos, porém sempre ligada à atividade de controle e fiscalização, que foram se desenvolvendo ao longo dos séculos, governos e sociedades.

Durante os Séculos XVI e VII antes de Cristo na Índia, o Código de Manu já fazia referências à ordem administrativa, principalmente sobre as finanças públicas, portanto nesse momento já era perceptível a presença de funções de auditoria pública. (TCU, 2012, p.6, *apud* D'Áuria, 1949 *apud* SLOMSKI, 2007).

Data-se que a criação do cargo de Auditor do Tesouro da Inglaterra, seja de 1314, (Portal da Contabilidade, 2013), chamados “embriões da *Cour des Comtes* e do *National Audit Office*”, claro que nesse período não se tratava o bem público da mesma forma como vemos no Brasil atualmente, mas de uma forma comum. Já os primeiros órgãos de controle governamental surgiram na França, em 1318.

Na Europa, onde o desenvolvimento social sempre esteve a frente dos demais países do mundo, como por exemplo, na Inglaterra, através de ato do Parlamento, o rei Eduardo outorgava direito aos barões para nomear seus representantes oficiais.

A aprovação dos auditores na Inglaterra era confirmada através de documentos que seriam os primeiros relatórios de Auditoria no mundo, denominados, “*Probatur sobre as Contas*”. Já a fiscalização das receitas públicas e do tesouro (conferência de valores monetários arrecadados e verificação da capacidade financeira dos cidadãos em função do elevado apetite do trono pelos gastos na corte). (TCU, 2012, p. 6, *apud* CRUZ, 1997).

A auditoria de pagamentos dos servidores públicos na Inglaterra, só ocorreu de fato a partir de 1559 através da Rainha Elizabeth I. Mas apenas em 1880, ou seja, quase três séculos depois, foi criada a primeira Associação dos Contadores

Públicos Certificados (Institute of Chartered Accountants in England and Wales, na Inglaterra, *in* Portal da Contabilidade, 2013).

Como podemos entender o processo de auditoria ocorreu de forma lenta e gradual, até mesmo em países mais desenvolvidos da Europa, mas ela de forma direta ou indireta acontecia, pois se tratava de uma necessidade já evidenciada nos primórdios das civilizações ocidentais.

Diferenciando-se do sistema inglês, outros países europeus, como por exemplo, na França, a auditoria era feita da seguinte forma, como relata Crepaldi (TCU, 2012, p.6-7) “os barões realizavam a leitura pública das contas de seus domínios, na presença de funcionários designados pela Coroa”.

Essa leitura, feita pelos barões, diante dos funcionários da Coroa, se tratava de uma espécie de auditoria, de controle ou prestação de contas do barão para com a Coroa, mediante o repasse de informações a seus funcionários correspondentes.

Não se sabe com exatidão a origem da auditoria, porém ela obteve impulso bastante importante de desenvolvimento, em países como a Inglaterra, gerados a enorme potência econômica desde a época das colonizações se tornando tempos depois a grande propulsora da Revolução Industrial.

Como a Inglaterra sempre foi um país dominante, conseguiu controlar o comércio mundial, através das grandes companhias de comércio, assim como também foi a primeira a instituir a taxa para o imposto de renda, baseado nos lucros das empresas, e que, portanto utilizou-se da auditoria de forma sistematizada para o controle desses serviços.

Surgiu em 1886 a primeira Associação dos Contadores Públicos Certificados (AICPA), de que se tem notícia nos Estados Unidos, e em 1894: formação do Instituto Holandês de Contadores Públicos. Mas apenas em 1934 foi estabelecido da Security and Exchange Commission (SEC) nos Estados Unidos, foi a partir da criação do SEC, que a profissão de Auditor assume importância e cria um novo estímulo.

Attie (1998, p. 28) apresenta, como tabela abaixo, a origem da auditoria remontando período anterior ao século XIV.

Figura 01 - REGISTROS HISTÓRICOS RELACIONADOS À ORIGEM DA AUDITORIA

DATAS	FATOS
?	Desconhecida a data de início da atividade de auditoria
1314	Criação do cargo de auditor do Tesouro na Inglaterra
1559	Sistematização e estabelecimento da auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I
1880	Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados (Institute of Chartered Accountants in England and Wales) na Inglaterra
1886	Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados (AICPA) nos Estados Unidos
1894	Criação do Instituto Holandês de Contadores Públicos
1934	Criação do Security and Exchange Commission- (SEC) nos Estados Unidos

Fo nte: ATTIE, William. Auditoria – *Conceitos e Aplicações*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1998, p. 28.

A auditoria teve novamente destaque no século XX, como consequencia do enorme crescimento da maior potência econômica de todos os tempos, os Estados Unidos da América, passado. O que foi um fator determinante da evolução da atividade de auditoria naquele país, o que acompanhou o crescimento das empresas e o aumento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos.

A exportação de capitais, por parte das nações economicamente mais evoluídas, foi responsável pelo gigantismo atingido pela profissão nos países de origem e pela sua disseminação no resto do mundo. De fato, ao criarem subsidiárias no exterior, as grandes empresas mandavam também seus auditores para que esses fiscalizassem a correta aplicação dos recursos, a apuração dos lucros e o retorno dos capitais investidos. Essa situação propiciou a abertura de filiais de firmas de auditoria nos países importadores de capital. Tais auditores, por sua vez, utilizando os elementos locais, concorreram decisivamente para a criação e o desenvolvimento da profissão, com as características do chamado contador público nos países onde se estabeleceram (FRANCO, 1992, in TCU, p.7).

A partir do momento em que as empresas começaram a ser administradas por delegação, tiveram que aprender a gerenciar estes recursos através de estratégias, e controle mediante a prestação de contas, conhecida como *accountability*.

A mudança de paradigma da auditoria deve ser acompanhada da mudança de perfil dos auditores, que devem deixar o enfoque de apenas inspecionar e rever atuações e decisões históricas para serem profissionais qualificados, conhecedores do negócio da organização, focadas no alcance de seus objetivos.

Sobre o surgimento auditorias no Brasil, segundo o Portal da contabilidade (2012), iniciaram-se com a expansão dos mercados, que acabaram resultando no crescimento da concorrência e do alto investimento das empresas em tecnologias. Diante dos novos desafios colocados diante das novas demandas as empresas tiveram que controlar mais suas atividades e procedimentos, como forma de reduzir os custos.

Causa principal da evolução da auditoria foi a do desenvolvimento econômico de outros países, e da expansão e crescimento das empresas produtoras que gerou a complexidade dos negócios e das questões financeiras. No Brasil, o surgimento do mercado de auditoria teve relação específica com o crescimento da indústria, e com a instalação de firmas estrangeiras, sendo que apenas em 1976 quando foi promulgada a primeira Lei das S/A no país, seguida da criação das normas de auditoria pelo Banco Central do Brasil, a criação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e a promulgação da (Lei 6.404), que trata das Sociedades Anônimas.

1.2 Formação do Conceito de Auditorias

Entende-se que uma Auditoria levada a efeito sobre atividades pretéritas, não se deve ater, tão só, na análise simples e estritamente impessoal julgada, no que, exclusivamente, diz respeito ao fiel cumprimento de normas específicas, devidamente pré-estabelecidas sob rigorosos e perfeitos parâmetros.

Auditoria é o exame científico, objetivo e sistemático das operações, processos, mecanismos de controle e sistemas de informação financeira, administrativa e operacional, tanto em relação ao passado, como em relação aos fatos em andamento.

Segundo o professor Araújo (2004, p. 13) o termo auditoria, etimologicamente falando, origina-se do latim *audire*, “ouvir”. Inicialmente os ingleses o traduziram como *auditing* pra designar, exclusivamente, o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos registros contábeis. Atualmente, os sentido permanece o mesmo, de uma forma geral, pois auditoria é a opinião imparcial daqueles que fiscalizam as contas públicas.

Tal tipo de aferição que se faz é sempre considerado correto, em razão de exclusivamente, ater-se aos pontos, bem assim aos critérios anteriormente estabelecidos, às normas gerais e às instruções.

Diz a respeito, o professor Antônio Carlos Ledroso de Siqueira, que:

No ser humano pleno, a aquisição da consciência é permanentemente renovadora, fundamentando-se no bom senso holístico que as pessoas com conhecimento generalizado e, via de regra, não cartesiano, detêm. É necessário, assim, ao se pretender um trabalho de julgamento, ou na idealização de uma atividade de controle, atentar para todos os detalhes e discutir, ampla e exaustivamente, os novos paradigmas que se modificam em cada instante, devido a velocidade que o progresso tecnol[ogico] impõe (Controle de Auditoria Governamental, ESAF, Brasília, 1996, p.24).

A verdade é para que o Estado possa iniciar um programa de controle de Auditoria, imprescindível se torna que seja revista toda uma série de portarias, normas, regulamentos, leis etc, as quais delimitam a capacidade de gestão dos encarregados pelos serviços próprios do executivo.

Para exemplificar essas normas, podemos citar que a Lei intimidadora e delimitadora da gestão, aquela outra que institui e regulamenta a administração pública, a que trata dos processos licitatórios tendo em vista a aquisição de bens e serviços, dentre outros previamente existentes.

Auditoria se trata do exame independente e objetivo de uma situação ou condição encontrada pelo auditor, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado. (TCU, 2012).

Ela deve ser realizada por pessoas com independência em relação ao seu objeto, de modo a assegurar imparcialidade no julgamento. O que significa a obtenção de julgamentos não tendenciosos, com precisão e objetivo, em que seja conservada a independência do auditor.

A excelência do trabalho da Auditoria será medido, justamente pelo desempenho que obtem diante dos resultados que apresenta e da qualidade de dados que fiscaliza.

O Auditor pode expressar sua opinião, de forma objetiva e direta a respeito do destinatário o qual esteja incumbido de fiscalizar, e refere-se à comunicação dos resultados como a obtenção do produto final de seu trabalho. Para tanto, o professor Inaldo Paixão Araújo (2004, p.13) ressalta que a auditoria é simplesmente, a comparação imparcial feita pelo auditor entre o fato concreto e o desejado, e forma de opinião e materializado através dos relatórios.

É necessário entendermos também que controle, fiscalização e auditoria não são sinônimos e cada um tem sua carga de importância para a administração pública.

A auditoria perpassa pelo controle e fiscalização dos órgãos de controle público, é por meio dela que acontece a prática do controle e da fiscalização aos órgãos e entes públicos. Ela é a ação independente de um terceiro sobre uma relação de accountability, objetivando expressar uma opinião, comentário e sugestões, já a auditoria é a verificação prática do cumprimento da accountability.

Art. 71, inciso IV, a Constituição menciona as inspeções e auditorias que se somam a outras formas de fiscalização contidas nos demais incisos:

IV. realizar [...] inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes [...], e demais entidades referidas no inciso II.

Auditoria é o conjunto de métodos, procedimentos e técnicas utilizados para realizar fiscalizações, se trata de uma das formas, não exclusiva, de se realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

No que pese aos comentários do ilustre professor Araújo, a *accountability* não será traduzido literalmente como responsabilidade, como na literalidade, pois no próprio Brasil faltam palavras para traduzi-lo (Araújo, 2004, p.14). Falta, então um conceito próprio da palavras *accountability* na língua portuguesa do Brasil, que em si traz a noção de comprometimento, de obrigatoriedade, de prestação etc.

Numerosos são os conceitos na doutrina para descrever a atividade da auditoria, mas a realidade é de que a auditoria pode ser definida, dentro de um conceito geral simplesmente como o exame científico, objetivo e sistemático das operações, processos, mecanismos de controle e sistemas de informação financeiros, administrativos e operacionais, em relação a fatos passados e atuais.

No âmbito da administração pública, o foco ao qual nos atemos nesse trabalho podemos entender que a auditoria se divide em três grandes grupos.

A primeira divisão é a auditoria de regularidade, que abrange a auditoria contábil e financeira e a auditoria de cumprimento, dentro dela podemos destacar como objetivos primordiais deste tipo certificar entidades responsáveis, emitir parecer sobre contas governamentais, auditar sistemas e operações financeiras, auditar o controle interno, a probidade e a propriedade das decisões administrativas entre outras.

A segunda auditoria do grande grupo é a de gestão/operacional consiste de revisões metódicas de organismos, programas, atividades ou segmentos operacionais de uma entidade, com a finalidade de avaliar e comunicar os recursos, que é a auditoria onde se pesa a economia, a eficiência e a eficácia da gestão.

A terceira e última auditoria do grande grupo é a auditoria integrada, a qual mantém seu conceito integrado a dois importantes princípios do gerenciamento público, o primeiro, diz respeito às boas decisões no setor público, onde os negócios devem ser conduzidos de modo a alcançar o melhor uso dos recursos públicos. E o segundo se baseia na responsabilidade e prudência daqueles que gerem os recursos públicos que lhes foram confiados.

Ambos os princípios logo acima ressaltados, poderão ser melhor especificadas de acordo com as classificações subsequentes.

1.3 O Processo e a Classificação da Auditoria

A classificação de qualquer ramo do conhecimento humano implica numa melhor avaliação e estudo do mesmo. Sendo essa uma premissa básica desde o princípio da filosofia. Encontra-se na literatura diversas classificações de tipos de auditoria e não existe uma classificação uniforme e que seja aceita por todos para esta importante atividade.

Para o presente trabalho utilizou-se a classificação didática proposta por Araújo et al (2008), ela é baseada em três critérios: Quanto ao campo de atuação, Quanto à forma de realização e quanto ao objetivo do trabalho.

A figura seguinte ilustra a classificação de Auditoria:

Figura 02 - CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA

CAMPO DE ATUAÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	OBJETIVO DO TRABALHO
Governamental ou pública	Interna	Contábil ou financeira
Privada	Externa	Operacional
		Integrada

Fonte: Baseado em Araújo et al (2008)

Quanto ao campo de atuação pode ser governamental ou pública ou privada. A Auditoria Governamental ou Pública é o tipo de auditoria que atua diretamente sobre a administração da República, já a Auditoria Privada é a auditoria cujo campo de atuação se dá no âmbito de iniciativa particular, que objetiva o lucro, de uma maneira geral. (Araújo, 1998, p. 18)

Quanto à forma de realização da Auditoria pode ser Interna ou Externa, a Auditoria Interna é a auditoria realizada por profissionais empregados da própria entidade auditada, portanto, parcialmente independente e que além das informações

contábeis e financeiras, se preocupa também com os aspectos operacionais. Normalmente, a auditoria interna se reporta à presidência da organização, funcionando como um órgão de assessoramento. (Araújo, p. 18)

A definição adotada pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução n. 780, de 24 de março de 1995, é exposta a seguir: “A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais, contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Attie (1992, p. 28) *apud* Araújo (1998, p. 19), menciona que:

A auditoria interna é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização. A proposta de auditoria interna é auxiliar os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Par tanto, a auditoria interna lhes fornece análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas.

Apesar de ser amplamente divulgada, não existe uma definição consensual do que vem a ser Auditoria Externa e usualmente, ela é utilizada como sinônimo de Auditoria Contábil.

Quanto ao objetivo do trabalho pode ser contábil, financeira, operacional ou integrada. A Auditoria Contábil ou Financeira consiste no exame dos registros contábeis, comprovantes, documentos e de outras evidências, de modo a suportar a expressão de um parecer sobre se as demonstrações ou informações financeiras são apresentadas de forma justa e de acordo como os princípios contábeis geralmente aceitos (BORGES E CAMPOS 1998, p. 9).

Ela pode ser aplicável tanto à área governamental, como à área privada. O conceito citado na Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, segundo Borges e Campos (1998, p.9), a define da seguinte maneira:

A Auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica.

A auditoria propriamente dita consiste na revisão sistemática dos registros contábeis de uma empresa ou organismo econômico de qualquer tipo.

Auditoria é a técnica contábil do exame sistemático dos registros, visando a apresentar conclusões, críticas e opiniões sobre as situações patrimoniais e aquelas dos resultados, quer formadas, quer em processo de formação (SÁ, 1993, p 22).

O autor defende ainda que a Auditoria Contábil ou Financeira envolve: A verificação da exatidão das operações; O exame dos comprovantes para estabelecer sua autenticidade e devida autorização; A exatidão do diário e da classificação das contas, determinando se cada conceito foi imputado devidamente à rubrica ou conta a que corresponde; A manutenção de princípios sãos e científicos.

O ajuste permanente da organização do trabalho, a fim de que ele tenha desenvolvimento regular, sem atrasos e com a devida proteção e controle interno.

A Auditoria Operacional consiste de revisões metódicas de organismos, programas, atividades ou segmentos operacionais de uma entidade, com a finalidade de avaliar e comunicar se seus recursos estão sendo usados eficientemente, e se estão sendo alcançados os objetivos.

De acordo com Borges e Campos (1998, p. 9) a Auditoria Operacional é a auditoria da economia, eficiência e eficácia, que tem por objetivo determinar se a entidade adquire, protege e emprega seus recursos financeiros, materiais e humanos de maneira econômica e eficiente, assim como se as causas de ineficiência ou de práticas antieconômicas, se a entidade tem cumprido as leis e regulamento aplicáveis em matéria de economia e eficiência;

O grau em que estão sendo alcançados os resultados ou benefícios previstos pela legislação ou definidos em um programa governamental, e a eficácia dos organismos, programas, atividades ou funções. Assim como se a entidade tem cumprido as leis e regulamentos aplicáveis ao programa.

Esse tipo de auditoria surgiu da necessidade de melhorar os informes apresentados pelos auditores no que se refere aos resultados da gestão privada e pública, em face das limitações das informações da gestão.

Os mesmos procedimentos e técnicas da Auditoria Financeira ou Contábil são utilizados na Auditoria Operacional para examinar os controles operacionais, a gestão e a estratégia da organização auditada, porém ela apresenta alguns complicadores que são citados por Araújo (1998, p. 36): a) As Dificuldades em determinar o escopo da auditoria; b) Ausência de parâmetros adequados; c) Complexidade na determinação dos critérios; d) Falta de pessoal qualificado; e) Limitações dos recursos; f) Dificuldades em estabelecer padrões de procedimento; e g) Relatórios não são padronizados.

Embora a Auditoria apresente esses complicadores, ela é um tipo de auditoria com amplo alcance, pois cobre todas as funções principais de uma organização. E apresenta com principais vantagens: proporcionar uma base para melhorar a administração do setor público ou privado; estimular a administração a introduzir procedimentos para auto-avaliação do seu desempenho.

Possibilita contar com informações necessárias no momento adequado; atuar em parceria com órgãos situados em outros níveis de controle; e definir previamente os procedimentos de fiscalização, mediante planejamento.

A Auditoria Integrada é o exame que proporciona uma avaliação objetiva e construtiva da extensão em que: recursos financeiros, humanos e materiais são administrados como o devido respeito à economia, à eficiência e à eficácia; e a obrigatoriedade de se responder pela responsabilidade e recursos confiados é cumprida de maneira satisfatória (BORGES e CAMPOS, 1998).

A Auditoria Integrada abrange os controles, processos e sistemas usados na gerência dos recursos financeiros, humanos, materiais e de informações da organização.

Podemos citar alguns dos conceitos encontrados sobre processo de auditoria para a melhor doutrina brasileira. Processo é o “Conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em produtos (saídas).” ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (2005, n. 3).

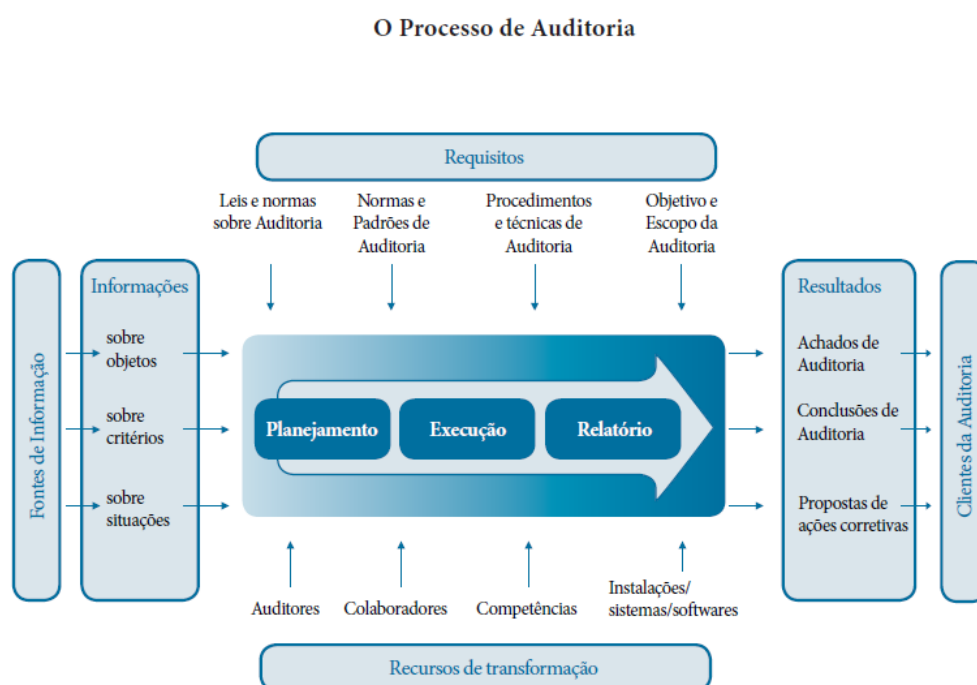
Processo também é algo que engloba funções, tarefas e atividades desenvolvidas em conjunto, em um dado momento, a fim de produzir um determinado resultado, como pode ser confirmado diante dos escritos de

MARANHÃO e MACIEIRA Metodologia IDEF - *Integration Definition for Function Modeling* (1970 apud MARANHÃO e MACIEIRA, 2004, p.61): “Conjunto de atividades, funções ou tarefas identificadas, que ocorrem em um período de tempo e que produzem algum resultado.”

A auditoria, enquanto processo com o intuito de avaliar uma determinada situação para configurar critérios pretendidos, por meio das evidências enquanto relatar os resultados desta avaliação a um destinatário predeterminado.

Vejamos como ocorre esse processo segundo o TCU:

Figura 03 - PROCESSO DE AUDITORIA



Fonte: TCU (2012, Módulo 1 - Aula 1 - Tópico 3, p.7).

São requisitos para o Processo de Auditoria integrada/governamental, as normas de auditoria emanadas dos órgãos regulamentadores, assim como as leis, normas e regimentos em geral, que digam respeito aos órgãos de controle interno e externo, nos padrões estabelecidos pela respectiva entidade de controle, no TCU ou TCE's.

Para que ocorra o processo de auditoria integrada é necessário que haja o planejamento, envolvendo o conhecimento e a organização, a execução do trabalho

de campo com as visitas, recolhimento de evidências e desenvolvimento, a elaboração e apresentação do relatório, e o acompanhamento das recomendações.

São fornecedores do processo de auditoria os provedores das “informações requeridas”. Segundo o TCU (2012, p.8), estes fornecedores são denominados “fontes de informações” e são sistemas organizacionais do Governo Federal, legislação e normas específicas, órgãos de controle e gestores públicos, mídia etc.

São diversos os fatores que contribuem para a determinação da abordagem apropriada de auditoria integrada/governamental, sendo a natureza do órgão, a história e o estágio, as influências interna e externas, a natureza da atividade, a estrutura organizacional, e a competência legal de relação do auditor.

Para que sejam definidos os órgãos da definição ou seleção do órgão/entidade a ser auditado poderão ser considerados o grau de importância no contexto, o volume de recursos geridos, os indícios de deficiências ou insuficiências, os indicadores obtidos dos demonstrativos, informações veiculadas pelos meios de comunicação, ocorrência recente de criação, transformação ou processo de extinção, de lapso temporal desde a última inspeção, e a existência de áreas críticas já identificadas anteriormente.

Quanto aos recursos do processo, segundo o TCU (2012, p.8) dizem respeito a todos os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para realizar o trabalho de auditoria, incluindo as competências técnicas em termos de conhecimento, habilidades e atitudes dos auditores e demais profissionais que concorrem para a produção do resultado da auditoria.

Quanto aos produtos do processo, são as informações agregadas, transformadas e documentadas em pareceres e relatórios. São as constatações ou achados, as avaliações, opiniões e conclusões e as recomendações ou determinações propostas.

Os clientes desse processo de auditoria, segundo o TCU (2012, p.8) são as entidades ou a pessoa que requisitou a auditoria e que vai analisar criticamente os resultados, podendo, inclusive, ser o próprio auditado.

Normalmente são os órgãos ou as pessoas que compõem a gestão superior da entidade, conselhos de administração e fiscal, e, no setor público em particular,

os dirigentes públicos, os relatores e colegiados de tribunais e conselhos de contas, os chefes de poderes, o parlamento e, em última instância, a sociedade.

Diferencia-se, portanto da auditoria realizada no setor privado, vejamos no que explicita o TCU (2012, p.9):

O processo de auditoria no setor público não é diferente do processo de auditoria em geral. Consiste na utilização de um método estabelecido e na aplicação de um conjunto de procedimentos e técnicas com o objetivo de se obter informação e conhecimento para subsidiar as conclusões, opiniões e propostas do auditor sobre resultados, desempenho e regularidade da gestão de organizações, programas e atividades governamentais.

A auditoria realiza-se basicamente sobre três pilares principais: o planejamento, com suas especificações e compreensões do órgão ou entidade auditada, a investigação preliminar “in loco”, e a elaboração do relatório preliminar do plano; depois disso a execução, que é a responsável pela preparação dos programas, pela realização dos testes e obtenção de evidências, pelo desenvolvimento de achados e pela preparação do esboço do relatório; e finalização do trabalho por meio dos relatórios esquematização e apresentação.

O método utilizado na auditoria segundo o TCU (2012, p.9) é o modo, formalmente estabelecido, de executar o trabalho de auditoria, incluindo o planejamento, a execução e a comunicação de resultados (normas, padrões, manuais, técnicas metodológicas).

Segundo a teoria da agência, os conflitos de agência aparecem quando o bem-estar de uma parte – o proprietário – denominada principal, depende das decisões tomadas por outra, responsável pela gestão do patrimônio do principal, denominada agente (TCU, 2012, p.10).

No *caput* do artigo 70, estão especificados os grandes critérios com para a realização da auditoria que sejam a legalidade, a legitimidade: adequação ao interesse público; e a economicidade.

O planejamento da auditoria é a identificação antecipada dos objetivos a alcançar, estabelecer metas preparar programas adequados de trabalho para cada fase

Na Classificação baseada no objeto de auditoria, o tipo de objeto sobre o qual a auditoria recai é utilizado como referencial para indicar o tipo de auditoria realizado. Usualmente podemos identificar nesse tipo de auditoria a contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial; a de gestão de riscos/controles internos; de contas (de gestão e de tomada de contas especial); de programas; de pessoal; de obras; de TI (ou de sistemas); assim como a de qualidade e a ambiental etc.

Para a Classificação baseada na vinculação a vinculação da unidade/entidade de auditoria em relação à entidade auditada, podendo ser interna, dentro a própria estrutura da entidade, ou externa por meio de uma organização independente da entidade. O que no Brasil subdivide-se em controle interno ou externo, onde poderemos observar no capítulo específico neste trabalho.

Ressalte-se a Classificações adotada pela Controladoria-Geral da União trazida, que segundo o TCU (2012) descrita pelo Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Manual do SCI), aprovado pela IN SFC Nº 01/2001, classifica as atividades do SCI do Poder Executivo em duas técnicas de controle a auditoria e a fiscalização.

Segundo o TCU (2012), que descreve essas duas atividades dentro das técnicas de controle:

a auditoria, conceituando-a como o “conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.”; e fiscalização, conceituando-a como uma “técnica de controle que visa a comprovar se o objeto dos programas de governo existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes.”

Observe que o conceito de auditoria adotado pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU) contém o núcleo e os elementos desta técnica, os objetos (processos, resultados e recursos públicos) e as entidades (de direito público e privado) sujeitos à sua aplicação, e classifica as auditorias em auditoria de avaliação da gestão; de acompanhamento da gestão; contábil; operacional;

especial; de tomada de contas especial; de processos de pessoal; e avaliação das unidades de auditoria interna.

Diferentemente às formas de execução, a CGU adota a tipologia de direta, centralizada e descentralizada, respectivamente a primeira a ser executada diretamente por servidores em exercício nos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal; depois as suas subdivisões, que são: a centralizada executada exclusivamente por servidores em exercício nos órgãos central ou setoriais do SCI do Poder Executivo Federal; e a descentralizada a ser executada exclusivamente por servidores em exercício nas unidades regionais ou setoriais do SCI do Poder Executivo Federal; a auditoria integrada: executada conjuntamente por servidores em exercício nos órgãos central, setoriais, unidades regionais e/ou setoriais do SCI do Poder Executivo Federal.

Ainda é admitida como forma de execução, segundo a técnica adotada pela CGU a forma indireta, a ser executada com a participação de servidores não lotados nos órgãos e unidades do SCI do Poder Executivo Federal, que desempenham atividades de auditoria em quaisquer instituições da Administração Pública Federal ou entidade privada.

A forma indireta pode subdividir-se em compartilhada, com a coordenada pelo SCI do Poder Executivo Federal com o auxílio de órgãos/instituições públicas ou privadas; a terceirizada, quando executada por instituições privadas; e a simplificada, que é a realizada por servidores em exercício nos órgãos central, setoriais, unidades regionais ou setoriais do SCI do Poder Executivo Federal, com informações de exame de processos e por meio eletrônico, em entidades federais.

Já a Classificações adotadas pelo Tribunal de Contas da União, Segundo as Normas de Auditoria do TCU (NAT, Bases Conceituais, p. 14, BTCU Especial 29/2010), as auditorias do Tribunal classificam-se, quanto à natureza, em auditorias de regularidade e operacionais, apenas.

A auditorias de regularidade objetivam examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Já as auditorias operacionais são focadas no exame da economia, eficiência, eficácia e efetividade

de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

Segundo as Normas de Auditoria do TCU, a classificação de uma auditoria como operacional ou de regularidade, dependerá do objetivo nela prevalecente, já que as duas vertentes compõem o mesmo todo da auditoria governamental e às vezes o objetivo de uma auditoria pode levar o seu escopo a contemplar as duas abordagens no mesmo trabalho.

Quanto à forma de execução, as auditorias do TCU são realizadas exclusivamente pelo seu corpo técnico de auditores, cujas equipes poderão contar com a participação de especialistas externos. Segundo a Instrução Normativa 49/2005, artigo 4º: I - serão credenciados por portaria de fiscalização; II - estarão sujeitos aos mesmos deveres impostos aos servidores do Tribunal de Contas da União quando na realização de trabalhos de fiscalização; e III - reportar-se-ão ao coordenador da equipe de fiscalização.

Não existe, portanto, desde que atentamente observemos uma classificação uniforme de auditoria, e que seja acatada por todos. Basta dizer que, conhecidos e amplamente praticados, nada menos de quarenta e dois (42) tipos de auditoria, dos quais citaremos apenas alguns, tais seja, administrativamente, ambientalmente, contábil, financeira, orçamentária, de eficiência, de desempenho, de gestão, de resultados, fiscal, de tomada de contas, operacional, patrimonial e de contas, somente para referirmos a algumas, ressaltando existir, também a chamada auditoria total.

Podemos apenas destacar uma classificação bastante didática e inteligível, classifica a Auditoria quanto ao campo de atuação, Governamental e Privada, à forma de realização Interna e Externa, e ao objetivo dos trabalhos, contábil ou financeira, operacional ou de otimização de recursos e a integrada que são as realizadas no Brasil, e nos respectivos Estados membros e Municípios do país.

CAPITULO II – AUDITORIA E CONTROLE NO BRASIL

A administração pública sujeita-se a controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos.

A auditoria, além da sua importância para a administração privada e governamental, nos últimos anos tem sido considerada disciplina imprescindível para a contabilidade. Ela tem se constituído matéria com participação garantida em quase todos os setores públicos do Brasil.

A Auditoria, etimologicamente é originada do latim, - “*audire*”, que quer dizer “ouvir”, escutar. Segundo a história nos relata essa palavra foi inicialmente usada pelos ingleses, com outro termo que dizia “auditing”, significando “o conjunto de procedimentos técnicos empregados para a revisão da contabilidade”. Acontece que, de um tempo para cá e, na atualidade, ela possui um sentido bem mais abrangente, que vai muito mais além da citada revisão contábil.

No sentido lato, segundo o autor Araújo (1998, p.15) a auditoria é o processo de confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério, ou, em outras palavras, é a comparação entre o fato ocorrido e o que deveria ocorrer. Vejamos:

Podemos afirmar também que, nessa acepção, auditoria significa um conjunto de procedimentos técnicos aplicados de forma independente sobre uma relação que envolve a obrigação de responder de forma independente sobre uma relação que envolve obrigação de responder por uma responsabilidade conferida (relação de accountability – que, consoante a Fundação Canadense de Auditoria integrada, presume a existência de pelo menos duas partes: uma de delega a responsabilidade e outra que a aceita, com o compromisso de prestar contas na forma de como a delegação foi ou está sendo cumprida), objetivando emitir um informe de como essa obrigação está sendo cumprida. Ou seja, para verificar se os relatórios e informações decorrentes dessa relação são adequadas e justos.

Não existe desde que atentamente observemos uma classificação uniforme de auditoria, e que seja acatada por todos. Basta dizer que, conhecidos e a

amplamente praticados, nada menos de quarenta e dois (42) tipos de auditoria, dos quais citaremos apenas alguns, tais sejam, administrativamente, ambientalmente, contábil, financeira, orçamentária, de eficiência, de desempenho, de gestão, de resultados, fiscal, de tomada de contas, operacional, patrimonial e de contas, somente para referirmos a algumas, ressaltando existir, também a chamada auditoria total.

Podemos destacar uma classificação bastante didática e inteligível, classifica a Auditoria quanto ao campo de atuação, Governamental e Privada, à forma de realização Interna e Externa, e ao objetivo dos trabalhos, contábil ou financeira, operacional ou de otimização de recursos e a integrada.

Tal ramo de controle abrange todos os poderes, executivo, legislativo e judiciário, quando exerçam função tipicamente administrativa; Logo, o controle abrange a Administração pública considerada em sentido amplo.

Melhor define o sentido de controle no Brasil, Di Pietro (2013, p.17), como podemos observar:

A finalidade do controle é a de assegurar que a administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa.

Embora o controle seja atribuição estatal, o administrado participa dele à medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas também na proteção do interesse coletivo. A Constituição outorga ao particular determinados instrumentos de ação a serem utilizados com essa finalidade. É esse, provavelmente, o mais eficaz meio de controle da Administração Pública: o controle popular.

A Emenda Constitucional nº19/98 inseriu o §3º no artigo 37 prevendo lei que discipline as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos

serviços; II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observando o disposto no artigo 5º, X e XXXIII; III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo do cargo, emprego ou função na administração pública.

A lei não teve promulgação, mas poderia constituir-se em importante instrumento de controle por parte do cidadão, com a intuição inclusive de um Código de Defesa do Usuário do serviço público, à semelhança do que foi instituído em São Paulo, por exemplo, com instrumentos de atuação semelhante ao que o PROCON desempenha em relação às atividades privadas em geral.

Atualmente o Ministério Público é uma das instituições que desempenha importante papel de controle na Administração pública, em decorrência das funções que lhe foram atribuídas pelo artigo 129 da Constituição. Além da tradicional função de denunciar autoridades públicas por crimes no exercício de suas funções, ainda atua como autor na ação civil pública, seja para defesa de interesses difusos e coletivos, seja para repressão à improbidade administrativa.

Existem outras entidades disponham de legitimidade ativa para a propositura da ação civil pública, a independência do Ministério Público e os instrumentos que lhe foram outorgados pelo referido dispositivo constitucional, onde tem competência para realizar o inquérito civil, expedir notificações, requisitar informações e documentos, requisitar diligências investigatórias, e onde fazem dele o órgão mais bem estruturado e mais apto para o controle da Administração pública.

O controle constitui poder-dever dos órgãos a que a lei atribui essa função, precisamente pela sua finalidade corretiva; ele não pode ser renunciado nem retardado, sob pena de responsabilidade de quem se omitiu.

Ele abrange a fiscalização e a correção dos atos ilegais e, em certa medida, dos inconvenientes ou inoportunos.

Com base nesses elementos, pode-se definir o controle da Administração pública como o poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes judiciário, legislativo e executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico.

O controle administrativo pode ocorrer em diferentes modalidades, que pode se dividir quanto ao órgão que o exerce, sendo administrativo, legislativo ou judicial.

Quanto ao momento em que se efetua o controle pode ser prévio 9ª priori, concomitante ou posterior. Ele será preventivo sempre que visar impedir que seja praticado ato ilegal ou contrário ao interesse público.

O controle concomitante, como o próprio nome diz, acompanha a atuação administrativa no momento mesmo em que ela se verifica; é o que acontece a atuação o acompanhamento da execução orçamentária pelo sistema de auditoria; ainda, com a fiscalização que se exerce sobre as escolas, hospitais e outros órgãos públicos prestadores de serviços à coletividade. O controle posterior tem por objetivo rever os atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los; abrange atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação e convalidação.

O controle ainda pode ser interno ou externo, consoante decorra de órgão integrante ou não da própria estrutura em que se insere o órgão controlado. É interno o controle que cada um dos Poderes exerce sobre seus próprios atos e agentes. É externo o controle exercido por um dos poderes sobre o outro; como também o controle da administração direta sobre a Indireta.

A Constituição Federal, no capítulo concernente à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, prevê o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas (art.71) e o controle interno que cada Poder exercerá sobre seus próprios atos (arts.70 e 74). Esse controle interno é feito, normalmente, pelo sistema de auditoria, que acompanha a execução do orçamento, verifica a legalidade na publicação do dinheiro público e auxilia o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

O artigo 74 da CF/1988 inova de várias maneiras: primeiro, ao deixar claro que cada um dos Poderes terá um sistema de controle interno; segundo, ao prever que esse sistema se exercerá de forma integrada entre os três poderes; terceiro, ao estabelecer a responsabilidade solidária dos responsáveis pelo controle quando, ao tomarem conhecimento de irregularidade, deixarem de dar ciência do Tribunal de Contas (§1º); finalmente, ao colocar o Tribunal de Contas como uma espécie de

ouvidor geral a quem os cidadãos, partidos políticos, associações ou sindicatos podem denunciar irregularidades ou ilegalidades (§2º).

O controle ainda pode ser de legalidade ou de mérito, conforme o aspecto da atividade administrativa a ser controlada. O primeiro pode ser exercido pelos três poderes; o segundo cabe à própria administração e, com limitações, ao Poder Legislativo.

2.1 A Auditoria Governamental

A auditoria governamental é o tipo de auditoria que atua diretamente sobre a administração da res publica. Ela está diretamente relacionada com o acompanhamento das ações empreendidas pelos órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta das três esferas de governo. Normalmente é a realizada por entidades superiores de fiscalização, sob a forma de Tribunais de Contas ou Controladorias, e organismos de controle interno da administração de fiscalização dos órgãos responsáveis pela arrecadação dos tributos como uma espécie de auditoria governamental.

O controle Legislativo pode ser exercido de por controle político ou por controle financeiro, o primeiro abrange aspectos da legalidade de mérito, apresentando-se como de natureza política, apreciando decisões administrativa com discricionariedade, oportunidade e conveniência (DI PIETRO, 2013, p.812).

O artigo 70 permite inferir algumas normas básicas, primeiro quanto à atividade controlada, a fiscalização abrange a contábil, a financeira, a orçamentária, a operacional e a patrimonial; isto permite a verificação da contabilidade, das receitas e despesas, da execução do orçamento, dos resultados dos acréscimos e diminuições patrimoniais.

O controle legislativo financeiro, que é ao que nos interesse no presente trabalho, é disciplinado pela CF/1988 do Brasil, nos artigos 70 a 75, onde diz que a fiscalização financeira e orçamentária, determinando, no último dispositivo, que essas normas se aplicam, no que couber, à organização composição e fiscalização

dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios (DI PIETRO, 2013, p.814).

Depois da atividade controlada o artigo 70 também compreende quanto aos aspectos controlados o controle de legalidade, legitimidade, economicidade, fidelidade e resultados, como poderem ser abaixo observados:

- I – Controle de legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II – controle de legitimidade, que a Constituição tem como diverso da legalidade, de sorte que parece assim admitir exame de mérito a fim de verificar se determinada despesa, embora não ilegal, fora legítima, tal como atender a ordem de prioridade, estabelecida no plano plurianual;
- III – controle de economicidade, que envolve também questão de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, uma adequada relação custo-benefício;
- IV – Controle de fidelidade funcional dos agentes da administração responsável por bens e valores públicos;
- V – controle de resultados de cumprimento de programas de trabalho e de metas, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços;

A auditoria, que se trata do exame científico, objetivo e sistemático das operações, processos e mecanismos de controle e sistemas de informação e financeiros, administrativos e operacionais, tanto em relação ao passado, como em relação aos fatos que continuam.

A auditoria governamental pode ser dividida em auditoria de regularidade, auditoria de gestão/ operacional, e ainda em auditoria integrada.

A auditoria de regularidade abrange a auditoria contábil e financeira, e a de cumprimento, tendo por objetivos certificar que as entidades responsáveis cumpram suas obrigações de prestar contas, que emitam pareceres sobre as contas do governo, que auditem os sistemas e as operações financeiras. Inclui-se o exame da observância às disposições legais regulamentares e aplicáveis, que auditem o controle interno, e ainda que auditem a probidade e a propriedade das decisões administrativa.

Ao certificar as entidades responsáveis do cumprimento de suas obrigações em prestar contas, no que envolve o exame correto e a avaliação dos registros financeiros de parecer sobre as demonstrações financeiras.

A auditoria contábil e financeira consiste no exame dos registros contábeis, comprovantes, documentos e de outras evidências, de modo a suportar a expressão de um parecer sobre se as demonstrações ou informações financeiras são apresentadas de forma justa e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Quando a auditoria for aplicada em programas, atividades ou funções, o exame é dirigido aos aspectos financeiros que os envolve, visando emitir sua opinião sobre o que vistoria *in loco*, assegurando os recursos e aplicações apropriados aos registros, os recursos financeiros utilizados segundo o propósito previsto na legislação, e as transações em que pese estarem de acordo com a legislação pertinente e demais regulamentos.

Ao exame sistemático do cumprimento pela entidade auditada, chamamos de auditoria de cumprimento ou de legalidade, a qual perpassa pela sistematização de leis, regulamentos e disposições oficiais que interferem diretamente em suas atividades e operações, bem como no alcance dos objetivos das atividades examinadas.

Denomina-se auditoria operacional aquela em que as revisões metodológicas de organismos, programas, atividades ou segmentos operacionais de uma entidade, com a finalidade de avaliar e comunicar se seus recursos estão sendo usados eficientemente, e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.

A auditoria operacional tem como objetivo principal, determinar se a entidade adquire, protege e emprega com eficiência seus recursos, as causas de ineficiência ou de práticas antieconômicas, o cumprimento pela entidade de leis e regulamentos aplicáveis à economia, o grau em que estão sendo alcançados, a eficácia dos organismos, programas, atividades e funções. Mas também se trata de objetivo da auditoria operacional o cumprimento das leis e regulamentos do programa pelas entidades.

Faz parte das “Recomendações Gerais”, apresentada no IX Congresso Latino Americano de Entidades Fiscalizadoras Superiores (TCU nº45), destaca-se:

A auditoria Operacional, quando exercida sobre órgãos governamentais, não pode prescindir, concomitantemente, da Auditoria de regularidade, pois a essência de qualquer controle sobre recursos públicos tem por finalidade precípua a verificação não somente da observância dos princípios da economia, da eficiência e da efetividade, como também da legalidade dos atos da administração.

A auditoria integrada é o exame que proporciona uma avaliação objetiva e construtiva da extensão em que os recursos financeiros, humanos e materiais são administrados com o devido respeito à economicidade, eficiência e eficácia. Além de ser conferida a obrigatoriedade de se responder pela responsabilidade e recursos confiados é cumprida de maneira satisfatória.

A filosofia da auditoria integrada depende da abordagem dos fatos é de apoio, pela avaliação do atendimento às diretrizes e normas, bem como pela apresentação de sugestões para seu aprimoramento.

A auditoria integrada abrange os controles, processos e sistemas usados na gerência dos recursos financeiros, humanos, materiais e de informação da organização. A auditoria governamental é baseada nos três pilares de auditoria pública, conforme foi apresentado e fundamentado na integração dos recursos humanos e financeiros.

2.2 A Auditoria Pública e o Controle Interno

O sistema de controle interno de cada Poder, referido no final do art. 70 da CF/88, tem por objeto a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e operacional no âmbito do referido Poder, em cada nível de governo.

O controle interno administrativo, que não deve ser confundido com o sistema de controle interno de cada Poder, é o que integra os próprios processos organizacionais do órgão/entidade.

É a forma que a administração possui para verificar os próprios atos, no sentido de se ater aos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público. Conforme a IN SFC 1/2001, visa a assegurar que os objetivos das unidades e

entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

Segundo Marques de Almeida (2004, p.85) que faz referência à auditoria interna e ao controle de um modo geral, compara-se ao modo de auditoria democrática feito no Brasil, como podemos observar:

Num Estado de Direito, todas as actuais estruturas organizativas querem do Estado e de todos os seus Órgãos, quer dos particulares, devem cumprir as normas jurídicas existentes nesse momento determinado. Assim sendo, a administração e manejo dos bens e dos fundos públicos têm de se pautar pelo rigoroso cumprimento dos requisitos legais necessários, incumbindo aos organismos de controlo essa verificação. O alargamento e âmbito das competências destes órgãos têm por objectivo responder às exigências da sociedade moderna.

Num Estado em que pode as instituições públicas cumprem devidamente seu papel financeiro com transparência, garantem o devido exercício democrático, ao tempo em que confere garantia de direitos, eficácia e respeitabilidade em geral.

O princípio da legalidade tem papel primordial nas organizações confrontadas com a necessidade de conjugar esta vertente tradicional com outros indicadores, indispensáveis ao processo decisório.

A auditoria Interna é a auditoria realizada por profissionais empregados da própria entidade auditada, portanto, parcialmente independente, e que, além das informações contábeis e financeiras, se preocupa também com os aspectos operacionais (ARAÚJO, 1998, p.18). Normalmente, a auditoria interna se reporta à presidência da organização, funcionando como um órgão de assessoramento.

Em Portugal, parecido com o sistema brasileiro, o controle interno é baseado na incorporação do conjunto de métodos, onde precisamente aqui que a actuação dos órgãos de fiscalização e controlo se torna essencial. Como pode ser observado diante do conceito elaborado por Marques de Almeida (2004, p. 85):

O controlo interno é um plano de organização da empresa que incorpora um conjunto de métodos e procedimentos que assegurem a protecção dos activos e registos contabilísticos fiáveis, e que a actividade se desenvolva de forma eficiente e eficaz de acordo com objectivos da administração.

Dependendo da dimensão da organização, também o controle interno pode assumir maior ou menor relevância, sendo certo que em grandes organizações a implementação de um sistema de controle interno é absolutamente imprescindível, para assegurar o cumprimento dos objectivos préestabelecidos. Como assevera Marques de Almeida (2004, p. 86):

Em Portugal, nos últimos anos, tem vindo a ser feito um esforço significativo em matéria de controlo interno, dado que até 1995 pouco ou nada se tinha idealizado sobre este assunto. Assim, com o Decreto-Lei nº 166/98, de 25 de Junho, o Governo instituiu o sistema de controlo interno da administração financeira do Estado (SCI), onde se realça a importância dada pelo Governo à função controlo, procurando promover a difusão de uma “cultura de controlo” em todos os níveis da administração financeira do Estado.

Em Portugal foi institucionalizada a Inspeção Geral da Administração Pública (IGAP), através do Decreto lei nº 220/98, de 17 de Julho, onde é feita uma inspecção de alto nível, com atribuições e competências de controle estratégico, e com pressupostos de controlar a gestão de recursos humanos e a modernização administrativa, como também o orçamento do Estado.

A IGAP pode dar um elevado contributo na consecução destes objectivos ao nível da responsabilização dos agentes e aferição dos resultados obtidos (Marques de Almeida, 2004, p. 86).

A auditoria interna é a atividade independente de avaliação de uma organização, mediana a revisão de sua contabilidade, finanças e outras operações que servem de base à administração da empresa.

Essa atividade de avaliação interna relativamente independente, responsável pela revisão da eficácia dos registros de uma organização, que serve para a gerência como um serviço protetor e construtivo.

O controle através da auditoria interna é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização.

A proposta da auditoria interna é auxiliar os membros da administração a desincubirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a auditoria interna lhes fornece análises, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas.

Para o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução nº780, de 24 de março de 1995, apresenta a seguinte definição que “a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais contábeis, financeiras e operacionais da entidade”.

Para o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA, conforme estabelece a Norma 100.02, em que apresenta o seguinte conceito: “É uma atividade de avaliação que deve atuar de forma independente, dentro da organização da qual faz parte”.

O principal objetivo da auditoria interna, segundo a AUDIBRA é o distinto dos demais setores da organização, na medida em que se dedica ao exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dessa organização, de seus sistemas de controle, registro, análise e informação e do desempenho das áreas em relação aos planos, metas e objetivos organizacionais.

Diante dessas expectativas em que os órgãos correspondentes aos setores agiram de forma autônoma e independente, a auditoria interna deverá contribuir para os resultados da organização, cumprindo as metas de emitir opinião conclusiva, avaliar os fluxos, sistemas, planos de controle interno e desempenho, auxiliar a Alta administração e demais membros do corpo gerencial da organização a se desincubirem de maneira eficaz de suas responsabilidades.

Segundo Araújo (1998, p.21), A conceituação da auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

Ela é uma atividade de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade, nesta norma denominado auditor interno. O procedimento da auditoria são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor obter provas para fundamentar suas conclusões e recomendações.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade. As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e de recomendações.

Quanto aos papéis de trabalho, os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas colecionadas pelo auditor interno, que consubstanciem o que foi executado.

Sobre as fraudes ou erros aplica-se a atos voluntários de omissão e manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios e demonstrações contábeis, físicos e monetários.

O auditor deve assessorar a administração no trabalho de prevenção de erros e fraudes, obrigando-se a informá-la, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de erros e fraudes no decorrer do trabalho.

Na execução do trabalho da auditoria interna é preciso inicialmente, que haja um planejamento compreendendo os exames preliminares da entidade, para definir a amplitude do trabalho a ser realizada de acordo com as normas estabelecidas. Nele deverão contar com todos os fatores relatados, o conhecimento detalhado, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos, a existência de entidade associada, filiais e ou relacionadas, o uso do trabalho de especialidade dos auditores, os ciclos operacionais, o conhecimento de atividades operacionais, o conhecimento da execução orçamentária etc.

As normas profissionais do auditor interno, baseadas na Resolução nº781 de 24/03/1995, no qual é descrita a competência técnico-profissional do contador na função de auditor interno, através de seu nível de competência, com autonomia profissional, responsabilidade do auditor na execução dos trabalhos, nos cuidados, na amplitude do trabalho, na utilização da equipe técnica, no relacionamento com profissionalidade com as outras áreas etc.

Além das normas profissionais já apresentadas pela resolução nº781, o sigilo deve respeitar o relativamente às informações obtidas durante o seu trabalho, não as divulgando para terceiros, sob nenhuma circunstancia, sem autorização expressa

da empresa em que atua. Assim como a cooperação com o auditor de forma a garantir sua independência.

2.3 A Auditoria Pública e o Controle Externo

Não há para a doutrina uma definição conceitual do que é a auditoria externa, mas amplamente ela pode ser entendida sobre a auditoria da área financeira e outras, realizada com independência e profissionalidade.

A auditoria é aquela realizada por profissionais qualificados e externos ao órgão auditado, logo serão aqueles empregados da administração, com o objetivo precípua de emitir uma opinião independente, com base em normas técnicas, sobre a adequação ou não das demonstrações contábeis.

A independência com que é feita a auditoria está marcada e conceituada como auditoria independente, é a auditoria realizada por especialistas contratados pela organização fiscalizada, ou por imposição normativa.

Usualmente, a auditoria externa é utilizada como sinônimo de auditoria contábil, que segundo o Conselho Federal de Contabilidade, representa o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, conforme os Princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras através da legislação específica.

Ressalte-se o controle e fiscalização exercidos pela auditoria externa, como bem assevera a ilustre professora Di Pietro (2013, p.814):

Quanto à pessoas controladas, abrange a União, os Estados, Municípios, Distrito federal e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como qualquer pessoa física ou entidade pública, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária;

Ela faz parte de um processo de investigação conduzido com um contador público independente do aplicado sobre os aspectos contábeis do determinado órgão. A auditoria, que é o exame das demonstrações financeiras de uma empresa ou

entidade, realizada em conformidade com determinadas normas, além de ser efetuado com independência, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras daquela entidade.

A fiscalização compreende os sistemas de controle externo, que compete ao Poder legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, e de controle interno exercido por cada um dos Poderes. (DI PIETRO, 2013, p. 814).

Por se tratar, o presente trabalho, da Auditoria pública municipal, dentro de uma visão holística, seja de uma observação mais ampla e geral, convém que façamos, aqui, uma alusão tão grande somente aos pressupostos da auditoria externa.

Igualmente ao que já aludimos em outro ponto dessa explanação, é bem de ver que embora amplamente divulgada, inexistente uma definição consensual sobre o que seja Auditoria Externa.

Dentro de um sentido lato, pode-se afirmar que se trata de uma como pesquisa, ou exame, mais acurada sobre a área financeira e outras, realizada por profissionais independentes, ou por pessoal qualificado dos órgãos fiscalizadores, sobretudo, dos Tribunais de Contas. Falando mais claramente, por profissionais qualificados e externos, que não são empregados dos órgãos ou das empresas auditadas. Isso porque eles terão, ao final, de emitir, em relatório, uma opinião independente, baseada em normas técnicas, salve a adequação ou não das demonstrações contábeis.

Usualmente, a auditoria externa é utilizada como sinônimo de auditoria contábil, que segundo o Conselho Federal de Contabilidade, representa o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, dentro do que estabelecem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica, no que for pertinente.

Genaro Soriano Gruzmán, (in “ La auditoria em El processo administrativo”. República Dominicana, 1998, p.37). Descreve a auditoria externa, com a seguinte afirmação “é um processo de investigação conduzido por um contador público independente, aplicado sobre os aspectos contábeis de uma

empresa, para expressar uma opinião imparcial sobre a razoabilidade de seus demonstrativos financeiros, toda luz dos princípios que regem a profissão”.

Por sua vez, a organização internacional de entidades fiscalizadoras superiores – INTOSAI, ela é:

A auditoria realizada por um organismo externo e independente da entidade controlada, tendo por objetivo, de um lado, emitir parecer sobre as contas e as situações financeiras, a regularidade e a legalidade das operações e/ou sobre a gestão financeira e, por outro, elaborar relatórios correspondentes.

É oportuno mencionar, que o Tribunal de Contas da União – TCU, em seu “Manual de Auditoria”, adotou essa definição, aprovada através da Portaria nº063/1996.

Onde arrematamos feita por profissional liberal não empregado da empresa ou entidade que verifica as auditorias externas quase sempre por empresas de profissionais ou por entidades especiais, visando sempre a penetrar nas empresas com a independência necessária para pesquisar.

No Brasil, a prática da auditoria externa é regulamentada pelo conselho federal de contabilidade – CFC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

De acordo com o art.177 da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras das companhias abertas, devem observar as normas expedidas pela CVM, sendo, obrigatoriamente auditadas por profissionais, independentes ou externos, desde que registrados na citada comissão.

A literatura técnica fornece vários conceitos para auditoria, como por exemplo, o já mencionado A. Lopes de Sá, em sua obra “ Curso de Auditoria”. São Paulo. Atlas, 1993, p.20-24.

O controle externo previsto no art. 71 da CF/88, cujo titular é o Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas, refere-se ao controle da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e operacional da União. Ele foi consideravelmente ampliado na atual constituição, e conforme se verifica por seu artigo 71, compreendendo a função fiscalizadora financeira, consultiva, informativa, de julgamento, sancionatória, corretiva e de ouvidoria. (DI PIETRO, 2013, p. 814).

No nível federal, o controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas da União, em auxílio ao Congresso Nacional, que é o seu titular. A CGU é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

Além dessas classificações, existem ainda as particulares adotadas por órgãos e entidades de controle e auditoria do setor público, em função de suas disposições regimentais ou conveniências técnicas, como as descritas a seguir, adotadas pela CGU e pelo TCU.

CAPITULO III – A PERSPECTIVA HOLÍSTICA DA AUDITORIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS/BRASIL

Diante do trabalho desenvolvido pela auditoria através da fiscalização e controle público, o auditor precisa antes de tudo ampliar-se a uma visão holística de seu trabalho.

A visão holística é o que permite dar a amplitude de diversificadas visões sobre os mais variados ângulos sistemáticos sobre determinado fato ou problema. A holística é o que procede em transformar a visão do auditor sobre determinada conduta ou fato, numa multivisão da problemática que aporta a referida auditoria.

Além de explanar sua visão sobre a referida auditoria o técnico auditor, da área que for, seja contábil, financeira, engenharia, jurídica entre outras, deve ser um mentor de ideário amplo que permita não focar apenas na auditoria do serviço já designado, mas angariar argumentos e uma opinião fundamentada sobre toda a gama, eficácia e aplicabilidade de recursos e serviços públicos. Além de analisar junto a isso as atividades, o gestor, o pessoal e todos aqueles que desempenham tais atividades públicas.

A visão holística passou a ser desenvolvida através de uma nova perspectiva de visão governamental. Na qual, fundamentada pela própria constituição de 1988, com base em princípios do Estado democrático de direito, a avaliar que os serviços públicos deveriam ser fiscalizados e prestado contas a toda a população, a quem se deve o retorno.

Essa nova ideia de gestão governamental com a prestação de contas dos serviços e das próprias contas públicas para toda a população foi uma inovação e anseio requerido pela sociedade há muitos anos. Ela permitiu que o gestor, ao executar suas funções, as fizesse com mais responsabilidade, seguindo os trâmites legais e burocráticos que a legislação exige, para que não houvesse espaços para manipulações, nem desvio do erário público por parte deles.

A holística permeia entre esse novo modo de gestão governamental e os anseios da sociedade brasileira em encontrar um viés legal que permitisse através da fiscalização e controle a prestação de contas por parte dos gestores municipais

aos cidadãos, de forma a garantir a eficácia e efetividade de expor como estão sendo aplicados os recursos e de que forma eles serão efetivados. Ela baseia-se na visão ampla dessa prestação, tanto, que vislumbra além de tudo a ideia interligada de prestação.

O elemento de ligação entre eficácia, efetividade, eficiência e a prestação de contas públicas estão elencadas em diversas vertentes da auditoria, ao que dão amplitude a holística exigida por ela, vejamos em matéria tratada pelo próprio TCU (2012, p.10):

As duas vertentes maiores da auditoria de gestão pública (operacional e conformidade), diversas outras classificações são adotadas para melhor caracterizar os trabalhos de auditoria, tais como as baseadas na vinculação da entidade de auditoria, no tipo de objeto auditado, na forma de execução e até outras classificações próprias são adotadas em função de disposições regimentais da entidade de auditoria.

A administração pública municipal através da elaboração, controle e planejamento estratégico municipal alinhado aos anseios dos cidadãos.

A adaptação de modelos de gestão da iniciativa privada para o ambiente público é uma alternativa para enfrentar esses desafios. Nestes termos a lei propõe avaliar a gestão governamental, de forma a fiscalizar sua utilização aos recursos do erário público.

Esse modelo de gestão societal, as quais inovaram e adquiriram no Brasil é baseado na utilização estratégica da tecnologia da informação, que proporcione ao gestor público monitoração e controle da execução estratégica.

Diante dessas informações executivas para a tomada de decisão, e na gestão das relações com os próprios cidadãos/usuários do serviço público sobre o domínio dos processos da gestão municipal.

Dentro da atividade da ouvidoria é fácil encontrar um leque de diversidades de objetos, multiplicidade e abrangência no campo de atuação, configuram a auditoria governamental como um vasto campo de estudos e práticas, cuja abordagem exige sua decomposição em diversas classificações.

Analisando as diferenças e resultados da aplicação dos elementos que componentes da auditoria municipal e comparando-os pelo princípio da simetria

evidencia que a utilização e adaptação do modelo proposto nas gestões municipais podem contribuir significativamente na evolução de seus modelos de gestão e com a eficácia do serviço público correto e honestamente.

Atualmente uma das mais importantes preocupações dos gestores se dá através dos resultados de seu desempenho na administração pública conforme foi corretamente abordado em documento do governo português (Portugal, 2004, p.1), que apesar de ter suas particularidades e diferenças de gestão pública e auditoria do Brasil convergem neste modo de pensar:

Na maioria dos países da União Europeia, a gestão do desempenho constitui o vetor essencial das reformas ligadas à gestão pública, salientando claramente a obtenção de resultados e fazendo intervir adequados conceitos e instrumentos de avaliação e de gestão do desempenho, que realçam a interdependência de três objetivos essenciais: melhoria da gestão e da prestação de serviços; aumento da responsabilização e do controle; obtenção de economias e redução de custos financeiros.

Pensando numa maior eficiência e na construção de gestões voltadas para a dinâmica de um mundo globalizado, onde tudo engloba tudo, e um completa o outro, podemos entender que é uma necessidade social que as gestões públicas tenham desempenhos cada vez mais ágeis e dinâmicos.

A holística está ligada, sobretudo a utilização de tecnologias, estrutura e pessoal, de forma a englobar o leque de setores públicos a fim de que sejam dados a esses sistemas estratégias de dinâmica e funcionamento com o intuito de organizar os serviços e dar a eles eficácia e efetividade. Deverá, concomitantemente haver uma preparação do pessoal e capacitações, além de meios tecnológicos que possam permitir a esses atores e agentes públicos saber utilizar esses meios, porque na verdade a holística é uma grande “orquestra” que deverá funcionar em harmonia e simetria para que ela realmente aconteça.

Conforme as necessidades públicas essas informações dos gestores municipais, através do sistema de apoio à tomada de decisões, do acompanhamento do planejamento estratégico, e da visão holística necessária para o prefeito (ou gestor público responsável) vão realizar um serviço mais eficaz.

3.1 O Funcionalismo da Auditoria Pública Municipal em Alagoas

A auditoria pública municipal funciona de forma semelhante à auditoria pública federal e estadual, de forma a garantir que no âmbito daquele determinado municípios sejam asseguradas as prestações de contas sobre sua gerência sobre os bens públicos que lhe dá diariamente.

Diante do pressuposto legal que nos traz o artigo 70 da Constituição onde a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Essa prestação de contas deve ser feita por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. E é com base nesses dizeres legislativos que se apoia a auditoria nos municípios brasileiros.

Através do art. 71. Quando tratamos do controle externo no Brasil, a Constituição Federal Brasileira traz a cargo do Congresso Nacional, esse exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, entre outras atribuições:

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

Logo, esses deveres de fiscalizar, aplicar e prestar contas dos recursos públicos, por meio do controle externo também são orientados através da hierarquia nacional, sendo simetricamente seguido pela legislação municipal, contando ainda com aqueles municípios em que possuem o próprio Tribunal de Contas Municipal.

Sem dúvidas quando o artigo 75 da Constituição Federal fala que as normas estabelecidas na referida seção de que trata da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, onde aduz que se aplicam a ela, tudo no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Nestes termos, evidenciamos claramente a atuação da simetria legislativa, entendo que o critério estabelecido para a fiscalização e controle de contas municipais, assim como os estaduais, devem ser seguido através de uma linha tênue, em que se siga a hierarquia, raciocínio e metodologia aduzida pela União, através da própria Constituição de 1988.

As normas de auditoria, nos dizeres de Araújo (1998, p.113) elas são regras ou preceitos fundamentais que o auditor deve respeitar em relação aos objetivos a serem alcançados, aos procedimentos e técnicas de auditoria utilizada, ao relatório que deve ser elaborado e, acima de tudo, à qualidade e à adequação do trabalho.

Segundo a Organização internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, essas normas proporcionam ao auditor uma orientação básica que o ajuda a determinar a extensão das medidas e dos procedimentos de auditorias a serem empregados para atingir seus objetivos. A norma, em termos gerais, já significa lei, regra, se aplicada à auditoria significa os preceitos que devem ser utilizados para se obter a qualidade da padronização do serviço de auditoria.

Essa padronização aduzida logo acima, é algo que deve, mas nem sempre está sendo seguido dentro das auditorias municipais, que acabam se confundindo com a infinidade de normas, técnicas e vertentes que podem ser adotadas em cada auditoria, o que dificulta mesmo na comparação e na checagem padronizada de dados entre um município e outro de um mesmo estado. Assim como também sofre modificação a depender da pessoa que produza o relatório técnico, de equipe para equipe, e essa problemática é uma constante nos municípios do Estado de Alagoas/Brasil.

Ainda que sejam seguidas as instruções técnicas expedidas nacionalmente pelo INTOSAI, ABNT e demais órgãos responsáveis, a padronização é um problema constante dos relatórios de auditoria apresentados pelo Tribunal de Contas de Alagoas, como bem pode ser observado diante das comparações entre os apêndices A, B, C e D, pois alguns itens que correspondem a um determinado relatório, já não correspondem ao outro.

Sabido é que uma Auditoria levada a efeito sobre atividades pretéritas, não se deve ater, tão só, na análise simples e estritamente impessoal julgada, no que, exclusivamente, diz respeito ao fiel cumprimento de normas específicas, devidamente pré-estabelecidas sob rigorosos e perfeitos parâmetros. Esse tipo de aferição que se faz é sempre considerado correto, em razão de exclusivamente, ater-se aos pontos, bem assim aos critérios anteriormente estabelecidos, às normas gerais e às instruções. Diz a respeito, o professor Siqueira, que:

No ser humano pleno, a aquisição da consciência é permanentemente renovadora, fundamentando-se no bom senso holístico que as pessoas com conhecimento generalizado e, via de regra, não cartesiano, detém. É necessário, assim, ao se pretender um trabalho de julgamento, ou na idealização de uma atividade de controle, atentar para todos os detalhes e discutir, ampla e exaustivamente, os novos paradigmas que se modificam em cada instante, devido a velocidade que o progresso tecnol[ogico] impõe (Controle de Auditoria Governamental, ESAF, Brasília, 1996).

A verdade é para que o Estado possa iniciar um programa de controle de Auditoria, imprescindível se torna que seja revista toda uma série de portarias, normas, regulamentos, leis etc, as quais delimitam a capacidade de gestão dos encarregados pelos serviços próprios do executivo.

Para exemplificar essas normas, podemos citar que a Lei intimidadora e delimitadora da gestão, áquea outra que institui e regulamenta a administração pública, a que trata dos processos licitatórios tendo em vista a aquisição de bens e serviços, dentre outros previamente existentes.

Sobre a administração pública Comum é ouvir notícias alegando que determinadas verbas públicas, geralmente vultosas, deixam de ser usadas, foram

desviadas de suas finalidades e /ou usadas sem nenhum critério pelos agentes públicos.

Os relatórios elaborados pelos Tribunais de Contas, geralmente, são utilizados como armas por políticos de segmento contrários ao do administrado, como armas de combate e mesmo como argumentos fortes contra os seus adversários políticos, E o mais sério de tudo é que os Auditores não elaboravam conclusões para que tivessem esses destino ou essa finalidade.

Estariam os referidos Auditores submetendo-se a interesses políticos? Há de se ter certeza que eles elaboravam seus relatórios dentro do mais estrito rigor legal, que sendo defasada e, em tudo, absoluta, dá azo a conclusões errôneas, indignas e descabidas. Tal afirmação há pouco feita e de exemplificação por demais fácil, senão vejamos.

Analisando a Lei nº4.320/1964, ora em vigor pleno, através de uma ótica mais restrita, podemos ver, de modo claro e insofismável, que a interpretação que ela dispõe sobre dispêndios gerados mediante o processo licitatório, podem ser conceituados de maneira que a realização das despesas públicas são classificadas, melhor explicando, por meio dos grupos que englobam operações de natureza idêntica. A esses grupos é dado, no jargão contábil, o nome de Estágio. Isso decorre de fato segundo o qual dispõe o Regulamento de Contabilidade Pública, em seu art.144, vejamos: “[...] toda despesa percorre três estágios, liquidação, empenho e pagamento”.

Esses estágios são seis, e não apenas três como se refere o documento aludido, sendo os mesmos: 1) Programação da despesa; 2) Licitação; 3) Empenho; 4) Liquidação; 5) Suprimento; 6) Pagamento da despesa.

Convém salientar, ainda sobre o estágio chamado empenho, que deve ser – ou tem que ser -, ele, antes de mais nada, prévio, isto é, deve ser elaborado de maneira antecipada ao pagamento e, mesmo, á liquidação da despesa, eis que julgamos ser, esse empenho, justamente o elemento de que se vale a administração para reconhecer a existência do débito para com o credor.

A finalização, na prática, gera o direito do credor, reconhecendo a dívida e deduzindo o seu valor da dotação constante do orçamento. É o elo mais forte de fiscalização da administração financeira e orçamentária, sem dúvida.

Partindo desse pressuposto, determinar a Lei que estabelece normas de contabilidade pública e de Direito Administrativo (Lei nº4. 320/64), em seu artigo 60, que “é verdade a realização da despesa sem prévio empenho”, ou seja, ele deve ser emitido antes de se autorizar a realização da obra ou serviço, seja qual for a urgência da sua realização, “seja qual for a sua necessidade, a despesa deve ser previamente empenhada”. (ANGÉLICO, 1988).

Deixa tal dispositivo, e entendimento, bastante claro que não se permite ao Administrador público, seja qual for à hipótese, realizar ou autorizar que despesas venham ser realizadas, sem a prévia formalização do empenho a ela pertinente. Por isso mesmo, o empenho a *posteriori*, seja, aquele realizado após a data de emissão da nota fiscal ou recibo, considera-se irregularidade das mais graves, sobretudo, ato para todos os títulos, é legal, razão porque as despesas levadas a efeito sob esta situação, simplesmente, não são aceitas pelos Tribunais de Contas e a sua responsabilidade imputadas aos condenadores. Na prática, para os Auditores, toda e qualquer despesa somada sem o prévio empenho, são passíveis de suspeita e, mais que isso, tornam-se nulas de pleno direito.

Diante do quadro acima apresentado, como se pode existir essas irregularidades, em senso estrito, ante os Tribunais de Contas? Em nossa visão, entendemos ser viável à Administração, adotar todos os estágios da despesa, anteriormente descritos, dessa forma dando cumprimento – e ênfase – à legislação vigente.

Na verdade, o empenho é uma das fases mais importantes porque a despesa pública passa, percorrendo e obedecendo todo um processo que deságua no seu pagamento. Porque ele não cria a obrigação e, sim, reconhece a ratificação a garantia do pagamento, garantia essa assegurada na relação estabelecida pelo contrato que existe entre a Administração (Estado ou Município), com os seus fornecedores e prestadores de serviços, a propósito, convém citar J. Teixeira Machado e Heraldo da Costa Reis, quando, com propriedade, aludem:

Não temos a veleidade de definir o empenho melhor do que o fez a Lei. A Comissão de Reformas da Lei 4.320, em 1969, discutiu o assunto exaustivamente e elaborou uma definição sob o ângulo de destaque da dotação. Seria, então, o caso de dizer: Empenho de despesa é o ato emanado de anterioridade competente, que vincula dotação de créditos orçamentários para pagamento de obrigação decorrente de lei, contrato, ou ajuste, obedecidas as condições

estabelecidas (A lei no 4.320/64 Comentada, 20ª Ed., IBAM, 1987, p.117-118).

Com efeito, a lei limita o empenho das despesas ao total dos créditos existentes, destarte evitando que os empenhos excedam o limite do crédito autorizado, isto verificando dizer que, poderão ser levantados tantos empenhos quanto se façam necessários, não podendo, entretanto, o seu somatório, ultrapassar, o total da dotação existente. Imaginemos, a respeito, que ao Município fosse dada a faculdade de empenhar despesa além dos créditos acrescidos.

Seria deflagrada, sem dúvida, a mais completa anarquia orçamentária e o orçamento, por sua vez, deixaria de ser o meio, o instrumento de Administração, para equalizar as despesas evitar os abusos e as facilidades para a prática de atos de desonestidade, sendo, portanto, por demais oportuna e correta a regra insculpida no art.59 e seus parágrafos, da Lei 4.320/1964.

Demais disso, além de ser um instrumento que garante o direito real dos fornecedores e empreiteiros, contratantes e executores de um modo geral, conforme já dissemos, é através dele, justamente, que o Poder Legislativo – que é o executor do controle externo – faz a certificação de que os créditos concedidos ao Executivo estão sendo obedecidos, de conformidade com os normativos legais.

Ante os fatos, pugnamos sejam, claramente, entendidas as interpretações sobre as maneiras, mas adequadas de aplicação da lei, com as adaptações que se façam necessárias em cada época, não havendo como falar em erro de conceito, mas, depreender a adoção de forma própria, cada vez mais condizente e consciente com as atividades próprias de cada órgão auditado.

Mister se faz, segundo o pensamento que todos nós, individualmente, exerçamos pressão sobre o legislativo, para que ele, quanto antes, faça editar uma nova lei compatível com a realidade de hoje, permitindo aos administradores públicas praticarem as suas atividades, sem a necessidade de viver usando meios burocráticos para defender-se de rigorosas interpretações levadas a efeito por auditores dos Tribunais de Contas, quando flagrados em erros e irregularidades, por sanáveis que sejam, eis que, simplesmente, nem deveriam existir. Aumente quando de regulamentar o que está omissa, ou não devidamente aclarado na lei, tais

ocorrências passarão a ser detectadas e punidas dada a existência de regras claras de impedimento.

Daí, a busca de uma pressão também se faz necessária ao Executivo, na elaboração e proposta de leis que, embora simples, venham a dar azo a uma autorregulamentação, em conformidade com as condições temporais e regionais do Brasil, que é um país imenso e com enormes disparidades sociais. Todo o que é proibido, o que se alega impedido, todo administrador de gestão, conhece, não havendo necessidade alguma de regulamentar os atos inerentes à administração e à Gestão Pública. O que o país precisa é iniciar, o quanto antes, a mensuração e as consequências dos resultados obtidos pelas auditorias.

Tendo em vista a regularização da situação dos processos licitatórios, foram editadas as Leis Federais de números 8.666 de 1993 e a lei 8.880 de 1994, possuindo ambas, forte estrutura visando coibir proibições de empresas de porte menos avantajado, participarem de ocorrências públicas, ainda de impedir o fornecimento de determinadas empresas com a pressuposição de fornecerem produtos ou serviços específicos. Nesses diplomas legais também se privilegia serviço técnico pessoal – e não o conhecimento tradicional e etéreo que tais empresas adquiriam ao adquirirem outras que, em certa e determinada época, teriam realizado atividade que, em verdade, através de alguma pessoa física, a qual através dela concedeu o seu direito.

A Auditoria Governamental quanto um controle centrado, precisam e necessitam e vem dar causa a um Plano de Metas.

Tal Plano, por sua vez, há que estabelecer e ter em vista o desenvolvimento das regiões onde começarão os trabalhos de auditoria e, essa providência, não precisa, e nem deve, ser fixado em leis ou normas. Em assim sendo, torna-se necessário a elaboração de uma escola de prioridades no que diz respeito aos investimentos de infraestrutura, devidamente elaboradas em conteúdo de cunho socioeconômicos que sejam objetivos e com cunho especial dos seus formuladores, oportunizaria, igualmente, o fomento junto à comunidade, objetivando descobrir soluções que sejam regionais e de baixo custo – como saneamento, postos de saúde, escolas e assim por diante.

Torna-se cada vez mais premente, fazer uma revisão do sistema que existe, dando uma forma nova e consentânea àqueles objetivos que se pretende dar ao método de controle e de auditoria a ser praticado. Geralmente, tal regra é ignorada, ou raramente é posta em prática pelos auditores.

Parece que se acha desnecessário o controle sobre o que acha sem relevância ou, mesmo importância. Mas a verdade é que o Plano de Metas, não necessita estar totalmente elaborado para ser executado até porque, basta termos um rumo lógico a seguir, bem como a consciência da necessidade de juntarmos as experiências adquiridas e somar sempre, buscando o que se pode chamar de perfeição, ou aproximadamente isto.

Sabe-se que todo planejamento é suspeito a ajustes e revisões. Até para fins de atualização ou modificação. Por isso, a todo instante estamos vendo a construção de obras grandiosas, outros monumentais mesmo, totalmente inadequadas, inacabáveis ao contexto em que vão erigidas ou, quando muito, com alguma utilidade.

Vejamos as usinas nucleares, que não tem por escopo, certamente, a geração de energia como apregoavam; os emissários submarinos, construídos em cidades do Litoral; estradas de rodagem sem objetivos claros e necessários, como a famosa Rodovia Norte e Sul, que liga à “coisa alguma” e se vale haver decorrido, a sua construção, ao pagamento e empreiteiros que doaram fortunas às eleições presidenciais. E por aí segue uma sucessão interminável de fatos baseados e calcados na corrupção, na má administração de verbas públicas e no mau emprego do dinheiro público.

Devida aos anos de conveniência, precisamente desde 1993, quando o ilustre Angel Gonzáles Malaxechevarría aplicou cursos no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, e começou a disseminar a idéia de auditoria global e da holística na auditoria pública os serviços de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sofreram aos poucos mudanças.

Essas mudanças estavam ligadas por imperativo profissional, dado laborar na área própria do controle externo, uma equipe de auditoria, que seja sempre global, necessita reunir profissionais detentores de formação técnica diversa, e não apenas jurídica e contábil. Disso já nos falava o professor Angel Gonzáles

Malaxeechevarría, Auditor do Banco Mundial, em cursos por ele Ministrados para os técnicos e auditores do TCE/AL, das décadas de 80 e 90 do século XX. O comum é dizer-se ser, a auditoria, um trabalho de prerrogativa própria do profissional da área Contábil.

Não há regra que, não só em Auditoria, como em todo e qualquer trabalho de cunho científico contábil seja imprescindível, obrigatória, a presença de um contador. Ascende, todavia, que a prática da auditoria das contas públicas evoluiu e, no conceito global, muitas áreas são referidas, além do que são próprias das chamadas contas feitas. Pois é com ela que o profissional e contabilidade convivem e a ele, com total razão, é dado o direito de fiscalização.

Ocorre que, diante da diversidade de setores fiscalizados quando da Auditoria Global, outros profissionais são chamados para, dentro do seu âmbito, executar os serviços. E o exemplo do que afirmamos é por demais evidentes, conforme passamos a considerar nos cinco fatores seguintes elencados:

- 1) Melhor e mais completamente aferido, será o exame procedido em contados com cláusulas complexas, desde que seja precedido por um Bacharel em Direito;
- 2) Projetos de Engenharia, envolvendo custas de fundação, construção civil, qualidade de serviços específicos de alvenaria etc., devem ser auditados por alguém com formação na área de Engenharia.
- 3) Desde que sejam necessários cálculos de estatística atuarial, no caso de fundações assistenciais ou planos de previdência e seguros, auditor precisa ter formação na área Atuarial, ou Matemática.
- 4) Desde que seja necessário o conhecimento e a adequação dos sistemas de processamento de dados e sua segurança, bem assim o correto processamento de informações e cálculos, o auditor necessita ser Engenheiro de Informação e especializado em processamento de dados.

Finalmente, nas áreas em que for necessário um conhecimento profundo, podemos dizer em todas elas, como sejam, de meio ambiente, medicina do trabalho, engenharia de segurança etc.

O mais correto seria que o Auditor Contábil submeta os dados por ele encontrados à análise de um profissional da área, por ser, inegavelmente mais qualificado. Do parecer e o Relatório de Auditoria, inclusive, deve constar a condição

da partilha das responsabilidades civis que venham a ser constantes para fins de julgamento.

3.2 Contabilidade, Fiscalização e Controle da Auditoria

Para que aconteça a auditoria é preciso que haja, antes de tudo, um exame técnico, objetivo, sistemático, profissional e independente das demonstrações e operações financeiras com o intuito de se emitir uma opinião.

A Auditoria contábil apresenta as características de alcance, critério, legalidade, método utilizado e objetivo final.

O alcance é colocado para a auditoria de acordo com as demonstrações e operações contábeis, sistemas e procedimentos financeiros, documentados e registrados através dos relatórios.

O critério da auditoria é a forma com exatidão e adequação dos registros, em que devem estar de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, princípios de administração e outros requisitos normativos aplicáveis.

Diante de todos os pontos, a auditoria não pode se esquivar de trabalhar com a legalidade, no cumprimento dos princípios da administração pública, da própria administração entre outros mecanismos normativos aplicáveis.

O método utilizado pela auditoria deve estar comprometido com o exame e avaliação dos sistemas e processos de informações, sejam elas contábeis, financeiras, jurídicas, de engenharia, de pessoal, ambiental, entre outros, através da aplicação dos procedimentos de auditoria.

O objetivo final da auditoria deve ser a apresentação do parecer técnico e adequado das demonstrações contábeis, financeiras, operacionais, etc., tomadas diante do seu conjunto, do conjunto de atividades, parcerias, e fins atribuídos aquele município.

Há, porém, a auditoria de otimização de recursos, que avalia os aspectos de economia, eficiência e eficácia de uma administração, objetivando emitir conclusões e recomendações, assim como também o alcance, determinado através de critérios,

fundamentados na legalidade, atribuídos diante de um método, com um objetivo final.

Notadamente, o Excelsior professor Araújo (1998, p.113) nos expõe de forma fundamentada a evolução trazida pela auditoria no Brasil:

A auditoria é uma técnica que muito se desenvolveu neste século e muito ainda deverá evoluir. Todavia é notório que a auditoria governamental no Brasil tem evoluído de forma muito mais lenta do que as auditorias realizadas pelas chamadas firmas de auditoria independente.

Em diversas normas do nosso ordenamento jurídico encontramos a combinação das palavras “controle e fiscalização”. No entanto, se significassem a mesma coisa, isso não faria sentido.

De fato, controle e fiscalização representam facetas distintas do controle da administração pública, embora vinculadas. O controle é um conceito *lato*, é gênero; a fiscalização é um conceito estrito, é uma espécie do controle.

A atividade de fiscalização é uma faceta significativa do poder de polícia do Estado. Enquanto a ação de fiscalizar, bem como o próprio poder de polícia, tem em sua essência a necessidade de conter o interesse do particular em confronto com o interesse da coletividade, e o ato concreto de conformar com o particular em face das exigências legais e regulamentares preexistentes.

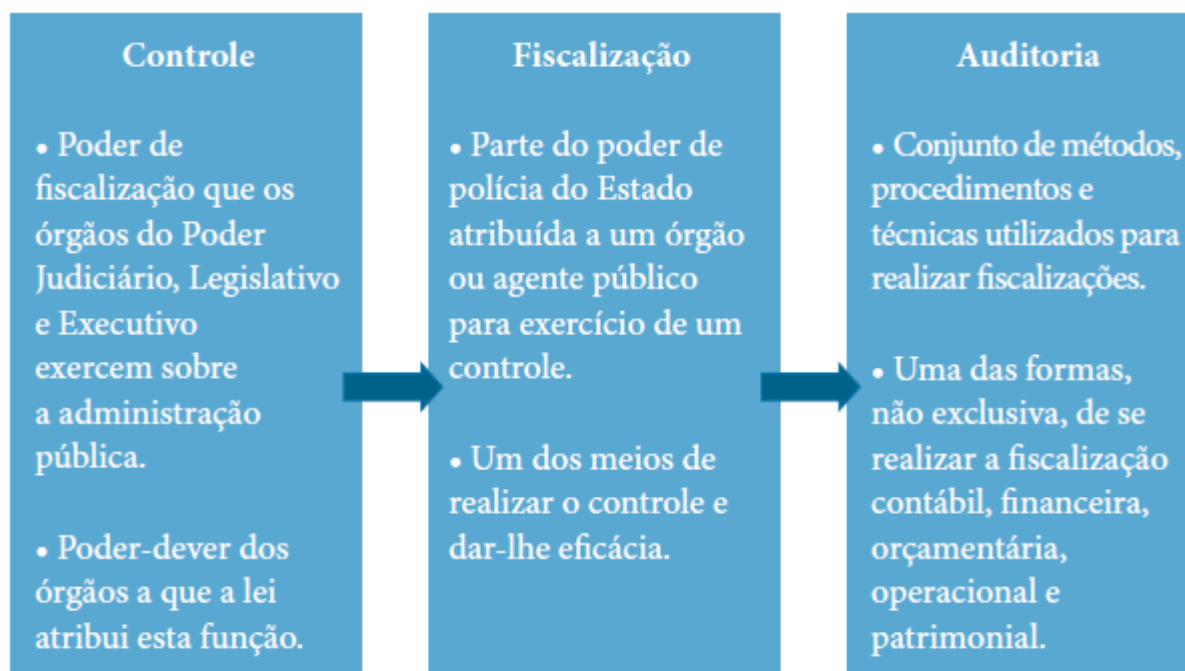
A Constituição atribuiu à função de poder-dever de controle dos recursos públicos a determinados órgãos, prescrevendo a fiscalização como o instrumento para efetivá-lo como no Art. 70. “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União [...] será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

A fiscalização no nível interno de cada Poder é realizada por órgãos de suas próprias estruturas, os denominados órgãos ou unidades de controle interno.

A fiscalização externa é exercida pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.

A diferenciação e comparação entre esses três pilares públicos: controle, fiscalização e auditoria podem ser claramente observados através da tabela de definições emitida pelo TCU (2012, p.9) a seguir aduzida:

Figura 04 - CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA



Fonte: TCU (2012, p.9).

Desta feita, podemos aduzir que o controle, a fiscalização e a auditoria se completam, porque ambas tem a missão profícua de tentar proporcionar transparência aos serviços públicos dos gestores para os cidadãos. Dessa forma, o poder-dever de controlar os serviços e fiscalizar os órgãos e entidades, é parte de um conjunto de métodos e técnicas atribuídas pelos Tribunais de Contas, chamada de auditoria.

3.3 Atuação da Auditoria Pública nos Municípios de Alagoas: Identificação dos Limites e Necessidades

No que é pertinente ao enfoque municipal, objeto desse trabalho, a auditoria funciona como instrumento de calor dentro desse nível, que a bem verdade, no Brasil constitui a divisão da área estadual, integrando na junção total, o que dá azo à existência do Poder executivo. Mas resguardando-se as dimensões territoriais e as movimentações financeiras, tem os municípios brasileiros, a sede do seu executivo

municipal e o legislativo, sendo o Poder judiciário exercido pelos juízes de direito, promotores, e procuradores de justiça.

Sobre os dois primeiros entes já citados, os tribunais de contas, faz exercer a sua atuação fiscalizadora, na área do controle externo, fiscalizamos os seus organismos e entidades detentoras de orçamentos e que funcionam bancadas pelos numerários públicos, sejam procedentes de transferências da União, sejam, gerados dentro do âmbito municipal.

Com efeito, a Auditoria Governamental mostra-se técnica importante adotada pelo Estado, desde que seja utilizada tendo em vista melhor alocação desses recursos públicos, com isso objetivando prevenir, tanto, a improbidade administrativa, a negligência e a omissão dos gestores, como atuando para corrigir, preventivamente, ou seja, “a priori”, os desperdícios.

É de verificar-se, claramente que no Brasil há anos, a sociedade tem demonstrado não aceitar mais as denúncias que se fazem rotineiras, de facilitações. Alcances e desvios dos dinheiros públicos, por parte de políticos inescrupulosos, que na esfera Executiva ou legislativa. Haver-se, pois, tornado necessário, e mesmo obrigatoriamente, a consolidação do controle social como etapa de base da democracia, da mesma maneira que de uma transparência, em tudo verdadeira e translúcida, com ênfase à existência plena e real de uma “accountability”, em todos os atos fatos da gestão pública.

É verdade que nossas funções foram adicionadas ao controle dos recursos, ao longo da década de 1980, quando ocorreu o fim do Regime Militar brasileiro, em meados de 1980, com o advento da Constituição Federal de 1988. Desde então, a administração gerencial tem servido como paradigma da nova gestão pública I, com base em indicadores, tendo em vista a eficácia, a eficiência e a economicidade dos recursos públicos. Nesse ponto, pronuncia-se Antônio Silva Magalhães Ribeiro:

A preocupação com o controle, em seu sentido mais amplo, embora em alguns casos de forma bastante superficial, sempre esteve presente nos textos constitucionais brasileiros. Porém a atuação dos órgãos de controle é voltada, quase que basicamente, a aspectos formalísticos (RIBEIRO, 2004, p.99).

Sucedeu, todavia, que a partir da edição da Lei nº4320 de 1964, estabeleceu a somatização do controle público no Brasil, novamente Ribeiro relata:

Pela primeira vez criou-se um instrumento com a finalidade de disciplinar os diversos aspectos que envolvem o controle público, definindo seus objetivos, abrangência e, o mais importante, enfatizando a questão relacionada com o cumprimento do programa de trabalho, rompendo com a preocupação exclusiva com os aspectos legalistas acerca da execução contábil – financeira (RIBEIRO, 2004, p.103).

Auditoria Governamental e, por extensão, a praticada no âmbito municipal, e, pois, instrumento por demais importante de auxílio à gestão pública municipal, sobretudo desde que, em sua prática adotando métodos globais, expanda-o no que forem pertinentes ao cabimento de uma apuração mais perceptível ao momento exato em que ela passa a auxiliar o município naquilo que diz respeito ao exercício da administração pública, objetivando atingir a eficiência, a eficácia e a economicidade, garantindo a transparência de todos os gastos que venham a ser levados a efeito pelo gestor público.

Ressalta a sua contribuição no que indique organizar as administrações contribuições no que indique organizar as administrações municipais e das mais cuidadas e transparência ao emprego dos recursos públicos, contribuindo claramente, para uma realocação deles, abrindo em paralelo espaço à consecução do controle social. Do mesmo modo e, sobremaneira há de ser destacada uma verdade do que a auditoria atua eficazmente, como vetor de prevenção no combate à corrupção.

Pode-se assegurar, portanto, um eficiente trabalho de auditoria, faz com que o ente público alcance resultados concretos e significativos ganhos, vez que ela garante, com precisão, a qualidade dos números contábeis, ajudando no gerenciamento de riscos e no aperfeiçoamento do controle interno, desde que permite que as fraudes sejam detectadas, pois que se tornaram comuns em ambientes corporativos.

É, finalmente, em poucas palavras, um tipo de serviço que muito contribui para o desenvolvimento, como para a melhoria gradativa e necessária do serviço público.

Tudo isso quer dizer, que mediante o que já se afirmou no trabalho a implementação de auditoria nos municípios, enormemente contribuiu, para o aperfeiçoamento das práticas administrativas e o seu consequente bom funcionamento. Sim, porque somente através das auditorias que é possível, de fato, verificar a contabilidade das cidades brasileiras.

Deveria os administradores públicos estar interessados em controlar os recursos públicos, fazendo com que os tributos pagos fossem, efetivamente, convertidos em benefício. Ao melhorar o controle, coibi-se a corrupção e melhoraram-se as informações para as tomadas de decisões.

Dentro da visão holística da Auditoria Governamental, há de dar destaque à que passou a ser conhecida como Auditoria Ambiental Pública, partindo da verdade segundo a qual o homem moderno, pelo seu poder de distinguir, criar e decidir, buscar na atualidade um retorno à sua origem, seja à natureza. Até dado ao fato de que o homem antes mesmo que existisse alguma forma de organização social, confundia-se com a natureza como se ambos fossem uma só pessoa.

Sucede que com a evolução dos tempos, a natureza passou a ser serva do homem e seu desígnio, por sua vez, passou a ser o atendimento de seus desejos, ambições, caprichos e infortúnios.

Tal situação repercute, sobretudo na sociedade ocidental, durante mais de vinte séculos depois de Cristo, finalmente encontrou as primeiras resistências há menos de quarenta anos, eis que, após cem anos da Revolução Industrial, os primeiros efeitos nocivos à natureza começaram a ser sentidos, sobretudo, na Europa, como secas prolongadas, chuva ácida e doença, decorrentes da insalubridade do ambiente.

No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, na mesma época passou por uma falta de água em escala alarmante, daí resultando a suspensão da vegetação arbórea em decorrência da explanação madeireira. Outros e maiores alertas já ocorreram no século XX. Rachel Carson, em sua clássica obra “Primavera Silenciosa”, nos anos de 1950 apresenta estudo apontando as consequências do uso indiscriminado de insumos agrícolas na agricultura norte-americana, tendo por consequência a mortalidade de espécies da fauna e da flora atingidas pela poluição.

Na década de 1960, surge a teoria chamada “Hipótese de Gaia”, de James Larelock, alertando constituir-se a Terra, como num ser vivo, onde qualquer dano e consequência em todo o sistema. Estes, foram os fatos iniciais que culminaram numa nova percepção e compreensão da relação do homem com a natureza e, em sua esteira, vieram a Conferência de Estocolmo (1972), o acidente de Chernobyl (1986), a criação do IBAMA (1989), a Conferência do Rio de Janeiro (1992) e a Conferência de Johannesburg (2002).

Em verdade, inexiste, na atualidade, qualquer área de conhecimento que não tenha alguma relação com o meio ambiente. E o primeiro reflexo decorreu das declarações das Cartas Constitucionais que, paulatinamente incorporaram normativos reconhecendo o meio ambiente saudável como sendo um direito humano fundamental. Por via de consequência, apareceram os instrumentos para garantir a sua defesa, preservação e atribuição da responsabilidade pelo dever e obrigação de manutenção desta condição a todos nós, tanto ao Poder Público, em todos os seus entes e representações, quanto à coletividade de cada um.

Os Tribunais de Contas podem, e devem, cumprir a sua missão citada pela Constituição Federal a partir deste novo paradigma de direitos fundamentais. A sua prerrogativa de fiscalizar e controlar os entes públicos coloca-os em posição privilegiada para que proceda minucioso exame quanto à prática efetiva da gestão ambiental desempenhada pela administração pelo legislativo e pelo judiciário. Não já como negar, pois a importância das auditorias ambientais, como instrumentos de auxílio à efetivação do mais novo direito humano fundamental, que é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Constituição Federal de 1988 destronou o paradigma liberal vigente nas anteriores Constituições nacional e transformou o asseguramento de direitos e distribuição de deveres bem menos mercadológico e bem mais providente e social. A mudança de rumo também trouxe repercussões ao tratamento jurídico dado ao meio ambiente.

Acolhendo a sua proteção, reconheceu-o como bem jurídico autônomo e imprimiu-lhe caráter de sistema, organizado, na forma de uma ordem pública ambiental constitucionalizada. “É de fato uma concepção holística e juridicamente autônoma do meio ambiente”. (BENJAMIN, *apud* CANOTILHO, 2007. p. 84.)

Para que um direito seja formalmente considerado fundamental é preciso que seja reconhecido pela Constituição ou declarado por meio de tratados internacionais, de modo que seu conteúdo atribua a um indivíduo ou a grupos de indivíduos uma garantia subjetiva ou pessoal.

O meio ambiente saudável foi elevado a categoria de direito humano fundamental a partir do momento em que as Constituições nacionais passaram a contemplá-lo, mormente após a Conferência de Estocolmo de 1972. (ACHKAR, *apud* TCE Santa Catarina, 2007, p.5).

Esta constatação teórica permite incutir diversas implicações práticas. A *prima facie*, o direito fundamental leva à formulação de um princípio de primariedade do ambiente, no sentido de que a nenhum agente, público ou privado, é permitido tratá-lo como valor subsidiário, acessório, menor ou desprezível. Em segundo este status lhe confia um direito de aplicação imediata e direta, valendo por si mesmo, independente de lei que o regulamente, vinculando, desde logo, todas as entidades públicas e privadas.

Na terceira implicação resultante do seu caráter fundamental, a manutenção ou restabelecimento do equilíbrio ecológico impõe-se a irrenunciabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade, distintivas que informam a ordem pública ambiental. Até a falta de zelo dos beneficiários na sua fiscalização e defesa não afeta sua validade e eficácia, pois é direito atemporal (BENJAMIN, *op. cit.*, p. 98.).

Na Constituição de 1988 este direito fundamental vem expresso no art. 225, quando o *caput* prevê que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sua inserção está contida no Título da “Da Ordem Social”. Ney de Barros Bello Filho afirma que se está diante de “direito fundamental, quer na dimensão real ou teórica, quer na dimensão positiva”¹². A fundamentalidade do direito justifica-se, primeiro, em razão da estrutura normativa do tipo constitucional; segundo, na medida em que o rol do art. 5º, sede principal de direitos e garantias fundamentais, por força do seu § 2º, não é exaustivo; terceiro, pois, sendo uma extensão material,

visto salvaguardar as bases ecológicas vitais, do direito à vida, garantido no art. 5º, *caput*, tem os resguardos deste.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de terceira geração, sustentado na solidariedade intergeracional, sendo uma modalidade de direito que não se destina especificamente a proteção de interesses individuais ou de grupos determinados, mas é destinado ao gênero humano, com conteúdo de valor supremo.

Seu exercício é ao mesmo tempo coletivo e individual, oponível a qualquer um que viole suas disposições. Tal reconhecimento não restou encerrado apenas em âmbito normativo, mas também foi afirmado na corte suprema. No MS 22.164/DF, de relatoria do Ministro Celso de Mello o Supremo Tribunal Federal manifestou-se a respeito. O que neste julgado ficou definido.

PARTE II – METODOLOGIA

CAPITULO IV – METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo foi a quantitativa. Segundo Lakatos e Marconi (2010) essa metodologia tem como intuito realizar uma análise e interpretação através de números, utilizando modelos estatísticos para explicar dados. Desse modo as informações resultam uma análise detalhada através de quadros, tabelas e medidas.

O método quantitativo tem como características as objetividades, a sistematização e a quantificação dos conceitos evidenciados na comunicação. Na análise do conteúdo quantitativo, a ênfase deve recair na quantificação de seus ingredientes, ou seja, na frequência de aparição no texto de certas palavras, expressões, frases, temas. (LAKATOS & MARCONI, 2010).

A técnica de coleta de dados se realizou através da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, portanto, procedeu-se por meio de livros e artigos científicos que abordem o tema estudado, o que permitiu uma cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla, contribuindo para a constituição de um trabalho rico em informações.

Gil (2009, p. 51) expressa que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. A pesquisa documental desse estudo consistiu no levantamento dos Relatórios de Auditoria Municipal no período entre 2008 e 2010 dos municípios de grande porte do Estado de Alagoas, esses relatórios foram disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, já que o autor do presente trabalho tem acesso aos mesmos.

Para o diagnóstico escolheram-se os relatórios de quatros municípios, e que por uma questão de sigilo achou-se necessário prezar nomes de cidades e pessoas para que não venha a coagir tão pouco constranger os indivíduos ou lugares. Para tal foram denominadas as seguintes nomenclaturas: Município A,

Município B, Município C e Município D; Senhor Prefeito; Senhor Chefe do Executivo Municipal; Senhor Secretário e Senhor Vereador.

Para a análise dos dados optou-se pela técnica de análise de conteúdo, que é “uma análise multidimensional das palavras, na qual ocorre o diálogo reflexivo entre o texto e o leitor” (VERGARA, 2004, p. 75).

4.1 Coleta de Dados

A coleta de dados no presente trabalho ocorreu de forma a realizar a junção de documentos e relatórios de auditorias realizadas pelo próprio Tribunal de Contas de Alagoas em alguns municípios do Estado.

Os relatórios foram cordialmente cedidos para a que fossem analisados e comparados com vistas a enriquecer o trabalho. Através realização da solicitação pelo autor ao referido Tribunal de Contas, e mediante atendimento da solicitação pelo chefe da Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, tudo com a aprovação dos referidos técnicos que realizaram tal auditoragem e elaboração dos relatórios.

Os dados foram cedidos sob a importante exigência de ser mantido o sigilo dos relatórios, não do conteúdo em geral de que ele trata, mas dos municípios em que foram realizados, dos gestores e respectivos anos em que atuaram naquele local, bem como dos profissionais técnicos que realizaram aqueles serviços de auditoria.

Primeiro porque muitos municípios ainda estão sob veemente investigação, assim como muitos gestores públicos estão respondendo a processos e ações de improbidade diante do Ministério Público Estadual. E depois, porque se trata de uma necessidade a própria vida dos profissionais técnicos envolvidos nesse trabalho.

Nesses pareceres eles emitem o que conseguem apurar de regularidades e irregularidades de determinados municípios, além de suas próprias conclusões e opiniões sobre aquela gerência.

Tal auditoria pode ser inoportuna para aqueles que tentam burlar as leis e desviar o erário público, e com isso podem provocar a ira de determinadas pessoas ou grupos políticos. Para tanto, se faz necessário que haja sigilo, em tempo a preservar suas vidas, sua segurança e seu trabalho idoneamente.

Com as garantias supracitadas que o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas liberou a análise e a constância dos relatórios de 2003 e 2012 de 4 Municípios diferentes para que fossem analisados neste trabalho.

A coleta de dados realizada neste trabalho está totalmente comprometida com o sigilo das informações contidas nesses relatórios oficiais, mas sem esquecer a importância acadêmica e social do qual dispõem seus conteúdos. Dessa forma serão divulgadas informações sobre o padrão de técnicas e métodos utilizados na fiscalização e controle nas auditorias realizadas em alguns municípios do Estado de Alagoas, no Brasil.

Ainda comprometidos com o sigilo, não serão divulgados nesse trabalho os nomes dos gestores e dos profissionais envolvidos e responsáveis por esses relatórios. Porém serão ressaltadas as formas de gestão, os atos e as possíveis irregularidades, ao tempo em que serão registradas as opiniões e pareceres dos auditores responsáveis por esse trabalho, visto isso se faz imprescindível que haja a constância dos métodos e resultados da auditoria, mesmo que não sejam citados seus mentores.

Logo, o trabalho de recolhimento preenchido através da junção dos relatórios estimula o estudo e reconhece os dados, fornecidos de órgão oficial a fim de enriquecer a pesquisa e melhor elaborar as conclusões por ele estabelecidas.

4.2 Metodologias de Pesquisa

O presente estudo é baseado em documentos de relatórios de auditoria público municipal emitido por parecer pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Os presentes relatórios são tidos como matéria primordial neste trabalho, assim como também são analisadas revisões bibliográficas, extraindo deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta.

Foi dada a presente pesquisa tratamento metodológico de documentos por meio de relatórios destacados neste trabalho, tendo como pano de fundo a crítica a falta de mecanismos para uma melhor compreensão da pesquisa em auditoria municipal.

O material sobre a metodologia de pesquisa documental é muito sucinto e traz apenas a relatoria contábil, financeira, operacional e raramente jurídica sobre a situação da auditoria dos referidos municípios pesquisados. Portanto, este foi o percurso adotado pelo pesquisador, desde o momento em que estabelece sua meta de pesquisa até as conclusões apresentadas mediante a construção das tabelas e a análise dos dados.

A pesquisa foi realizada entre 4 (quatro) municípios do Estado de Alagoas no Brasil, com o intuito de verificar as formas, padrões e técnicas adotadas pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado a esses locais, sua experiência de trabalho, sua eficácia e aplicabilidade na dinâmica prática da atividade pública.

Para desenvolver este trabalho analítico, foi objeto central de interesse a produção escrita dos relatórios dos auditores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, bem como referências bibliográficas sobre o tema, sobretudo as que influenciaram a amplitude da atividade de auditoria proclamando essa produção de forma holística e global, que influenciaram também a produção desse trabalho, no que diz respeito à necessidade da demanda aos auditores.

As informações contidas nestes relatórios foram acrescidas a outras obtidas através de referências bibliográficas e em citações de artigos e livros. O que em diversas ocasiões, foram ressaltadas como informações importantes e contundentes, justamente em comentários escritos em citações, tais como a identificação de outras atividades exercidas.

4.3 Hipóteses em Investigação

A primeira hipótese a ser suscitada na presente pesquisa é a resistência à mudança na qual afeta negativamente a eficácia dos relatórios. Portanto ficou evidenciado que muito pouco foi modificado desde o início dos trabalhos de auditorias pelo TCE/AL em seus municípios até a presente data.

É notória a veemente paralisia em que se deu a esse ramo do controle público, onde apesar de existirem diversas normas técnicas a respeito de métodos e técnicas do trabalho da auditoria para se impor um padrão de trabalho. Muito pouco dessas regras e metodologias são adotadas nos municípios do Estado de Alagoas, sobretudo pela análise que fomenta.

A análise dos dados e relatórios condiz com um modelo de auditoria totalmente ultrapassado, onde se reportam apenas aos fatos e fatores contábeis, financeiros e operacionais. Deixando a desejar sobre outros fatores, tais quais as construções e engenharias, a segurança do trabalho, a análise médica e educacional, assim como o fator mais discutido na atualidade, que é a preservação ambiental.

Os relatórios apresentados se querem citaram a forma com que as áreas de preservação estão sendo conduzidas em cada município desses, nem mesmo se existe uma fiscalização e monitoração dessas áreas por parte do poder público.

A segunda hipótese suscitada na pesquisa foi a qualificação dos profissionais a qual afeta positivamente a eficácia dos relatórios. Portanto se não há funcionários qualificados e especializados em determinadas áreas, se torna impossível que seja feita uma pesquisa realmente eficaz e condizente com a realidade dos fatos.

O que ocorre atualmente é uma escassez de pessoal especializado, sobre nas áreas de tecnologias e ambiental, que possam propiciar a citada holística e dinâmica nos pareceres apresentados, ajudando a gestão pública a se ambientalização a auditoria globalizada.

O que está mais que comprovado através da vida prática, pois se não

há transparência no serviço público ele estará sujeito à riscos emitentes de não acontecer de forma honesta e eficaz.

Para que o serviço público atenda as demandas do novo modelo de gestão governamental adotado pelo estado democrático de Direito no Brasil, é preciso que haja eficiência, moralidade e publicidade nos serviços. Pois eles sofrerão fiscalização de todos os cidadãos, através de seus representantes no poder público, no caso do Ministério Público de Contas.

A ultima análise de hipótese a ser feita diz respeito ao grau de resistência política que deve afetar negativamente a eficácia dos relatórios. Certamente que a influência política é um grande problema na produção desses relatórios, prova disso é a manutenção do sigilo dos auditores e técnicos, para que não exerçam ou sofram sobre pressão de todos os tipos influência em seus pareceres.

Com base na lei 5.604 (anexo 01) de 20 de janeiro de 1994, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, maioria das decisões se dão de forma política, com exercício e sobre a influência política, a começar pela escolha de seus membros.

A Constituição de Alagoas, promulgada em 1989, portanto simetricamente editada em conformidade com a Constituição Federativa do Brasil, traz, no capítulo em que fala da fiscalização financeira e orçamentária do Estado o art. 34, que diz que “a fiscalização do Município será exercida mediante controle interno e externo”, e respectivamente os artigos 35 e 36 que falam do controle interno e externo municipal, onde o controle interno será desenvolvido pelo Poder Executivo Municipal, através de sistema instituído na forma da lei; e o controle externo incumbe a Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

O parecer prévio, expedido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito anualmente prestar, apenas deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, que poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. E assim como assinala a

própria CF/1988 é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, com exceção apenas dos que já existiam na época da CF/1988, ou seja, o do Rio de Janeiro e o de São Paulo.

O Tribunal de Contas do Estado sofre total influência política em sua estrutura, a começar do modo em que ele é integrado, composto por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território alagoano, inclusive sobre órgãos ou repartições do Estado, sediados fora do seu território, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 133 desta Constituição.

Desses Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros os maiores de trinta e cinco e menor de sessenta e cinco anos de idade; que tiverem idoneidade moral e reputação ilibada; que possuam notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e exercido, por mais de dez anos, função pública ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

A questão política que envolve os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado vai fundamentalmente do modo com que eles são escolhidos, ou seja, dois, indicados em lista tríplice pelo Governador do Estado com aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente dentre auditores e Membros do Ministério Público especial que oficia perante o Tribunal de Contas, segundo critérios de antigüidade e merecimento, e cinco pela Assembléia Legislativa.

Após a escolha do nome do referido Conselheiro, na forma do inciso II do art.95 da Constituição do Estado de Alagoas, será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para a correspondente nomeação. E se, dentro do prazo de quinze dias úteis subsequentes à data do recebimento, o Governador deixar de proceder à nomeação, o Presidente da Assembléia Legislativa expedirá o competente ato, que produzirá todos os efeitos legais.

Ainda exprimindo o poderio que é cabido aos referidos Conselheiros terão, podemos citar o §6º do art.95 da Constituição de Alagoas, na qual garante a eles as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos,

vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e somente poderão aposentar-se, com os vencimentos e vantagens do cargo, quando o tenham exercido efetivamente por mais de cinco anos.

Já os auditores, segundo o art.96 da já citada Constituição Estadual, são em número de três, nomeados pelo Chefe do Executivo, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias, vencimentos e impedimentos destes e, quando no exercício de suas atribuições, as de Juiz de Direito.

Compete ao Tribunal de Contas do Estado, justamente apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembléia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal; julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das entidades da administração direta, indireta e fundacional pública, inclusive as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual; e apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, e de concessão de aposentadoria, transferência, disponibilidade, reforma e pensão etc.

O Tribunal ainda realiza, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa ou de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza financeira e orçamentária, contábil, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poder Legislativo, Executivo e Judiciário e nas entidades referidas no inciso II; fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Município, assim como a instituições de qualquer natureza; presta as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa; assina prazo para que o órgão ou entidade adote providências; susta, a execução do ato impugnado entre outras funções.

Segundo o art.98 qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade da

administração estadual e municipal, direta ou indireta, inclusive nas fundações públicas, ao Tribunal de Contas do Estado. Formalizada a denúncia, o Tribunal de Contas promoverá sua apuração, através de processo administrativo, dentro do prazo improrrogável de trinta dias, e promoverá sua apuração, através de processo administrativo, dentro do prazo improrrogável de trinta dias.

A própria lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações junto às unidades da Administração Estadual, direta, indireta e fundacional pública, em função do controle externo. E o Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal de Contas ainda poderão ser reconduzidos uma vez, para o mandato subsequente.

Diante das exposições concluímos que as evidências e a constituição na própria lei, de que é através de decisão política e por indicações dos mesmos que se dará a escolha de mais da metade das cadeiras de conselheiros do Tribunal de Contas, passando a entender que essa influência é o maior empecilho da efetiva eficácia da fiscalização e da efetivação daquilo que se é fiscalizado com independência pelos auditores.

CAPITULO V – ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E REFLEXÃO DOS RESULTADOS

Empregando ao trabalho as técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa de análise documental dos conteúdos dos relatórios, e em cada um deles, o núcleo problemático que servisse ao propósito da pesquisa, em saber de que forma está ocorrendo à auditoria pública nos Municípios do Estado de Alagoas no Brasil por parte dos auditores do Tribunal de Contas daquele Estado.

Essa pesquisa consistiu num processo de recolhimento do material, interpretação e de inferências sobre as informações contidas nos relatórios de auditoria, revelando seu conteúdo manifesto e latente.

Realizando a correlação entre as hipóteses suscitadas e os documentos relatoriais apresentadores. Inicialmente elencando os itens mais importantes, e impondo a necessidade de planejar uma padronização necessária para classificá-los e descrevê-los de forma simétrica, propondo a esses relatórios que haja uma unicidade de forma de conduzi-los baseado nas normas já existentes de auditoria, com isso podemos identificar as distinções de análise apresentadas por cada técnico ou grupo de auditoria.

Tais distinções se constituíram em fontes significativas, que não deixam de ser importantes, porém não apresentam uma padronização no trabalho, nem mesmo que há nesses relatórios uma sistemática conjunta de assuntos, mediante as inferências realizadas sobre o conteúdo a que se referiam os diversos segmentos da auditoria.

O que pôde ser percebido é que a depender de cada técnico ou grupo de auditores, o relatório é elaborado com itens diferentes, a nosso ver, a depender de critérios e especialidades de cada um. Porquanto o parecer orçamentário, contábil e financeiro está presente em todos, apesar disso, os de engenharia, jurídicos e seus possíveis itens sofrem influência daqueles que estão realizando aquele determinado relatório, nisso percebemos a demasiada falta de um padrão de normas técnicas, como assim faz jus o TCU.

O trabalho realizado com os termos e, em seguida, com as análises fundamentadas em bibliografias e documentos, foi importante para a compreensão da realização da Auditoria realizada pelo TCE/AL nos Municípios desse Estado, sobretudo do ponto de vista teórico. No entanto, para estabelecer relações com a prática exigida pelo TCU, ainda será preciso definir a padronização deste trabalho, ou seja, a que tipo de informações estaria associado determinado conjunto de análises de auditoragem.

Primeiramente, devem os responsáveis pela auditoragem dos municípios e do Estado como um todo averiguar se as normas e técnicas utilizadas correspondem, de fato, a uma interpretação que garanta a padronização e equidade entre os municípios realizados. Deverá haver neste trabalho uma homogeneidade e coerência ao conjunto da auditoria, ainda que os dados não sejam iguais a pesquisa deverá ser a mesma.

Ao término da revisão de padrões técnicos da auditoria, elas deveriam de acordo com o conteúdo abordado realizar a opinião e os pareceres, prestando atenção ainda na holística da auditoria e na amplitude que devem acarretar aqueles relatórios.

A proposta para a realização da auditoragem é a padronização da investigação. Conclui-se, pois ressaltando a vinculação dos procedimentos levantados, em que refletem a maneira como ela trata o binômio teoria-prática, por meio de características presentes em seus relatórios.

5.1 Análise, interpretação e Reflexão dos Resultados das Auditorias nos Municípios

Fazendo uma análise entre três municípios do Estado de Alagoas, notamos que o método de inspeção realizado pelos técnicos do TCE/AL é *in loco* e de amostragem em sua totalidade.

Trataremos estes objetos de auditoria de Município A (A1 exercício 2004; A2 exercício 2009), Município B (exercício 2003) e Município C (exercício 2003). Relatamos, a seguir, apenas aquilo que os Técnicos do

TCE/AL ponderaram a respeito dos Municípios: A, B e C, Põe eles visitados e que passaram pelo processo de auditoria.

O Município A está na região situada no litoral central de Alagoas, no qual fizemos duas amostras de dados, a primeira (A1) durante o exercício de 2004 e a segunda (A2) no exercício de 2009. Notamos que existe uma discrepância entre as duas amostras no tocante a questão orçamentária, onde no primeiro exercício (2004), mesmo tendo apresentado a documentação pertinente aos processos licitatórios posteriormente, há um trabalho baseado nos princípios fundamentais de contabilidade, dispostos na Lei Federal 4.320/64.

No segundo exercício (2009) foi considerada a desobediência ao artigo 60 da Lei Federal 4.320/64, o qual estabelece que: “é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.” Também não foram apresentados os documentos de despesas dos meses de janeiro a abril.

Foram constatadas outras irregularidades tanto na distribuição irregular de combustíveis e lubrificantes de automóveis (próprios e locados).

Diferentemente, durante o exercício de 2004 não foram notadas tais irregularidades e sim aplicações de impostos (na casa de aproximadamente 36,5%) e cumprimento da A:D.C.T. (aproximadamente 16,5%).

Na região da Zona da Mata alagoana encontramos o Município B, o qual colhemos os dados do exercício de 2003, e conferimos que foram apresentados os documentos de despesa de todo o exercício. Recursos foram aplicados na educação (28,34%) e foi cumprida o que preconiza a A:D.C.T. com aplicação de 12,26%.

O Município C, também situado na Zona da Mata de Alagoas, e, também, teve seus dados do exercício de 2003 colhidos para uma análise de seus respectivos documentos, os quais foram apresentados aqueles referentes às despesas realizadas durante todo o exercício, mesmo que o gestor público à época deixou de apresentar alguns processos, no momento da fiscalização, referentes aos processos licitatórios.

Não foram encontrados no Município C irregularidades no tocante à má distribuição de combustíveis e lubrificantes de automóveis (próprios ou

locados). Além disso, foram aplicados impostos (pouco mais do que 26%) e foi cumprida o que concerne à A:D.C.T. (12,27%). Contudo, os Técnicos de Controle Externo concluem que: no Município A, no exercício de 2004, “teve muito mais acertos do que falhas, quanto aos aspectos técnicos e jurídicos assim como nas ações de saúde, educação assistência social”.

Já no exercício de 2009 do mesmo município os Técnicos de Controle Externo ponderaram que o relatório precisou ser submetido "ao superior (...) para que fossem julgadas as providências necessárias (sic).“ Provavelmente decorrente das tantas irregularidades encontradas no Município A2. Como conclusão da fiscalização realizada no Município B, os Técnicos do TCE/AL relatam que assim como no Município A (2004, A1) o Município C “teve muito mais acertos do que falhas, quanto aos aspectos técnicos e jurídicos assim como nas ações de saúde, educação assistência social, obras e serviços.”

Na tabela 01, podemos observar a comparação entre os relatórios emitidos pela auditoria realizada em 4 (quatro) municípios do Estado de Alagoas. Nela consta a referência que foi dada a eles, mediante a preservação de seus reais nomes pelo sigilo, transformando-os sucessivamente em Municípios A1, A2, B e C. Vejamos:

Coloque o título : Tabela 01- Comparação dos Relatórios

	EXERCÍCIO INSPECIONADO	Apresentação dos documentos de despesa	Despesas/Contratações irregulares	Formalizada com a Lei	Aplicação de em educação	Aplicação de impostos (%)
Município A'	2004	X	X	OK	X	36,49
Município A''	2009	NÃO (jan. - abr. 2009)	SIM	NÃO	X	X
Município B	2003	SIM	X	X	28,34	X
Município C	2003	SIM	?	OK	?	26,3

Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado na tabela 01, foram elencados os seguintes dados sobre os referidos municípios analisados: o exercício inspecionado respectivamente de 2004,2009, 2003 e novamente de 2003; a apresentação dos documentos de despesa de cada município, sendo que no município A1 não requerido e especificado em 2004; a lista de despesas e contratações, assim como as possíveis irregularidades, que sofreu com a falta de padrão e

não foi requerido pelos municípios A1 em 2004 e B em 2003; A formalização com a Lei, onde apenas A1 (2004) e B estavam realmente de acordo com ela; A aplicação dos recursos públicos em educação, onde a maioria foi negativa e apenas o município B (2003) investiu 28,34%; e a aplicação dos recursos recolhido em impostos utilizado em 36,49% em A1 e 26,3% em C.

A segunda tabela elaborada Tabela 02, traz as informações dos mesmos Municípios analisados em auditoria junto ao tipo de inspeção feita, que em sua totalidade foi realizada in loco, ou seja, no próprio município mediante a visita dos auditores.

Como o método de pesquisa realizado pelos auditores, que é na totalidade o método de amostragem, sem mais especificações, e mais o cumprimento da A.D.C.T. em percentagem, sendo a do Município A1 (2004) de 16,47%, de A2 (2009) não foi requisitado no relatório, do Município B (2003) em 12,26% e mais no Município C (2003) sendo de 12,27%. Vejamos Tabela 02:

Coloque o título : Tabela 02 – Tipo, Método e Cumprimento da A.D.C.T.

	EXERCÍCIO INSPECIONADO	Tipo de Inspeção	Método	Cumprimento da A:D.C.T. (%)
Município A'	2004	"in loco"	Amostragem	16,47
Município A''	2009	"in loco"	Amostragem	X
Município B	2003	"in loco"	Amostragem	12,26
Município C	2003	"in loco"	Amostragem	12,27

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 03 onde os mesmos municípios A1, A2, B e C estão sendo analisados novamente, nos mesmos exercícios já citados, foram avaliados ainda, nos relatórios quantidade de veículos próprios ou locados que são utilizados pelo referido município.

A possível distribuição irregular de combustíveis entre os automóveis oficiais e não oficiais do município, a forma com que ocorrem ou devem ocorrer

os processos licitatórios dos serviços públicos daqueles municípios. Ainda é feito no final do relatório uma conclusão e a opinião dos técnicos sobre os serviços de gestão daquele determinado município.

Observemos pois a tabela abaixo.

Coloque o título : Tabela 03 - Inspeção, Distribuição e Processos Licitatórios

	EXERCÍCIO INSPECIONADO	Quanto aos Veículos (próprios ou locados)	Distribuição irregular de combustível	Processos Licitatórios	CONCLUSÃO
Município A'	2004	"dentro da normalidade"	NÃO	"Foram apresentados posteriormente"	"teve mais acertos do que falhas (...)"
Município A"	2009	"despesas irregulares(...)" e	SIM	X	submetido "ao superior (...)" para
Município B	2003	X	X	X	submetido ao superior
Município C	2003	NÃO	NÃO	"deixou de ser apresentado no momento da fiscalização alguns	"teve mais acertos do que falhas (...)"

Fonte: Elaboração própria

Logo, podemos chegar a conclusão de que diante das tabelas produzidas nesse trabalho, que aduz uma simples comparação da auditoria realizada no TCE/AL nos municípios desse Estado, são inúmeras as diferenças de requisitos utilizados, o que deixa a desejar pelos serviços em alguns casos. Portanto é preciso que haja uma maior padronização para a garantia da equidade nesses relatórios.

5.2 Contribuições do Estudo de Caso

No presente estudo pode ser notada a imensa missão dos auditores em trabalhar diariamente recolhendo e trabalhando esses dados contábeis, financeiros, operacionais, jurídicos, etc que lhes são apresentados pelos municípios.

Além da emitente tarefa de realizar a auditoria, eles exercem função primordial em trabalhar para que haja transparência e fiscalização nas contas públicas, portanto suas tarefas estão em fiscalizar o controle desses gastos e ganhos para o erário público.

Apesar do imenso trabalho da auditoria dos municípios do Estado de Alagoas no Brasil, e das dezenas de dificuldades enfrentadas por esse profissionais, sob os mais variados pontos, estrutura, falta de tecnologias e pessoal suficiente para cumprir tais serviços. Há de contar ainda, com a força da influencia política na fase mais importante do trabalho que é o parecer do próprio colegiado do tribunal, composto por cargos vitalícios, e conselheiros indicados pelo Governador do Estado.

O presente estudo tem a função profícua de ressaltar a importância da atividade de auditoria para toda a sociedade, assim como indicar as falhas da atividade sob o ponto a idéia de ajudar a melhor as formas de condução das auditorias, principalmente em questões de padronização.

5.3 Limitação da Investigação

O estudo de caso do presente trabalho está delimitado por esta voltado apenas à pesquisa do trabalho prático de fiscalização e controle exercido em Municípios do Estado de Alagoas no Brasil.

Não podendo como evidenciado no trabalho possíveis lacunas em outros trabalhos desenvolvidos de uma forma geral pelas controladorias e auditorias em todo o país. Remeteu-se a pesquisa em explicar de forma simples e normativa como deve ser realizado o trabalho de auditoria no Brasil, com ênfase para autores nacionais e estudiosos no assunto, assim como utilizando-se da normatização brasileira ABNT em que são traçadas normas específicas para o processo de auditoria, assim como a visão ampla da necessidade holística na análise e fiscalização de tais serviços públicos auditados.

O limite explícito da investigação está justamente na pouca abrangência de localidade, pois estudou-se apenas quatro atuações de auditoria em três municípios do Estado de Alagoas, que é um estado considerado pequeno ante a abrangência continental de um país como o Brasil.

A limitação implícita no trabalho está no fato de não poder julgar ou analisar o trabalho de auditoria brasileiro, nem mesmo alagoano de uma

forma geral, mas diante dos casos, leis e experiência apresentados carece-nos exaustivamente de uma novaroupagem na forma e na amplitude do trabalho desenvolvido pelos técnicos de auditoria em Alagoas.

5.4 Proposta para Futuras Investigações

O legado deixado pelo objeto primordial de estudo presente nessa dissertação é a experiência marcante de análise e evidências da necessidade de atualização, abrangência e melhorias no desenvolvimento do processo de auditoria desenvolvido em Alagoas, em seu métodos e em respeito a sua normatização e holística.

A proposta futura seria a investigação mais ampla, constituindo assim mais municípios, de forma que pudessem contemplar todas as regiões do Estado, com o objetivo de diagnosticar de forma mais exata e consistente a constatação da defasagem nos métodos e a falta de abrangência na análise dos serviços suscitados pela auditoria.

CONCLUSÕES

As normas de elaboração de relatórios preconizam entre outros aspectos relevantes a realização digna de notas para a ênfase de melhorias naqueles municípios, diante das críticas e sugestões deixadas pelos relatórios.

As informações contidas nos relatórios das auditorias inicialmente contêm o relato das informações importantes acerca da entidade e órgãos, programas e atividades, assim como da natureza do trabalho realizado. Através da realização do conteúdo principal do relatório, ou seja, o conjunto de atividades, serviços e gestão daquele município auditado.

Nos relatórios analisados foi possível identificar os achados e recomendações descritas a serem organizadas de modo a apresentar os elementos, inclusive condições, critérios, causas e efeitos pertinentes aos fatos e recomendações resultantes do trabalho de auditoria. Contudo, esses achados não devem limitar as áreas e as exigências de medidas corretivas, podendo referir-se também àqueles com que são realizados os relatórios.

Diante do trabalho realizado pelos auditores, ainda que não haja uma padronização necessária, muitos dos requisitos se repetiram, porém não suficientes para a formação da própria comparação de dados.

Após a realização do relatório é aberta a posição do órgão ou entidade auditada para possíveis manifestações acerca dos dados relatados no parecer, essas manifestações podem ser de qualquer tipo, porém deve ser feita de modo sucinta, especificando as respostas e recomendações. Isso demonstra mais uma vez a forma democrática e transparente com que é realizado este trabalho.

Conclui-se que a auditoria realizada nos municípios do Estado de Alagoas, no Brasil, diante de todos os dados, tabelas e normatizações citadas no presente trabalho é feita de forma em que fortalece a democracia e a transparência nos serviços públicos do Estado, e que utiliza da técnica de amostragem e da pesquisa realizada nos próprios municípios para se munir de

dados e provas. Porém, ainda não possui requisitos e padrões suficientes para que seja mantida uma sistemática e simetrias ideais.

1. Conclusão das Hipóteses

Com base nas quatro hipóteses levantadas:

A resistência à mudança afeta negativamente a eficácia dos relatórios;

A qualificação dos profissionais afeta positivamente a eficácia dos relatórios;

O grau de resistência política afeta negativamente a eficácia dos relatórios.

Podemos constatar que:

- **Na hipótese 1:** é totalmente validada, pois decorrente das informações obtidas diante dos relatórios emitidos pela Auditoria do Tribunais de Contas (TCE/AL) de quatro municípios citados a resistência a essa mudança inicia-se pela falta de estrutura e de novos técnicos de áreas diversas para a realização do trabalho de auditoria. Conforme os dados apresentados no trabalhos podemos concluir que também faz parte da resistência a mudança a falta de atualização por parte dos próprios servidores, que não se atualizam, ou participam de cursos, ou mesmo não se sentem motivados a realizar esses cursos, pelo próprio cansaço da atividade diária e da falta de motivação no trabalho.
- **Na hipótese 2:** a segunda hipótese sobre qualificação dos profissionais afeta positivamente a eficácia dos relatórios é validade em parte, pois da mesma forma com que ela pode ser afetada positivamente, da mesma os profissionais que não se qualificarem e não se atualizarem, pesquisando, realizando cursos e sendo motivado nesse sentido corre o sério risco de apresentar relatórios e conclusões desatualizadas, fadados ao insucesso dos relatório. Da mesma forma com que a crítica

ao trabalho da auditoria nos municípios do Estado de Alagoas recai a falta de padronização podemos entender que este seja uma das motivações a que isso ocorra. O parecer técnico não deve ser feito de qualquer forma, pois ele deve seguir regras rígidas de forma, da mesma forma os relatórios nos municípios devem ser realizados com um padrão único para o Estado, conste ou não aqueles dados, é necessário que haja equidade realizando as mesmas pesquisas, ainda que o municípios não forneça os dados.

- **Na hipótese 3:** nesta hipótese verifica-se se o grau de resistência política afeta negativamente a eficácia dos relatórios. Essa validação está totalmente procedente, visto que segundo a própria lei orgânica do Tribunal de Contas e a Constituição Estadual validam que os conselheiros do Tribunal de Contas devem ser escolhidos, em sua maioria por indicação política da Assembléia legislativa e do Governador do Estado, com apenas dois dos sete membros oriundos da carreira pública. Logo, resta demonstrado claramente como a influência política é exercida diante da eficácia dos relatórios. Lembramos, pois, que os relatórios apesar de serem realizados com independência e sigilo, estarão sempre sujeito a análise pelos membros do conselho, diante disso que se permite essa real influência política na auditoria, pois nesse momento é que pesa a interferência política em realizar ou não esta atividade.

Podemos concluir que as informações trazidas pelos relatórios de auditoria influenciam no tempo de resolução da mesma, validando esta hipótese com base nas tabelas referidas no trabalho.

O presente estudo contribui de forma ímpar para análise da metodologia utilizada na auditoria pública das contas do Estado de Alagoas/ Brasil, assim como chama atenção a todo o trabalho que vem sendo desenvolvido, ou seja, apesar das diversas delimitações, normatizações e do incentivo aos auditores, o trabalho ainda vem sendo desenvolvido sem uma padronização, essa foi a

principal limitação para a investigação encontrada no trabalho, corrigindo isso, e é a principal proposta futura de investigação, que o trará consigo a possibilidade de comparações e estatísticas de trabalho com os demais, assim como também precisa de uma visão ampla, holística do que está sendo trabalhado, do ambiente que está sendo analisado, da eficácia e efetividade de todos os serviços. Dessa forma a gestão pública e a utilidade da gestão para toda a sociedade será realmente eficaz e participativa.

2. Proposta De Novas Investigações

Face aos desafios encontrados durante o decorrer da tese, compreendemos que seja mais que necessário a proposta de realização de uma análise mais ampla, que envolva mais Estados do Brasil, da mesma forma em que evidencie os trabalhos realizados em algumas cidades, para que possa haver uma pesagem da quantificação e da exequibilidade do trabalho desempenhado neles, as quais não foram possíveis tendo em vista que o presente trabalho limitou-se apenas a um único Estado do nordeste, e ainda assim, a apenas três cidades.

Através de uma pesquisa mais ampla no Estado Brasileiro que poderemos ter um termômetro da normatização e da necessidade da holística nos Estados, até mesmo como forma de constatar se esse é um problema local ou geral, fortalecendo ainda mais os dados ora apresentados.

REFERENCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ACHKAR, Azor El. **AUDITORIA AMBIENTAL PÚBLICA**: Instrumento para efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. TCE Santa Catarina, 2007.

AGUIAR, Ubiratan. Tribunais de Contas e as estratégias para reduzir o risco de corrupção. *In: Revista do Tribunal de Contas da União*. Brasília. Vol.35, nº 105, jul./set. de 2005. (p.17-28).

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**, 6ª Ed, Atlas, São Paulo, 1988.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos *et al.* **Auditoria Contábil** – Enfoque teórico, prático e normativo. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à Auditoria Operacional**. (3ª. ed.) Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

ATTIE, William. **Auditoria – Conceitos e Aplicações**. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1998.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira**. *In: CANOTILHO, J.J. Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (org.). Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007.

BORGES, C. A. N e CAMPOS, S. M. C. **Auditoria Governamental**. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON: 1998

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N. e KELL, Walter G. **Auditoria**. Tradução José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CETADINI, Antônio Roque. **O Controle Externo da Administração Pública**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1995.

COSTA, Armindo Fernandes da; PEREIRA, José Manuel e BLANCO, Sílvia Ruíz. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. *In: Revista de Estudos Politécnicos*. Porto. Vol. 3, nº 5/6, jun. 2006, (p.201-225).

DINIZ, Josedilton Alves *et al.* Controle Interno na Administração Pública Municipal: Aplicação da Análise Discriminante para Modelar uma Congruência

com o Controle Externo. *In: Anais do 4º Congresso USP Controladoria e Contabilidade*. São Paulo, 2004.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. (2ª. ed.) São Paulo: Atlas, 1995.

GERIGK, Willson *et al.* Controladoria pública municipal na perspectiva dos profissionais do controle externo. *In: ABCustos Associação Brasileira de Custos*. Vol. 2, nº3, set/dez 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. (6ª. ed.) São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. (10ª. ed.) São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. (5ª. ed.) **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Jayme Baleeiro. **As Organizações Sociais e o Controle dos Tribunais de Contas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

NBC. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. NBC-T-11 relativas a auditoria independente das demonstrações contábeis, aprovadas pela Resolução do CFC n. 820/97.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: Normas e Procedimentos**. (3ª. ed.) São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, Antônio Carlos Magalhães. **Corrupção e controle da Administração pública brasileira**, 2ª edição, São Paulo, Atlas, 2004.

SÁ, A. Lopes. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1993.

SANTANA, Victor Leal. O impacto das auditorias da CGU sobre o empenho administrativo local. *In: Revista da Controladoria Geral da União – CGU*. Ano III, nº 5, dez, 2008.

SIQUEIRA, Antônio Carlos Pedroso de. **Controle de Auditoria Governamental**, ESAF, Brasília, 1996.

SILVA, Marta Varela. A auditoria na proteção das unidades de conservação situadas em áreas urbanas. *In: Revista de Controle e Administração*. Rio de Janeiro. Vol. II, nº 1, jan-jun. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. (5ª.ed.) São Paulo: Atlas, 2004.

WEB GRAFIAS:

DIAS, Carlos Bonny e SARRICO, Cláudia. **Controlo público dos governos municipais: novos horizontes.** *Economia Global e Gestão* [online]. 2008, vol.13, n.3, pp. 99-118. ISSN 0873-7444.

LIMA, Luiz Henrique Moraes de. **O Tribunal de Contas da União (TCU) e a gestão ambiental brasileira: experiência recente.** *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2005, vol.3, n.3, pp. 01-13. ISSN 1679-3951.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa and ALMEIDA, José Joaquim Marques de. **Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública.** *Rev. contab. finanç.* [online]. 2004, vol.15, n.35, pp. 84-95. ISSN 1808-057X.

DEMAIS FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS, (1994). **Lei Orgânica do Tribunal de Contas de.** Lei nº5.604, Maceió.

BRASIL, (1988) . **Constituição da República Federativa do.** Brasília.

Anexos

ANEXO A Lei n. 5.604- de 20.01.94



ESTADO DE ALAGOAS

LEI N.º 5604 DE 20 DE JANEIRO

DE 1994

DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS E DAS OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faça saber que o Poder Legislativo decreta e sanciona a

seguinte Lei

TÍTULO I
DA NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição e na forma prescrita nesta Lei:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento, o Parecer prévio à Assembleia Legislativa, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros bens e valores públicos das entidades da administração direta indireta e fundacional pública, inclusive as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos:

a - de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta e nas fundações públicas estaduais executadas as nomeações para cargo em provimento em comissão;



ANEXO B Constituição do Estado de Alagoas

CONSTITUIÇÃO

DO ESTADO DE ALAGOAS

1989

PREÂMBULO

OS REPRESENTANTES DO POVO ALAGOANO, REUNIDOS EM ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE, INVOCADO A PROTEÇÃO DE DEUS E INSPIRADOS PELOS IDEAIS DEMOCRÁTICOS E DE JUSTIÇA SOCIAL PROCLAMADOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, PROMULGAM ESTA.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Estado de Alagoas, constitui de Municípios autônomos. é imunidade político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República e desta Constituição

Art. 2º - E finalidade do Estado de Alagoas, guardadas as diretrizes estabelecidas na Constituição Federal, promover o bem-estar social. calcado nos princípios de liberdade democrática, igualdade jurídica, solidariedade e justiça, cumprindo-lhe, especificamente:

I - assegurar a dignidade da pessoa humana, mediante a preservação dos direitos invioláveis a ela inerentes;

II - garantir a participação da comunidade na condução e no controle da administração pública, nas condições e pelos meios que a lei especificar;

III - contribuir para o desenvolvimento integral e harmônico da comunidade, de modo a remover as desigualdades regionais e sociais;

IV - dar proteção aos valores e ao patrimônio cultural, preservando os bens de natureza material e imaterial referenciados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade;

V - promover e estimular, com a colaboração da sociedade, amplas oportunidades de educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho;

VI - estimular os desportos, em suas modalidades formais e informais, bem assim o lazer como forma de promoção social;

VII - desenvolver ações permanentes de amparo à infância, à maternidade. aos idosos e aos portadores de deficiências, bem como oferecer assistência aos necessitados, contribuindo para a

erradicação do subemprego, da marginalização e da miséria;

VIII - proteger o meio ambiente, zelando pela perenização dos processos ecológicos essenciais e pela conservação da diversidade e da integridade das espécies;

IX - executar ações que visem à redução dos riscos à doença, favorecendo o acesso igualitário e universal aos serviços destinados à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, bem assim o desembaraçado exercício dos direitos relativos à assistência social;

X - velar pela preservação da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, objetivando a consecução do desenvolvimento integral da comunidade;

XI - conceber e executar ações e programas voltados ao aproveitamento racional e adequados da terra, estimulando a planificação das atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais;

XII - fomentar a pesquisa científica e tecnológica, tendo em vista o bem-estar coletivo e o desenvolvimento das ciências;

XIII - contribuir para a indissolubilidade da União Federal;

XIV - promover as condições necessárias para a fixação do homem no campo.

Art. 3º - Rege-se o Estado de Alagoas pelas normas estabelecidas nesta Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios prescritos na Constituição da República.

Parágrafo único - São símbolos do Estado de Alagoas a Bandeira, o Hino e o Brasão adotados à data da promulgação desta Constituição, além de outros que a lei estabelecer.

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 4º - A organização político-administrativa do Estado de Alagoas compreende o Estado e os Municípios.

Parágrafo único - São poderes do Estado o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

SEÇÃO I

DO ESTADO

Art. 5º - O território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, por documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterados senão nos casos previstos pela Constituição Federal.

Art. 6º - O Estado de Alagoas tem Capital e sede do seu Governo no Município de Maceió.

Art. 7º - Exercerá o Estado, exclusiva, concorrente ou supletivamente, as competências que lhe são reservadas pela Constituição da República, sem prejuízo de todas as demais que lhe não sejam expressamente excluídas.

Art. 8º - Incluem-se entre os bens do Estado:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas,

neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, dos Municípios ou de terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Parágrafo único - Os bens integrantes do patrimônio imobiliário do Estado não poderão ser objeto de alienação ou aforamento senão em virtude de lei.

Art. 9º - É vedado ao Estado de Alagoas e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros, em razão de credo, cor, raça, sexo, condição social ou origem;

IV - estabelecer preferências entre si.

SEÇÃO II

DO MUNICÍPIO

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - O Município, ente político-administrativo autônomo, reger-se-á pela lei orgânica que adotar, respeitados os princípios estabelecidos pela Constituição da República e pôr esta Constituição.

Art. 11- A autonomia municipal será assegurada:

I - pelo poder de auto-organizar-se mediante a decretação de sua Lei Orgânica;

II - pela eleição direta do Prefeito. do Vice-Prefeito e dos Vereadores:

III - pelo exercício de administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse;

IV - pela instituição e pela arrecadação dos tributos de sua competência;

V - pela organização dos serviços públicos locais.

Art. 12 - Compete ao Município dispor sobre todas as matérias pertinentes ao seu peculiar interesse e especialmente:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de

educação pré-escolar e de ensino fundamental, bem assim prestar serviços de atendimento à saúde da população e de proteção às pessoas portadoras de deficiências;

III - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IV - desenvolver ações de proteção ao patrimônio histórico-cultural e ao meio ambiente, observadas as legislações e as atividades fiscalizadoras da União e do Estado;

V - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

VI - promover programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

VII - criar, organizar e suprimir distritos, guardada a legislação estadual pertinente;

VIII - organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou de permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

IX - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

X - aplicar suas rendas, observados os deveres de prestação de contas e de publicação mensal de balancetes, respeitados os prazos e as condições prescritas em lei;

XI - legislar sobre os assuntos de interesse local;

XII - suplementar, no que couber, as legislações federal e estadual.

Art. 13 - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão pôr lei estadual, obedecidos os requisitos estabelecidos em lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, preservada, em qualquer hipótese, a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano. ¹

Art. 14 - A Lei Orgânica será votada em dois turnos, com interstícios mínimo de dez dias, e aprovada pela Câmara Municipal, sendo obrigatório à guarda dos seguintes preceitos fundamentais:

I - realização do planejamento municipal com a participação de entidades representativas da comunidade;

II - fixação das despesas com pessoal ativo e inativo, respeitados os limites estabelecidos em lei complementar federal;

III - criação de cargos e empregos públicos, fixação e majoração de vencimentos e salários, instituição ou reformulação de estruturas de carreiras e ainda a concessão de vantagens pecuniárias, condicionadas à existência de dotação orçamentária suficiente e de autorização específica na lei orçamentária, excluídas, no último caso, as empresas públicas e as companhias de economia mista;

IV - depósito das disponibilidades de caixa das Administrações Direta, Indireta e Fundacional Pública em instituição financeira oficial, ressalvados os casos previstos em lei;

V - aplicação, anualmente, de pelo menos vinte e cinco por cento da receita resultante da arrecadação de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público;

VI - sujeição dos servidores públicos municipais a regime jurídico único.

Art. 15 - O Governo Municipal será exercido:

I - pela Câmara Municipal, com funções legislativas e de controle administrativo;

II - pelo Prefeito Municipal, com funções executivas.

Parágrafo único - Os órgãos do Governo Municipal exercerão suas atribuições com plena independência entre si, bem assim em relação aos Poderes e aos órgãos da União e do Estado.

Art. 16 - Cada Município poderá instituir símbolos próprios representados pela bandeira, pelo hino e pelo brasão municipais.

SUBSEÇÃO II

DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Art. 17 - A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores, eleitos entre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, em cada Município.

Art. 18 - O número de Vereadores é proporcional à população do Município, respeitados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

Art. 19 - A remuneração dos Vereadores não poderá ser superior à retribuição que for fixada ao Prefeito Municipal, em espécie, a qualquer título.

Parágrafo único - Fica vedada, as Câmaras Municipais, a concessão de verba de representação aos membros da mesa Diretora.

Art. 20 - Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 21 - Estendem-se, no que couber, aos Vereadores, as proibições, as incompatibilidades e as condições de perda de mandato que são estabelecidas nesta Constituição para os Deputados Estaduais.

Art. 22 - As deliberações da Câmara Municipal, salvo expressa disposição legal em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 23 - Compete à Câmara Municipal:

I - elaborar e aprovar seu próprio regimento interno;

II - dispor quanto à organização e ao provimento dos cargos dos seus serviços;

III - autorizar o Prefeito Municipal a se ausentar do território do Município, quando previsto afastamento por período superior a quinze dias;

IV - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal e apreciar os relatórios

trimestres pertinentes à execução dos planos de governo;

V - fiscalizar e controlar os atos da Administração Municipal, inclusive dos órgãos descentralizados;

VI - fixar a remuneração dos Secretários Municipais, bem assim, a cada legislatura, aquela do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para vigência no período subsequente;

VII - conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

VIII - deliberar sobre os vetos apostos pelo Prefeito Municipal;

IX - admitir acusações contra o Prefeito Municipal, na hipótese de crimes de responsabilidade;

X - dispor, com a sanção do Poder Executivo, sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

- a) tributos, arrecadação e distribuição de rendas;
- b) orçamento, operações de crédito e dívida pública do Município;
- c) planos e programas municipais de desenvolvimento;
- d) criação, extinção e declaração de desnecessidade de cargos e empregos;
- e) transferência precária da sede da administração municipal;
- f) fixação e majoração de vencimentos e salários de servidores públicos municipais;
- g) autorização prévia para a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio municipal;
- h) autorização para a concessão de serviços públicos municipais, bem como de direito de uso, remunerado ou não, de bens públicos;
- i) aprovação do plano diretor, obrigatório nas cidades com mais de vinte mil habitantes.

Art. 24 - Na elaboração de suas leis, os Municípios observarão, no que couber, as normas desta Constituição referentes ao processo legislativo.

Parágrafo único - A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico de Município, de cidade ou de bairros, formalizar-se-á mediante manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

SUBSEÇÃO III

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 25 - A Chefia do Poder Executivo é exercida pelo Prefeito Municipal.

Art. 26 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente com os Vereadores, mediante pleito direto, e exercerão mandato de quatro anos.

Parágrafo único - A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito ocorrerá sempre no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao das eleições municipais.

Art. 27 - O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito Municipal nos casos de impedimento e o sucederá nos de renúncia ou morte.

Parágrafo único - A remuneração do Vice-Prefeito compreenderá representação correspondente à que percebe o Prefeito e subsídio equivalente a dois terços daquele que for a este devido.

Art. 28 - Ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, far-se-á eleição nos noventa dias que se seguem à data em que se deu à última vaga, cabendo aos eleitos completar o mandato interrompido.

§ 1º - Impedidos o Prefeito e o Vice-Prefeito, serão sucessivamente chamados ao exercício do cargo o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 2º - Ocorrendo a dupla vacância nos últimos dois anos do mandato, dar-se-á a eleição, pela Câmara Municipal, trinta dias após a ocorrência da última vaga, na forma do que dispuser a Lei Orgânica.

§ 3º - Vagos os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, coincidentemente com todos os cargos de Vereador, Administrador Municipal será nomeado pelo Governador do Estado, escolhido dentre os integrantes de lista tríplice formada pela Assembléia Legislativa, ao qual incumbirá administrar o Município, até que seja dada posse ao novo Prefeito.^{[1][1]}

§ 4º - Aplicar-se-á, ainda, a regra do parágrafo precedente, na hipótese de que, ultimados os mandatos de Prefeito e Vice-Prefeito, não estejam eleitos os seus sucessores.^{[2][2]}

Art. 29 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

- I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;
- II - exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração municipal;
- III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição e na Lei Orgânica;
- IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;
- VII - remeter mensagem e plano de Governo a Câmara Municipal, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que reconhecer necessárias;
- VIII - conferir condecorações e distinções honoríficas;
- IX - enviar à Câmara Municipal o plano plurianual de investimentos e as propostas de orçamento, este até cento e vinte dias antes do início do exercício financeiro seguinte;
- X - prestar, anualmente, a Câmara Municipal, dentro dos sessenta dias após a abertura de cada sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XI - prover os cargos públicos, na forma da lei;

XII - apresentar, a Câmara Municipal, relatórios trimestrais relativos ao desenvolvimento do plano de governo;

XIII - remeter a Câmara Municipal, até o dia vinte de cada mês, o duodécimo da dotação orçamentária que lhe for reservada;

XIV - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição e na Lei Orgânica.

Parágrafo único - O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e XI aos Secretários Municipais, que observarão os limites estabelecidos nos respectivos atos de delegação.

Art. 30 - A inobservância da regra do inciso XIV do artigo anterior implicará crime de responsabilidade do Prefeito Municipal.

SUBSEÇÃO IV

DA POLÍTICA URBANA

Art. 31- O Município, na concepção e no desempenho da política local de desenvolvimento urbano, visará ao bem-estar social.

Art. 32 - O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano.

Art. 33 - Lei municipal específica, observado o que dispuser a legislação federal, exigirá dos proprietários do solo urbano não edificado ou subutilizado, que promovam o correspondente e adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento urbano compulsório;

II - instituição de imposto, progressivo no tempo, sobre a propriedade predial e territorial urbano;

III - expropriação por interesse social, necessidade ou utilidade pública.

SUBSEÇÃO V

DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 34 - A fiscalização do Município será exercida mediante controle interno e externo.

Art. 35 - O controle interno será desenvolvido pelo Poder Executivo Municipal, através de sistema instituído na forma da lei.

Art. 36 - O controle externo incumbe a Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - O parecer prévio, expedido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito anualmente prestar, apenas deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, que poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 3º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

SEÇÃO III

DA INTERVENÇÃO

Art. 37 - O Estado não intervirá nos Municípios exceto quando:

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento à representação para garantir a observância de princípios indicados nesta Constituição, ou para assegurar a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Parágrafo único - No caso do inciso IV deste artigo, dispensada a apreciação pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

Art. 38 - A decretação da intervenção dependerá de requisição:

I - da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas do Estado, nos casos dos incisos I a III, do art. 37;

II - do Tribunal de Justiça, no caso do inciso IV, do art. 37.

Art. 39 - O decreto de intervenção, obrigatoriamente, conterá:

I - a indicação das causas que motivaram a ação interventiva, bem como da hipótese constitucional que legitima a medida concreta;

II - a fixação do prazo de duração da medida excepcional, que em nenhum caso poderá ser superior a noventa dias;

III - determinação dos limites da ação interventiva, considerada a natureza das irregularidades administrativas que justificarem as providências, e a indicação dos órgãos da administração municipal em que foram verificadas;

IV - a nomeação do interventor, cuja permanência no desempenho da função fica condicionada a confirmação pela Assembléia Legislativa Estadual;

V - a obrigatoriedade da apresentação, pelo interventor, de relatórios mensais à Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado e ao Tribunal de Contas, nos quais exporá circunstanciadamente todas as atividades desenvolvidas no mês anterior, sem prejuízo do relatório final que deverá ser remetido aos órgãos de que trata este inciso, até dez dias após o prazo de duração da medida interventiva.

§ 1º - Expedido o decreto que determinar a intervenção, será ele remetido, dentro do prazo de vinte e quatro horas, a contar da data de sua publicação, à Assembléia Legislativa Estadual, que, após apreciá-lo, manterá ou suspenderá a medida excepcional.

§ 2º - Na hipótese de não estar a Assembléia Legislativa funcionando, far-se-á a convocação extraordinária no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º - O decreto do Poder Executivo que prorrogar a duração da medida interventiva, será submetido à

Assembléia Legislativa Estadual, observadas as mesmas condições, inadmissível, em qualquer hipótese, a extrapolação do limite máximo estabelecido no inciso II.

Art. 40 - Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

SEÇÃO IV

DAS REGIÕES

Art. 41 - O Estado poderá, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microregiões, constituídas de Municípios limítrofes, para integrarem a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - .A Administração Pública, estadual e municipal, observará os princípios fundamentais da prevalência do interesse público, legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, publicidade, planejamento e continuidade, além de outros estabelecidos nesta Constituição.

Art. 43 - A Administração Pública, estadual e municipal, orientar-se-á pela desconcentração e pela descentralização, compreendendo as administrações direta, indireta e fundacional pública.

1º - Integram a Administração Direta as unidades administrativas setoriais desconcentradas, na conformidade do que a lei disciplinar.

2º - Compõem a Administração Indireta as autarquias, as sociedades de economia mista e as empresas públicas.

3º - Constituem a Administração fundacional pública as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, destinadas à execução de serviços estatais.

Art. 44 - São diretrizes específicas de observância obrigatória pela Administração Pública:

I - acessibilidades aos cargos, funções e empregos públicos a todos os brasileiros que satisfaçam os requisitos estabelecidos em lei;

II - publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, através de divulgação de caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada à inclusão de imagens, nomes e símbolos que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos;

III - responsabilidade, pelas pessoas jurídicas de direito público, bem assim pelas de natureza privada prestadores de serviços públicos, pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o agente direto, nos casos de culpa ou dolo;

IV - indispensabilidade de prévio processo de licitação pública para contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação ordinária;

V - asseguramento aos ofertantes em licitações de iguais condições de participação mediante exclusivo estabelecimento de exigências referentes às qualificações técnicas e econômicas indispensáveis a

garantia do cumprimento do contrato, bem como de cláusulas que prescrevam obrigações de pagamento segundo os efetivos termos da proposta na forma da lei:

VI - exigibilidade de comprovação da efetiva e regular aplicação dos dinheiros públicos na realização de despesas do qualquer natureza.

VII - imprescindibilidade de lei para criação de cargos, funções e empregos público; nas administrações diretas, autárquica e fundacional pública, bem como para a fixação dos respectivos quantitativos e padrões remuneratórios.

VIII - garantia aos cidadãos, sempre que o requeiram, de informações sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como sobre as decisões nestas proferidas;

IX - acesso de qualquer cidadão a todos os dados e informações relativas às licitações públicas, em todas as suas modalidades. bem como as autorizações concernentes a contratações diretas.

Art. 45 - Os órgãos da Administração Direta e Indireta estadual e Fundacional Pública estadual, na execução de suas atividades administrativas, observarão rigorosamente os seguintes princípios:

I - divulgação prévia, no órgão de imprensa oficial do Estado, para conhecimento público, de todos os atos ou contratos que celebrem. como condição essencial a que tenham validade.

II - publicação mensal de demonstrativo de todos os recursos que, no mês anterior, tenham sido arrecadados pela Fazenda Estadual ou por ela recebidos em razão de transferências do Governo Federal ou ainda de contratos, convênios, ajustes e acordos:

III - prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, de todas as despesas realizadas pelos órgãos da Administração Pública, inclusive daquelas do qualquer natureza referentes à manutenção do Palácio do Governador, compreendendo alimentação, conservação e limpeza, diárias de viagens, passagens aéreas ou terrestres e ajudas e contribuições;

IV - apresentação à Assembléia Legislativa Estadual, até o dia dez de cada mês, do demonstrativo de todas as despesas realizadas no mês anterior, com indicação dos recursos realizados;

V - irrestrito impedimento, aos órgãos da Administração Direta, indireta e Fundacional Pública da celebração de contrato com pessoas jurídicas de que sejam sócios, administradores ou gerentes. o Governador e o Vice-Governador do Estado, ou ainda qualquer de seus parentes até o terceiro grau, em linha ascendente, descendente ou colateral.

Parágrafo único - O impedimento de que trata o inciso V deste artigo aplica-se ainda aos órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional Pública, em relação aos seus titulares ou dirigentes e seus parentes até o terceiro grau, em linha ascendentes, descendente ou colateral.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES EM GERAL

Art. 46 - São servidores públicos os ocupantes de cargos, funções e empregos permanentes ou temporários nas Administrações Direta, Autárquica e Fundacional Pública, estadual e municipal.

Art. 47 - São princípios genéricos aplicáveis aos servidores das Administrações Direta, Autárquica e Fundacional Pública:

I - admissão, em cargos ou empregos permanentes, condicionada a prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem final de classificação, fixada a validade das seleções em prazo correspondente a dois anos, e permitida a prorrogação, uma única vez, por igual

período;

II - preferencial exercício de cargos de provimento em comissão ou de funções de confiança por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nas condições e nos casos previstos na lei;

III - reserva de percentual de cargos e empregos públicos para preenchimento por pessoas portadoras de deficiência, respeitados os critérios de admissão que a lei estabelecer;

IV - exclusividade das contratações por tempo determinado para o atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, desde que suficientemente comprovada esta pré-condição, respeitados os requisitos estipulados em lei;

V - revisão geral periódica da remuneração na atividade e dos proventos dos servidores inativos, sem distinção entre civis e militares, na mesma proporção e na mesma data;

VI - extensibilidade aos servidores públicos inativos, civis e militares, de vantagens ou benefícios concedidos aos servidores públicos ativos, inclusive quando decorrente de reclassificações, reestruturações, transformações ou quaisquer outras mutações do cargo ou função em que foram inativados;

VII - isonomia de vencimentos para os servidores do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou assemelhados, compreendidos como tais aqueles a que correspondam iguais ou similares conteúdos ocupacionais ou para cujos desempenhos se exija a mesma qualificação profissional ou habilitação técnica específica, respectivamente;⁵

VIII - impossibilidade de fixação, para os cargos, empregos ou funções dos Poder Legislativo e Judiciário, de remuneração superior à devida pelo Poder Executivo, vedadas, para qualquer outro efeito, a vinculação e a equiparação de vencimentos ou salários;

IX - precedência da administração fazendária e seus servidores fiscais sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

§ 1º - Será gratuita a inscrição para efeito de prestação de concurso público.

§ 2º - O prazo para inscrição em concurso público será de pelo menos trinta dias, contados da primeira publicação do ato convocatório.

Art. 48 - A autoridade que, direta ou indiretamente, contribuir para o pagamento de vantagens indevidas a servidores públicos ou que, de alguma forma, determine a ruptura da isonomia remuneratória estabelecida entre os servidores dos três Poderes, será responsabilizada pelos prejuízos impostos ao erário, obrigando-se a, pessoalmente, proceder aos ressarcimentos devidos.

Art. 49 - São direitos comuns assegurados aos servidores da Administração Direta, Civis ou Militares, Autárquica ou Fundacional Pública:

I - irredutibilidade de remuneração, salvo nas hipóteses de extrapolção do limite remuneratório superior, violação à paridade com o Poder Executivo ou descontos decorrentes de obrigações tributárias ou previdenciárias, ou de ordem judicial, ressalvados os casos de retenções autorizadas pelo servidor, resguardados os limites e as condições que a lei estabelecer;

II - piso vencimental nunca inferior 1/40 (um quarenta avos) do maior vencimento-base ou soldo, e limite máximo de remuneração auferível pelo cargo, função ou emprego ocupado, correspondente, em cada Poder, ao valor devido como remuneração em espécie, a qualquer título, ao Secretário de Estado, ao Deputado Estadual e ao Desembargador, respectivamente, dele excluídas, apenas, as vantagens de caráter individual até o limite de 60%(sessenta por cento) da remuneração máxima, a gratificação

natalina e a remuneração de férias.^{[3][3]}

III - previsão, por lei, de todos os acréscimos pecuniários auferíveis a qualquer título, bem assim dos critérios de cálculo das correspondentes parcelas, vedada a computação ou a acumulação destas para fins de concessão de acréscimos posteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

IV - décimo terceiro salário, em valor apurado com base na retribuição integral devida no mês de dezembro, aos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - abono-família, em relação a cada um dos seus dependentes, em valor nunca inferior a dez por cento do piso vencimental do Poder Executivo Estadual, observado o disposto no art. 55, I;

VI - gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que a remuneração do período correspondente, paga a vantagem até a data do início do período de repouso;

VII - licença à maternidade, sem prejuízo do cargo, de função ou do emprego ocupado, com duração de cento e vinte dias, a contar da data do parto, ou, se o requerer a servidora, a partir do oitavo mês de gestação, ou ainda da data em que aceitar a guarda de criança de idade inferior a trinta dias, por determinação judicial ou recebê-la como filho adotivo;

VII - licença à paternidade, nos termos que a lei especificar;

IX - licença especial, com duração correspondente a três meses ao fim de cada quinquênio de efetivo exercício do cargo público permanente, facultada a opção pela conversão em abono pecuniário ou pela contagem dobrada do período não gozado, para fins de aposentadoria e adicionais por tempo de serviço;

X - transposição, a pedido, de um para outro cargo público permanente, para cujo exercício haja obtido qualificação profissional suficiente, desde que, existente a vaga, comprove sua aptidão em exame seletivo interno;

XI - percepção dos vencimentos e salários até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido;^{[4][4]}

XII - repouso semanal remunerado;

XIII - computação, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço público federal, estadual e municipal, bem como do prestado em atividade privada, de acordo com a lei pertinente;

XIV - participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais, remuneratórios ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, através de representantes devidamente indicados pelos correspondentes órgãos de classe;

XV - adicional por tempo de serviço, observados uniformes critérios de concessão e cálculo para os servidores públicos em geral.

§ 1º - Sempre que ocorrer vaga em cargo público permanente, inicial de carreira ou isolado, dar-se-á preferência ao preenchimento mediante provimento de quem já seja servidor público estadual, desde que, satisfazendo os requisitos indispensáveis fixados em lei, obtenha aprovação em exame seletivo interno, observada a ordem de classificação.

§ 2º - Nenhuma vantagem pecuniária, exceto adicional por tempo de serviço e gratificação de representação, prêmio de produtividade fiscal e aqueles de que trata o inciso VII, do art. 55, será concedida por prazo superior a seis meses, admitida à renovação, desde que devidamente motivada.

Art. 50 - É vedada a acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, na Administração Direta, Indireta e Fundacional Pública, exceto, quando houver compatibilidade de

horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médicos.

Parágrafo único - Os proventos da inatividade e as pensões previdenciárias não serão considerados para efeito de acumulação de cargos.^{[5][5]}

Art. 51 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se às disposições a saber:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, caso não haja compatibilidade, aplicar-se-á a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Parágrafo único - No caso do inciso III, a compatibilidade horária haverá de ser reconhecida pelo plenário da Câmara Municipal.

Art. 52 - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade da remuneração do servidor civil ou militar falecido, ativo ou inativo, até o limite estabelecido nesta Constituição, respeitadas quaisquer mutações sobrevindas ao cargo.

Parágrafo único - É ainda assegurada à pensão de que trata este artigo, por seu valor integral, se o cônjuge supérstite for servidor público estadual.

Art. 53 - Os vencimentos, proventos, pensões, gratificações e vantagens de quaisquer natureza, pagos fora dos prazos previstos nesta Constituição, serão, obrigatoriamente, corrigidos monetariamente de acordo com os índices oficiais.

SUBSEÇÃO I

DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Art. 54 - O Estado e os Municípios, no âmbito de suas competências, instituirão regime jurídico único, comum a todos os seus servidores, e estabelecerão planos de carreira para os servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional Pública

Art. 55 - São direitos especificamente assegurados aos servidores públicos civis:

I - piso vencimental ou salarial nunca inferior ao valor correspondente ao salário mínimo nacionalmente unificado;

II - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo entre a Administração e o órgão representativo da categoria funcional;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV - remuneração, por serviços extraordinários e noturnos, em valor superior em cinquenta por cento, no mínimo, à devida pelo trabalho normal e diurno;

V - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, na forma da lei;

VI - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VII - adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

VIII - proibição de diferença de remuneração, de condições de exercício de função e de critério de admissão por motivos de sexo, idade, cor, estado civil, religião, ideologia ou filiação político-partidária;

IX - livre associação sindical e ingresso em estado de greve, na última hipótese exercitado o direito nos termos e limites definidos em lei complementar;

X – *Texto suprimido pela EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 13, DE 27 DE JUNHO DE 1995*^{[6][6]}

XI - criação, modificação e extinção de direitos exclusivamente através de lei complementar ou ordinária;

XII - piso salarial profissional para as categorias com habilitação profissional específica;

XIII - proibição de dispensa, remoção ou transferência, sem justa causa ou por motivos políticos e ideológicos ou por discriminação de qualquer espécie.

Art. 56 - Os cônjuges e companheiros, quando ambos servidores públicos estaduais, terão lotação e exercício em repartições situadas na mesma localidade.

Parágrafo único - Sendo ambos membros da Magistratura ou do Ministério Público, apenas se aplicará à regra deste artigo no caso de Comarca que compreenda mais de uma Vara.

Art. 57 - Os servidores públicos civis serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando a aposentação decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta anos, se mulher, com proventos

proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, **a** e **c** no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres e perigosas.

§ 2º - A Lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 3º - Decorrido o prazo de trinta dias a contar da data da protocolização do pedido de aposentadoria voluntária, sem que a Administração conceda ou motivadamente negue a transferência para a inatividade, ficará o servidor automaticamente desobrigado da prestação de serviços, sem prejuízo de sua remuneração, até que publicada a decisão definitiva.

Art. 58 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estadual só perderá o cargo mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa. Havendo pedido de revisão administrativa, a autoridade, no prazo de trinta dias, a contar da data de autuação do pleito, decidirá fundamentalmente sobre o acolhimento ou não, publicado o correspondente despacho no Diário Oficial.

§ 2º - Invalidada, por sentença judicial, a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinguindo a lei o cargo ou sendo este motivadamente declarado desnecessário, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com proventos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo.

Art. 59 - Os servidores públicos do Estado, civis e militares, bem como aqueles das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, não poderão fazer parte de mais de um órgão de deliberação coletiva, com direito a remuneração, seja qual for à natureza desta.

Art. 60 - Lei complementar estabelecerá critérios objetivos e uniforme de classificação dos cargos públicos de todos os Poderes do Estado, de forma a garantir a isonomia de vencimentos, com a preservação dos limites mínimo e máximo de remuneração e das vantagens de caráter individual.

Art. 61 - O servidor público que for revertido à atividade, após cessação dos motivos que determinaram a sua aposentadoria por invalidez, terá direito à contagem de tempo para fins de aposentadoria, adicionais por tempo de serviço e progressão horizontal, relativamente ao período em que esteve aposentado.

Art. 62 - Aos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais é assegurada a participação nos lucros e na gestão da empresa.

§ 1º - A participação no lucro de exercício à conta do resultado superavitário dos balanços financeiros, terá o seu percentual estabelecido pelo órgão superior da administração da empresa, respeitado critério definido em lei.

§ 2º - Na composição dos órgãos colegiados das Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, um dos cargos será preenchido por servidor de seus Quadros de Pessoal, de notório merecimento e ilibada idoneidade moral, com pelo menos, cinco anos de efetivo exercício, indicado pelas associações de classe, em lista tríplice constituída mediante eleição.

SUBSEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES

Art. 63 - São servidores públicos militares os integrantes da Polícia Militar Estadual.

§ 1º - As patentes, conferidas pelo Governador do Estado, com as prerrogativas, os direitos e os deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares.

§ 2º - O militar da ativa que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 3º - O militar da ativa que aceitar cargo, função ou emprego público temporário, não eletivo, ainda que na Administração Indireta ou Fundacional Pública, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nesta situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela modalidade de promoção e transferência para a reserva, sendo, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para inatividade.

§ 4º - O militar, enquanto em serviço ativo, não poderá estar filiado a partido político.

§ 5º - O oficial militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Conselho de Justiça de caráter permanente, devendo a lei especificar os casos de submissão a processo e o rito deste.

§ 6º - O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo precedente.

§ 7º - A lei disporá sobre a estabilidade do servidor militar, bem como sobre os direitos de idade e outras condições de transferência para a inatividade.

§ 8º - A lei estabelecerá as condições em que a praça perderá a graduação.

Art. 64 - O servidor militar estadual faz jus à assistência judiciária integral e gratuita por parte do Estado, através do órgão competente da Polícia Militar, nos casos previstos em lei, em que se veja indiciado ou processado.

Art. 65 - São considerados cargos, funções ou comissões policiais militares os constantes dos quadros de organização da corporação.

Parágrafo único - São também considerados cargos, funções ou comissões de natureza policial militar os desempenhados pelos integrantes da Polícia Militar:

I - em órgãos federais relacionados com as missões das Forças Auxiliares;

II - na Casa Militar do Palácio do Governo e nas Assessorias Militares da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça;

III - no Gabinete do Vice-Governador.

Art. 66 - Aos policiais militares inativados por incapacidade temporária ou definitiva, fica assegurado direito ao auxílio invalidez, na forma do que dispuser a lei.

Art. 67 - O sistema de remuneração do pessoal da Polícia Militar será estabelecido em lei, não podendo o soldo do posto de Coronel ser inferior a quarenta por cento do vencimento base atribuído ao Comandante Geral da Corporação.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68 - O Poder Legislativo do Estado é exercido pela Assembléia Legislativa, que se compõe de deputados eleitos pelo povo, através do voto direito e secreto, segundo o sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

§ 1º - Cada legislatura durará quatro anos.

§ 2º - O número de deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

§ 3º - Integram a estrutura da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas:

I - a Mesa Diretora;

II - as Comissões;

III - o Plenário.

§ 4º - São órgãos auxiliares da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas:

I - a Diretoria-Geral;

II - a Procuradoria-Geral;

III - a Coordenação-Geral para Assuntos Legislativos.

Art. 69 - A Assembléia Legislativa Estadual reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.^{[7][7]}

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaem em sábado, domingo e feriado.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - O Regimento Interno disporá sobre o funcionamento da Assembléia Legislativa nos sessenta dias anteriores às eleições gerais.

Art. 70 - A Assembléia Legislativa Estadual reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no ano de cada legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.^{[8][8]}

Parágrafo único - Os membros da Mesa Diretora cumprirão mandato de dois anos, vedada à reeleição, para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente.

Art. 71- A convocação extraordinária da Assembléia Legislativa far-se-á:

I - pelo seu Presidente, no caso de decretação de intervenção em município;

II - pelo Governador do Estado e pelo Presidente da Assembléia ou a requerimento da maioria dos deputados, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo único - Na sessão legislativa extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 72 - Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão adotadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 73 - A Assembléia Legislativa ou qualquer de suas Comissões poderá convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada e oportuna.

§ 1º - O Secretário de Estado poderá comparecer à Assembléia Legislativa ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 2º - A Mesa poderá requisitar informações ou documentos de qualquer natureza aos Secretários de Estado, Presidentes de Fundações e Empresas Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, bem como ao Tribunal de Contas do Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. -

SEÇÃO II

DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Art. 74 - Os Deputados Estaduais são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º - Os Deputados Estaduais, a partir da expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 2º - O indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 3º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembléia Legislativa. para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 4º - Os Deputados Estaduais serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 5º - Os Deputados Estaduais não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 6º - A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembléia Legislativa.

§ 7º - As imunidades dos Deputados Estaduais subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas pelo voto de dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, nos casos de atos que, praticados fora do recinto do Poder Legislativo, sejam incompatíveis com a execução da medida.

§ 8º - Os ex-Deputados Estaduais que hajam exercido o mandato em caráter definitivo, por período igual ou superior a duas sessões legislativas, governarão das prerrogativas estabelecidas nos §§ 1º e 4º deste artigo, excluída a licença da Assembléia Legislativa para processo criminal, sendo vedada, ainda, qualquer restrição de caráter policial quanto à inviolabilidade pessoal e patrimonial.

Art. 75 - Os Deputados Estaduais não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam livremente demissíveis, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam livremente demissíveis, nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 76 - Perderá o mandato o Deputado Estadual:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias ou a doze sessões ordinárias consecutivas, salvo doença comprovada por junta médica designada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, licença ou missão autorizada pela Casa;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - Nos casos dos incisos I, II e VI será decidida a perda do mandato pela Assembléia Legislativa, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no corpo legislativo, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Assembléia Legislativa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no corpo legislativo, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Considera-se incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado Estadual ou a percepção de vantagens indevidas.

Art. 77 - Não perderá o mandato o Deputado Estadual:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário Nacional, Superintendente de Órgão Federal de Desenvolvimento Regional, de Governador de Território, de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Territórios, de Prefeituras da Capital ou de Chefe de missão diplomática temporária;^[9]

II - licenciado pela Assembléia Legislativa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Deputado Estadual poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 78 - Os Deputados Estaduais perceberão remuneração fixada pela Assembléia Legislativa ao final de cada legislatura, para vigor na subsequente, sujeita aos impostos gerais, incluídos os de renda e extraordinários.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Art. 79 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo por crime, de responsabilidade contra o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Governador do Estado quando não apresentadas à Assembléia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu Regimento Interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação, extinção e provimento de cargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas indicados pelo Governador do Estado, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar, dos Presidentes e Diretores das Autarquias estaduais e das entidades fundacionais públicas, bem como de outros cargos que a lei determinar;

VI - autorizar o Governador do Estado a se ausentar do Estado, quando a ausência exceder de quinze dias;

VII - fixar, para vigor em cada exercício financeiro, a remuneração do Governador do Estado, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Procuradores-Gerais de Justiça e do Estado, sujeita aos impostos gerais, incluídos o de renda e extraordinários;

VIII - julgar as contas do Governador do Estado;

IX - deliberar sobre o adiamento e suspensão de suas sessões;

X - apreciar as contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa, sem prejuízo das atribuições próprias do Tribunal de Contas do Estado;

XI - solicitar a intervenção federal nos casos e termos previstos no Art. 36, I, da Constituição da República Federativa do Brasil;

XII - receber o compromisso do Governador e do Vice-Governador do Estado;

XIII - emendar a Constituição;

XIV - aprovar ou suspender a intervenção estadual nos municípios;

XV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

§ 1º - O disposto no inciso V deste artigo, aplica-se à escolha dos nomes que o Estado, na qualidade de acionista majoritário, indicar à Assembléia Geral das Entidades que compõem o Sistema Financeiro e Creditício Oficial do Estado, bem como, das demais Sociedades de Economia Mista, com vistas à eleição para os cargos de Presidente e Diretores das respectivas Entidades e Empresas.

§ 2º - O exercício provisório das funções de cargos referidos no inciso V e no § 1º deste artigo, mediante designação, em nenhuma hipótese poderá exceder a quinze dias.

§ 3º - Por motivo de conveniência pública e deliberação de maioria absoluta de seus membros, poderá a Assembléia Legislativa reunir-se, temporariamente em qualquer cidade do Estado de Alagoas.

Art. 80 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente:

I - tributos, arrecadação e distribuição de renda;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

III - operação de crédito e dívida pública do Estado;

IV - fixação e modificação do efetivo da Polícia Militar;

V - planos e programas estaduais de desenvolvimento;

VI - criação, transformação e extinção de cargos, funções e empregos públicos e fixação dos respectivos vencimentos ou salários;

VII - alienação de bens imóveis e ações pertencentes ao Estado;

VIII - transferência temporária da sede do Governo do Estado;

IX - organização judiciária do Estado e criação de municípios;

X - direitos, deveres e garantias dos servidores civis e militares do Estado;

XI - concessão de garantias do Estado para empréstimos a Municípios, autarquias, sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas.

Art. 81 - A fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, será feita pelo processo regulado nesta Constituição e em lei complementar.

Art. 82 - A Assembléia Legislativa Estadual mediante Resolução, determinará o afastamento imediato, até que concluído o competente processo de apuração da responsabilidade, de qualquer autoridade civil ou militar, ou ainda de agente público de qualquer grau hierárquico, em razão da representação motivada de cidadão ou da Ordem dos Advogados do Brasil, denunciadora de abuso de poder ou de desrespeito aos membros dos Poderes Legislativo ou Judiciário, ou dos integrantes dos órgãos essenciais à administração da justiça.

Parágrafo único - Expedida a resolução, promoverá o Poder Legislativo, junto ao órgão competente, as providências necessárias visando à apuração da responsabilidade do agente do ato abusivo.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES

Art. 83 - A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato que trate de sua criação.

§ 1º - Na constituição da Mesa e de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional de partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Assembléia Legislativa.

§ 2º - As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros do Plenário;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Assembléia Legislativa, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazos certo sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, salvo convocação extraordinária, haverá uma comissão representativa da Assembléia Legislativa, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, cuja composição guardará, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária, com atribuições definidas no Regimento Interno.

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 84 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - lei complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - decretos legislativos;
- VI - resoluções.

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 85 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa;
- II - do Governador do Estado;
- III - de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- IV - de iniciativa popular, observado o disposto no art. 86, § 2º.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos membros do corpo legislativo.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

- VI - resoluções.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 86 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I - fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II - disponham sobre:

a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;

c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização da Advocacia-Geral do Estado e da Defensoria Pública;

e) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública;

f) criação e extinção de sociedade de economia mista e empresa pública, e suas subsidiárias.

§ 2º - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído pelo menos em um quinto dos Municípios e com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 87 - Não serão admitidas emendas que impliquem aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvados os projetos de lei do orçamento e de diretrizes orçamentárias;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público;

III - nos projetos de fixação ou de aumento da remuneração dos membros da Magistratura, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Art. 88 - O Governador do Estado poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

§ 1º - Se, no caso deste artigo, a Assembléia Legislativa não se manifestar, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, esta deverá ser incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º - Os prazos do § 1º não correm nos períodos de recesso da Assembléia Legislativa, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 89 - O projeto aprovado será enviado ao Governador do Estado que, aquiescendo, sancionará.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa, os motivos do veto, fazendo-os publicar, no mesmo prazo, no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará sanção.

§ 4º - O veto será apreciado, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado

pelo voto da maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 6º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador do Estado, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Assembléia Legislativa a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 7º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo quarto, o veto será incluído na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Art. 90 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 91 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado, que deverá solicitar delegação à Assembléia Legislativa.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembléia Legislativa. a matéria reservada a lei complementar nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e as garantias de seus membros:

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - A delegação ao Governador do Estado terá a forma de resolução que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembléia Legislativa, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 92 - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 93 - A fiscalização da administração financeira e orçamentária, contábil, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 94 - O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e alcançará as entidades da administração direta, as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, inclusive suas subsidiárias e as fundações públicas.

Parágrafo único - Constatada irregularidade nos atos de gestão ou gerência dos recursos públicos, o Tribunal de Contas formalizará denúncia fundamentada à Assembléia Legislativa que, no prazo de sessenta dias, deliberará a respeito, por maioria de votos, e oferecerá representação ao Poder Judiciário para definição de responsabilidade dos gestores da coisa pública indiciados.

SUBSEÇÃO II

DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 95 - O Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo território alagoano, inclusive sobre órgãos ou repartições do Estado, sediados fora do seu território, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 133 desta Constituição.

§ 1º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - ser maior de trinta e cinco e menor de sessenta e cinco anos de idade;

II - ter idoneidade moral e reputação ilibada;

III - possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - haver exercido, por mais de dez anos, função pública ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

I - dois, indicados em lista tríplece pelo Governador do Estado com aprovação da Assembléia Legislativa, alternadamente dentre auditores e Membros do Ministério Público especial que oficia perante o Tribunal de Contas, segundo critérios de antigüidade e merecimento;

II - cinco pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - A escolha ou a aprovação de nome para Conselheiro do Tribunal de Contas será realizada em sessão especialmente designada para esse fim e convocada, impreterivelmente, pelo Presidente da Assembléia Legislativa ou seu substituto legal, até 20 (vinte) dias após a existência da vaga.^[10]^[10]

§ 4º - O nome do escolhido para Conselheiro, na forma do inciso II, será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para a correspondente nomeação.

§ 5º - Se, dentro do prazo de quinze dias úteis subseqüentes à data do recebimento, o Governador deixar de proceder à nomeação, o Presidente da Assembléia Legislativa expedirá o competente ato, que produzirá todos os efeitos legais.

§ 6º - Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado e somente poderão aposentar-se, com os vencimentos e vantagens do cargo, quando o tenham exercido efetivamente por mais de cinco anos.

Art. 96 - Os auditores, em número de três, nomeados pelo Chefe do Executivo, mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, terão, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias, vencimentos e impedimentos destes e, quando no exercício de suas atribuições, as de Juiz de Direito.

Art. 97 - Ao Tribunal de Contas do Estado compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, remetendo, dentro do prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, o parecer prévio à Assembléia Legislativa, sob pena de

crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das entidades da administração direta, indireta e fundacional pública, inclusive as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos:

a) de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta e nas fundações públicas estaduais, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

b) de concessão de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, disponibilidade, reforma e pensão, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

IV - Realizar, por iniciativa própria, da Assembléia Legislativa ou de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza financeira e orçamentária, contábil, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poder Legislativo, Executivo e Judiciário e nas entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Município, assim como a instituições de qualquer natureza;

VI - prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, ou por qualquer das suas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e os resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VII - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade ou irregularidade no procedimento administrativo sob apreciação;

IX - sustar, se não atendida a exigência do inciso anterior, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembléia Legislativa;

X - aplicar aos responsáveis, no caso de comprovada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, dentre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

XII - pronunciar-se, conclusivamente, no prazo de trinta dias, sobre solicitação que lhe faça a comissão especial referida no artigo, 177, § 1º, desta Constituição;

XIII - prestar suas contas, anualmente, à Assembléia Legislativa, no prazo de sessenta dias da abertura da Sessão Legislativa, e, trimestralmente, apresentar-lhe-á relatório de suas atividades.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembléia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 2º - Se a Assembléia Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, a contar da data do recebimento da comunicação, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Art. 98 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidade da administração estadual e municipal, direta ou indireta, inclusive nas

fundações públicas, ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único - Formalizada a denúncia, o Tribunal de Contas promoverá sua apuração, através de processo administrativo, dentro do prazo improrrogável de trinta dias.^[11]

§ 1º - Formalizada a denúncia, o Tribunal de Contas promoverá sua apuração, através de processo administrativo, dentro do prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º - No caso de irregularidade ou ilegalidade de contrato, o ato de sustarão será adotado diretamente pela Assembléia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 3º - Se a Assembléia Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, a contar da data do recebimento da comunicação, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 4º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Art. 99 - A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações junto às unidades da Administração Estadual, direta, indireta e fundacional pública, em função do controle externo.

Parágrafo único - A recondução do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal de Contas se dará apenas uma vez, para o mandato subsequente.

SUBSEÇÃO III

DO CONTROLE INTERNO

Art. 100 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar a execução orçamentária e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de governo;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como de aplicação de recursos públicos estaduais por entidades subvencionadas;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, assim como dos direitos e haveres do Estado;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

SEÇÃO I

DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 101 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.

Art. 102 - O Governador e o Vice-Governador do Estado serão simultaneamente eleitos para mandato de

quatro anos, com antecedência de pelo menos noventa dias ao final do mandato dos seus antecessores.

§ 1º - Os candidatos a Governador e a Vice-Governador serão conjuntamente registrados por partido político e assim votados, eleitos os que obtiverem maioria absoluta dos votos válidos.

§ 2º - Dando-se que nenhum candidato alcance maioria absoluta far-se-á nova eleição dentro do prazo de vinte dias, contados da data da proclamação do resultado, em que concorrerão os dois candidatos mais votados, eleito o que obtiver maioria de votos.

§ 3º - Se, antes da realização da segunda eleição, um dos candidatos que nela concorrer vier a falecer, desistir da candidatura ou incorrer em impedimento que o inabilite, será convocado, dentre os remanescentes, aquele com maior votação, qualificando-se o mais idoso no caso de empate.

Art. 103 - O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição em sessão da Assembléia Legislativa Estadual, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição e as leis, de promover o bem-estar do povo alagoano e de contribuir para a preservação da unidade, da integridade e da independência da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único - Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago pela Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 104 - O Vice-Governador substituirá o Governador no caso de impedimento e o sucederá na hipótese de vacância do cargo.^{[12][12]}

§ 1º - Impedidos o Governador e o Vice-Governador do Estado, serão sucessivamente chamados ao exercício do cargo o Presidente da Assembléia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

§ 2º - Vagos os cargos de Governador e de Vice-Governador do Estado, proceder-se-á na conformidade do parágrafo precedente, realizando-se eleições, para preenchê-los, noventa dias após a abertura da última vaga.

§ 3º - Ocorrendo a dupla vacância nos últimos dois anos do mandato, dar-se-á a eleição pela Assembléia Legislativa Estadual, trinta dias após a ocorrência da última vaga, na forma do que dispuser a lei.

§ 4º - Os eleitos, em qualquer dos casos, deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 105 - É vedada a reeleição do Governador e do Vice-Governador do Estado para o período subsequente.

Art. 106 - Perderá o mandato o Governador e o Vice-Governador do Estado, quando no exercício do cargo de Governador, que se ausentar do território estadual por período superior a quinze dias, sem autorização da Assembléia Legislativa Estadual, ou ainda que assumir outro cargo ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional pública, exceto quando se tratar de posse em virtude de concurso público, vedado o correspondente desempenho.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR

Art.107 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

I - nomear e exonerar aos Secretários de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

VII - decretar e executar a intervenção estadual;

VIII - remeter mensagem e plano de Governo à Assembléia Legislativa Estadual, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Estado e solicitando as providências que reconhecer necessárias;

IX - nomear, após aprovação pela Assembléia Legislativa Estadual, o Procurador-Geral do Estado, o Procurador-Geral de Justiça, o Comandante-Geral da Polícia Militar e os Conselheiros do Tribunal de Contas, bem como outros servidores, quando assim disposto nesta Constituição e na lei;

X - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição;

XI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XII - enviar, à Assembléia Legislativa Estadual, o plano plurianual de investimentos e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

XIII - prestar anualmente, à Assembléia Legislativa Estadual, dentro dos sessenta dias após a abertura de cada sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XIV - prover os cargos públicos, na forma da lei, e propor a sua extinção;

XV - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único - O Governador do Estado poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e XIV aos Secretários de Estado e ao Procurador Geral do Estado, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliar o Governador, sempre que por ele for convocado para o desempenho de missões especiais.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 109 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentarem contra as Constituições Federal e Estadual e especificamente:

I - a existência e a integridade da União Federal;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Governos Municipais;

- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do país, do Estado e do Município;
- V - a probidade na Administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais;
- VIII - a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- IX - a honra e o decoro de suas funções.

Parágrafo único - A atuação e o julgamento dos crimes de que trata este artigo serão realizados na conformidade do que dispuser a lei.

Art. 110 - Admitida à acusação pela Assembléia Legislativa Estadual, pelo voto de dois terços de seus membros, será o Governador do Estado, nas infrações penais comuns, submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, e, perante a própria Assembléia Legislativa, na hipótese de crime de responsabilidade.

§ 1º - O Governador do Estado ficará suspenso de suas funções:

I - no caso de infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça;

II - na hipótese de crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pela Assembléia Legislativa.

§ 2º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º - Enquanto não sobrevier sentença condenatória, no caso de infrações comuns, o Governador do Estado não se sujeitará a prisão.¹¹³[13]

Art. 111- O Governador do Estado, na vigência do seu mandato, não responderá por crime de responsabilidade quando se tratar de atos estranhos ao exercício de suas funções.

SECÃO IV

DOS SECRETÁRIOS DE ESTADOS

Art. 112 - Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros natos, maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Art. 113 - A lei disporá sobre a criação, a estruturação e as atribuições das Secretarias de Estado.

Art. 114 - Compete aos Secretários de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta constituição e na lei:

I - exercer a orientação, a coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração estadual na área de sua competência e referendar atos e decretos expedidos pelo Governador do Estado;

II - expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos, nas esferas de suas

respectivas competências;

III - apresentar, ao Governador do Estado, relatório anual de sua gestão na Secretaria de Estado;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado.

Parágrafo único - Os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça, sendo que, na última hipótese, havendo conexão com os de Governador do Estado, o julgamento será procedido pela Assembléia Legislativa.

SEÇÃO V

DO CONSELHO DO ESTADO

Art. 115 - O Conselho do Estado é órgão superior de consulta do Governador do Estado e dele participam:

I - o Vice-Governador do Estado;

II - o Presidente da Assembléia Legislativa Estadual;

III - os líderes dos partidos com assento na Assembléia Legislativa Estadual;

IV - quatro cidadãos, brasileiros natos, com residência e domicílio no Estado de Alagoas, sendo dois nomeados mediante livre escolha do Governador do Estado e os demais eleitos pela Assembléia Legislativa Estadual, todos com mandato de dois anos, vedada à recondução.

Art. 116 - Compete ao Conselho do Estado:

I - pronunciar-se, preliminarmente, quanto à decretação de intervenção estadual, sua amplitude, seu prazo e condições de execução;

II - conhecer e manifestar-se sobre as questões relevantes relacionadas à preservação da autonomia estadual;

III - opinar quanto à solicitação de intervenção federal, na hipótese de sua formulação pelo Poder Executivo coacto ou impedido;

IV - sugerir medidas urgentes visando à remoção de comprometimentos à ordem pública e à garantia do pleno exercício dos direitos individuais e coletivos.

Art. 117 - O Governador do Estado poderá convocar Secretário de Estado para participar de reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com a respectiva Secretaria de Estado.

Art. 118 - A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho do Estado.

SEÇÃO VI

DO CONSELHO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Art. 119 - Fica criado o Conselho de Política de Recursos Humanos, órgão superior de consulta do Governador do Estado.

Art. 120 - Lei Complementar disporá sobre a composição, as atribuições e o funcionamento do

Conselho.

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 121- São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Tribunal de justiça;

II - o Tribunal do Júri;

III - Juízes de Direito e os Juízes Substitutos;

IV - o Conselho da Justiça Militar;

V - outros juízes instituídos por lei.

Art. 122 - Integram o Poder Judiciário, como órgãos auxiliares da Justiça:

I - o Conselho Estadual da Magistratura;

II - a Corregedoria Geral da Justiça;

III - a Escola Superior da Magistratura de Alagoas;

IV - a Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça.

Art. 123 - A Magistratura rege-se pelos seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de Juiz Substituto, de primeira entrância, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendendo as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do Juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe contar o Juiz com dois anos de

exercício na respectiva entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios de prestação e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento, ministrados pela Escola Superior da Magistratura;

d) na apuração da antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o Juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprios, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III - acesso ao Tribunal de Justiça por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última

entrância, de acordo com o inciso II;

IV - aprovação em cursos de preparação e aperfeiçoamento de magistrados, promovidos pela Escola Superior da Magistratura de Alagoas, como requisito para o ingresso e promoção por merecimento, na carreira, respectivamente;

V - fixação dos vencimentos dos magistrados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, os dos Juízes de primeira instância, a título algum, exceder os dos Desembargadores, sendo que a remuneração destes não será superior aos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nem inferior àquela auferida, em espécie, a qualquer título, pelos membros do Poder Legislativo;

VI - aposentadoria com proventos integrais compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII - residência do Juiz Titular na respectiva comarca e do Juiz Substituto em comarca da Circunscrição Judiciária onde servir;

VIII - remoção, disponibilidade ou aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundada em decisão por voto de dois terços do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa;

IX - publicidade de todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário e fundamentação de todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e aos seus advogados, ou somente a estes;

X - motivação das decisões administrativas do Tribunal de Justiça, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI - concessão de férias, individualmente, aos Desembargadores do Tribunal de Justiça e aos Juízes de Primeira Instância do Estado de Alagoas, observado, quando em gozo, o que dispuser o Código de Organização e Divisão Judiciárias.

§ 1º - No caso de existência de vaga para preenchimento pelo critério de merecimento, a promoção de entrância para entrância ou o acesso ao Tribunal de Justiça resultará da lista dos três nomes mais votados em escrutínio secreto, desde que obtida maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias.

§ 2º - Formada a lista, o Tribunal indicará, dentre os que a compuserem, o Juiz a ser promovido, cabendo ao Presidente do Tribunal, nos três dias úteis subsequentes, expedir e fazer publicar o ato de promoção.

Art. 124 - Os Juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII, da Constituição da República;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2a, I, da Constituição da República.

§ 1º - A garantia da inamovibilidade, quanto ao Juiz Substituto, será observada em relação à circunscrição judiciária onde servir.

§ 2º - Aos Juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - participar de atividade político-partidária.

Art. 125 - O Estado criará, mediante iniciativa do Tribunal de Justiça:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Art. 126 - Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.

Parágrafo único - Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

Art. 127 - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao Conselho da Justiça Militar decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Parágrafo único - A Justiça Militar Estadual é constituída, em primeira instância, pelo Conselho da Justiça Militar, que terá como órgão de Segunda instância o Tribunal de Justiça.

Art. 128 - Ao Poder Judiciário são assegurados às autonomias administrativa e financeira.

§ 1º - O Tribunal de Justiça elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes, na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - O encaminhamento da proposta de que trata o parágrafo anterior compete ao presidente, após a aprovação do Tribunal.

Art. 129 - A exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º - É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º - As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente cabendo ao Presidente do Tribunal determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterição de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

SEÇÃO II

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 130 - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de, no mínimo, onze Desembargadores, escolhidos dentre Juizes de Direito, Advogados e membros do Ministério Público.

Art. 131 - O acesso de Juizes de Direito ao Tribunal de Justiça far-se-á observando-se o disposto nos incisos III e § 1º do art. 123 desta Constituição, expedido o ato pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 132 - Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídicos e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

§ 1º - Recebidas às indicações, o Tribunal, na primeira sessão plenária seguinte, formará lista tríplice, remetendo-a ao Poder Executivo que, nos quinze dias úteis subsequentes à data do recebimento, escolherá um dos integrantes para nomeação.

§ 2º - Considerar-se-á nomeado o integrante que encabeçar a lista tríplice, se, dentro do prazo previsto no parágrafo anterior, o Governador deixar de expedir o ato de nomeação.

§ 3º - Sendo ímpar o número de lugares correspondentes ao quinto, será o mais moderno alternada e sucessivamente preenchido por advogado e por membro do Ministério Público, até que restabelecido o equilíbrio na representação das duas classes.

Art. 133 - Compete ao Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição do Estado de Alagoas, cabendo-lhe, privativamente:

I - eleger seu órgão diretivo e elaborar seu Regimento Interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos;

II - organizar sua secretaria e serviços auxiliares e os dos juizes que lhe forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

III - promover o provimento dos cargos de Juiz de Carreira e dos cargos isolados de Juiz Auditor da Justiça Militar;

IV - propor a criação de novas varas judiciárias;

V - propor à Assembléia Legislativa a Lei de Organização e de Divisão Judiciárias;

VI - prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei, obedecido o disposto no artigo 169, parágrafo único, da Constituição da República;

VII - conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juizes servidores que a ele forem diretamente vinculados;

VIII - propor ao Poder Legislativo, observado o artigo 169, da Constituição da República:

a) a criação e a extinção de cargo e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, dos serviços e órgãos auxiliares e os dos juizes que a ele forem vinculados;

- b) a criação ou extinção de tribunais inferiores;
- c) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

IX - processar e julgar originariamente:

a) os juízes estaduais e os membros do Ministério Público, bem como os Procuradores do Estado e os Defensores Públicos, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) os Prefeitos Municipais;

c) os Secretários de Estado, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral do Estado e o Procurador-Geral de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade ressalvada a hipótese, no último caso, de conexão com crime de responsabilidade com Chefe do Executivo, quando o julgamento caberá à Assembleia Legislativa;

d) os habeas corpus, quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alíneas a, b e c, e o Corregedor-Geral da justiça, quando coator, ou quando se tratar de crime sujeito à jurisdição privativa do Tribunal, ou quando houver iminente perigo de consumir-se a violência antes de que o Juiz de Direito possa conhecer da espécie;

e) os mandados de segurança e os habeas corpus contra atos do Governador, da Assembleia Legislativa ou respectiva Mesa, do próprio Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas ou de seus respectivos Presidentes ou Vice-Presidentes, do Corregedor-Geral da Justiça, do Procurador-Geral do Estado, dos Juízes de Direito e do Procurador-Geral de Justiça;

f) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora foi atribuição do Governador, da Assembleia Legislativa ou respectiva Mesa, do Tribunal de Contas ou do próprio Tribunal de Justiça;

g) os conflitos de jurisdição entre as Câmaras do Tribunal ou entre Juízes de primeira instância do Estado;

h) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas do Estado ou de Municípios;

i) as ações rescisórias dos julgados de qualquer instância da Justiça do Estado, respeitada a competência dos Tribunais Federais;

j) as revisões criminais quanto a réus condenados pela Justiça do Estado;

l) a execução das sentenças, nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atos processuais;

m) a remoção ou a disponibilidade compulsória de juiz e, bem assim, a perda do respectivo cargo;

n) o desaforamento dos processos criminais;

o) a ação direta da inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal, lesivos a esta Constituição;

p) as incompatibilidades e suspeições, opostas e não reconhecidas, aos Desembargadores, ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Corregedor-Geral da Justiça;

q) os embargos opostos aos seus acórdãos;

r) a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição;

X - processar e julgar, como órgão de segunda instância:

a) os recursos interpostos de atos, despachos e decisões dos Juizes de Direito, em feitos cíveis e criminais, na conformidade da lei processual;

b) os recursos interpostos da aplicação de penas disciplinares pelo Presidente do Tribunal, Relatores, Corregedor-Geral da Justiça e Juizes de Direito;

XI - homologar a transação das partes, nos feitos pendentes de julgamento;

XII - uniformizar sua jurisprudência;

XII - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador, quando não-reunida a Assembléia Legislativa;

XIV - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Constituição da República, pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias, pelo Regimento Interno do Tribunal e legislação complementar, orgânica e supletiva.

Art.134 - Podem propor ação de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição, bem assim de ato que descumpra preceito fundamental dela decorrente:

I - o Governador do Estado;

II - a Mesa da Assembléia Legislativa;

III - o Prefeito Municipal;

IV - a Mesa da Câmara Municipal;

V - o Procurador-Geral de Justiça;

VI - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Alagoas;

VII - partido político com representação na Assembléia Legislativa;

VIII - sindicato ou entidade de classe, de âmbito estadual.

§ 1º - O Procurador-Geral de Justiça deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

§ 2º - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tomar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

§ 3º - Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, a Procuradoria Geral do Estado, que defenderá o ato ou texto imputado.

Art. 135 - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.

SEÇÃO III

DOS JUÍZES

Art. 136 - Os cargos de Juiz de Direito serão providos mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 137 - É permitido ao Juiz não aceitar sua promoção, sem prejuízo, na ordem que lhe couber, quanto à antigüidade, bem como, ao candidato aprovado em concurso, não aceitar sua nomeação, contanto que, neste caso, não ocorram duas recusas, o que implicará perda de validade da aprovação.

Art. 138 - Além da aprovação em curso de preparação da Escola Superior da Magistratura e de exame de sanidade mental, são condições para o ingresso na magistratura:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - ser graduado em direito;

III - ter, no máximo, quarenta e cinco anos de idade, salvo se já for ocupante de cargo efetivo no serviço público estadual.

Art. 139 - As atribuições, os encargos e os deveres dos Juízes serão definidos na Lei de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 140 - Atribuir-se-á ao Juiz de Direito, para efeito de promoção por merecimento, pontos específicos, por curso promovido pela Escola Superior da Magistratura, de que tenha participado com aproveitamento.

Art. 141 - Para efeito de administração da Justiça, o Estado será dividido em comarcas, constituídas de um ou mais Municípios e classificadas em entrâncias.

Parágrafo único - Cada comarca judiciária será provida de um ou mais Juiz de Direito, com exercício na respectiva sede.

SEÇÃO I

Art. 142 - O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 143 - Ao Ministério Público são asseguradas autonomia administrativas e funcional, cabendo-lhe:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional do pessoal da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III - adquirir bens e serviços e efetuar a respectiva contabilização;

IV- propor à Assembléia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

V - prover os cargos iniciais de carreira e dos serviços auxiliares, assim como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado, expedindo também os atos de aposentadoria.

VI - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça.

Art. 144 - O Ministério Público elaborará proposta orçamentária, dentro dos limites de diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único - Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa.

Art. 145 - Lei complementar, cuja iniciativa é reservada ao Procurador-Geral de Justiça, disporá sobre:

I - normas específicas de organização, atribuições e Estatuto do Ministério Público, observados, dentre outros, os seguintes princípios:

a) ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua realização e observada, nas nomeações, a ordem de classificação;

b) promoção voluntária, por antiguidade e merecimento, alternadamente, de entrância a entrância, e da entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 93, II, da Constituição Federal;

c) vencimentos fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra categoria e da entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, os deste estabelecidos na forma do art. 79, inciso VII, desta Constituição;

d) aposentadoria com proventos integrais, sendo compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo;

II - procedimentos administrativos de sua competência;

III - controle externo da atividade policial;

IV - demais matérias necessárias ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

Art. 146 - O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista tríplice, por eleição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, na forma da lei complementar.

§ 1º - A nomeação e a destituição do Procurador-Geral de Justiça condicionam-se à prévia aprovação pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 2º - Decorridos quinze dias úteis a contar do recebimento da lista tríplice pelo Governador do Estado, sem que ele tenha encaminhado a indicação à Assembleia Legislativa, a esta submeterá o Colégio de Procuradores o nome do mais votado.

§ 3º - Aprovada a indicação e efetuada a necessária comunicação, expedirá o Governador do Estado o ato de nomeação ou dará o Colégio de Procuradores posse àquele que houver indicado, conforme o caso, dentro do prazo de quarenta e oito horas.

§ 4º - Não se pronunciando a Assembleia Legislativa no prazo de quinze dias úteis, contados do recebimento da indicação, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação sobre os demais assuntos para que se ultime a votação.

Art. 147 - Os membros do Ministério Público têm as seguintes garantias:

I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial

transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo único - O ato de remoção e de disponibilidade de membro do Ministério Público, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do órgão colegiado competente, assegurada ampla defesa.

Art.148 - Aos membros do Ministério Público é vedado:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II- exercer a advocacia;

III - participar de sociedade comercial, na forma da lei;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V - exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei.

Art. 149 - Além das funções previstas na Constituição Federal e nas leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público, nos termos de sua lei complementar:

I - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;

II - fiscalizar a aplicação de verbas públicas destinadas às instituições assistenciais;

III - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

IV - receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal e nesta Constituição.

Parágrafo único - No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

a) instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los, expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos, requisitar informações, exames periciais e documentos, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

b) requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância, acompanhá-la e produzir provas;

c) dar publicidade dos procedimentos administrativos que instaurar e das medidas adotadas;

d) sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração de legislação em vigor;

e) requisitar os serviços temporários de servidores públicos para a realização de atividades específicas.

Art.150 - Lei complementar de iniciativa do Ministério Público especial que oficia perante ao Tribunal de Contas, disporá sobre a sua organização.

Parágrafo único - Aplicam-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no que couber, os princípios e normas constantes desta Seção, pertinentes a garantias, direitos, vedações, vencimentos, vantagens e forma de investidura de seus membros.

SEÇÃO II

DA ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

Art. 151 - A Advocacia-Geral do Estado, exercida pela Procuradoria Geral do Estado, é instituição permanente essencial à Justiça, tendo por finalidade a preservação dos interesses públicos e o resguardo da legalidade e da moralidade administrativa.

Art. 152 - São funções institucionais da Procuradoria Geral do Estado:

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do Estado;

II - desenvolver as atividades de consultoria jurídica ao Chefe do Executivo e junto aos órgãos da administração estadual;

III - zelar pela defesa do patrimônio público estadual imobiliário;

IV - exercer o controle interno da legalidade dos atos administrativos;

V - executar outras atribuições que lhe forem confiadas, desde que compatíveis com sua finalidade institucional.

Parágrafo único - O Estado centralizará, na Procuradoria Geral do Estado, a orientação normativa das atividades de assessoramento jurídico e de procuradoria judicial das autarquias e das fundações públicas.

Art. 153 - A Procuradoria Geral do Estado compreende o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado e órgãos setoriais, conforme dispuser a lei complementar.

Parágrafo único - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação do Estado cabe à Procuradoria da Fazenda Estadual, observado o disposto em lei.

Art. 154 - As funções de Procuradoria Geral do Estado serão exclusivamente exercidas por Procuradores de Estado, organizados em carreira e providos, em caráter efetivo, mediante prévia e indispensável seleção em concurso público de provas e títulos. vedado o ingresso através de provimento derivado.

Art. 155 - A Procuradoria Geral do Estado será dirigida e orientada pelo Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Chefe do Executivo e escolhido dentre os componentes da última classe da carreira de Procurador do Estado, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista sêxtupla organizada, mediante eleição, pelos integrantes da categoria.

§ 1º - A nomeação e a destituição do Procurador-Geral do Estado condiciona-se à aprovação do nome escolhido e à autorização pela Assembleia Legislativa Estadual, respectivamente.

§ 2º - O Procurador-Geral do Estado exercerá mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - O Procurador-Geral do Estado poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, na forma da lei complementar.

Art. 156 - São assegurados aos Procuradores do Estado:

I - isonomia de vencimentos em relação aos cargos de atribuições iguais ou assemelha das do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário, e para cujos exercícios seja exigida idêntica e específica qualificação profissional, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho, na conformidade dos artigos 39, § 1º, e 135, da Constituição da República;

II - exclusividade quanto ao desempenho das atividades de representação judicial do Estado e de consultoria jurídica ao Chefe do Executivo e junto aos órgãos da administração estadual centralizada;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os artigos 37, XI e XII, 150, II, 153, III e § 2º, I, da Constituição da República;

IV - todos os demais direitos garantidos aos servidores públicos civis em geral, guardadas as peculiaridades da carreira e suas assemelhadas.

Art. 157 - É vedado aos Procuradores de Estado:

I - exercer a advocacia contra os interesses de pessoa jurídica de direito público, ou ainda, em qualquer hipótese, quando submetidos a regime de trabalho de dedicação exclusiva;

II - ocupar, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo público, salvo um de magistério, quando comprovada a compatibilidade horária;

III - desempenhar, mediante desvio de função, atividades estranhas ao conteúdo ocupacional do cargo permanente ocupado;

IV - ser cedido a órgão público diverso daquele em que for lotado, exceto para o fim especial de exercício de cargo de provimento em comissão ou o desempenho de atribuições vinculadas a atividades jurídicas;

V - exercer o comércio, na forma da lei.

Art. 158 - Lei complementar disporá sobre a organização da carreira de Procurador de Estado e o funcionamento dos órgãos da Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único - Aplicam-se aos Procuradores dos Poderes Legislativo e Judiciário, no que couberem, as disposições desta Seção pertinentes a direitos proibições e forma de investidura, vedada à instituição, para uns e outros, de vantagens diversas daquelas atribuídas aos do Poder Executivo.

SEÇÃO III

DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 159 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a promoção, em todos os graus, da orientação jurídica e a defesa de quantos, mediante comprovação de insuficiência de recursos, sejam reconhecidamente necessitados, na forma da lei.

Parágrafo único - A lei disporá sobre as condições de execução das atividades de Defensoria Pública, observado o que estabelecer a lei complementar federal específica, em que se determinará, inclusive, o estabelecimento de plantões permanentes. de modo a que se garanta assistência judiciária aos necessitados, até mesmo, indispensavelmente, quando da lavratura de flagrantes.

Art. 160 - Os cargos das carreiras do Ministério Público, de Procurador de Estado e de Defensor Público, bem como o cargo de Advogado de Ofício da Justiça Militar, são considerados assemelhados aos da carreira da Magistratura, inclusive para os fins previstos nos incisos VII e VIII do art. 47 desta Constituição.

SEÇÃO VI

DA ADVOCACIA

Art. 161- O advogado é indispensável à administração da Justiça e nos termos da lei, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

§ 1º - É obrigatório o patrocínio das partes por advogado, em qualquer juízo ou tribunal, observado o disposto na lei processual.

§ 2º - O Poder Judiciário reservará, em todos fóruns e tribunais do Estado, salas privativas, condignas e permanentes, destinadas aos advogados.

§ 3º - É dever das autoridades e dos servidores do Estado e dos Municípios o respeito aos direitos e às prerrogativas dos advogados, sob pena de responsabilidade, na forma da lei.

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS E DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 162 - O Estado e os Municípios poderão instituir:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obra pública.

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 163 - É vedada ao Estado e aos Municípios a instituição de empréstimo compulsório.

Art. 164 - O Estado e os Municípios, na área de sua competência, adequarão sua legislação tributária às normas gerais estabelecidas pela lei complementar a que se refere o art. 146 da Constituição Federal.

Art. 165 - O Estado e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefícios destes e de suas famílias, de sistemas de previdência e assistência social, na forma da lei.

Art. 166 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado ao Estado e aos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, conforme o caso:

I - exigir, aumentar, extinguir ou reduzir impostos, taxas de quaisquer natureza, contribuições de melhoria, emolumentos por atos de Junta Comercial e custas judiciais, sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação de equivalência, proibida qualquer distinção por motivo de ocupação profissional ou de função por eles exercida, independentemente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos;

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias públicas conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos estabelecidos em lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII - renunciar à Receita e conceder isenções e anistias fiscais, sem interesse público justificado.

§ 1º - A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas formalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o adquirente da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas nas alíneas b e c do inciso VI compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária só poderá ser concedida através de lei específica, estadual ou municipal.

Art. 167 - É vedado ao Estado e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

SEÇÃO II

DOS IMPOSTOS DO ESTADO

Art. 168 - Compete ao Estado instituir:

I - impostos sobre:

a) transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal, e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

c) propriedade de veículos automotores;

II - adicional de até cinco por cento do que for pago por pessoa física ou jurídica domiciliada ou estabelecida no território do Estado, a título de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

Parágrafo único - O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado, o Distrito Federal ou Território;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações subsequentes;

b) acarretará a exclusão de crédito relativo às operações anteriores;

III - poderão ser seletivos, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - incidirão também:

a) sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviços prestados ou iniciados no exterior;

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não-compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - não incidência:

a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar federal;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo e lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e a energia elétrica;

c) sobre ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º, da Constituição Federal;

VI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

SEÇÃO III

DOS IMPOSTOS DO MUNICÍPIO

Art. 169 - Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão

física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV - serviços de qualquer natureza, não-compreendidos no art. 168, I b, definidos em lei complementar federal.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante do adquirente for à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º - O imposto previsto no inciso III do caput deste artigo compete ao Município em que se completar a venda a varejo e não exclui a incidência do imposto estadual previsto no art. 168, I, b. sobre a mesma operação.

SEÇÃO IV

DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 170 - Pertencem ao Estado:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e suas fundações públicas;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo artigo 154, I da Constituição Federal.

Art. 171- Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituíam ou mantinham na forma do art. 158, inciso I, da Constituição Federal;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação:

a) do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, na forma do art. 158, inciso II, da Constituição federal;

b) do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

III - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto no Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação.

Parágrafo único - As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso III, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser a lei estadual.

Art. 172 - Além da receita relativa ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, cabe ao Estado parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, na forma do artigo 159, II, da Constituição Federal.

Art. 173 - Além da parcela relativa ao Fundo de Participação dos Municípios, cabem a estes vinte e cinco por cento dos recursos que o Estado receber da União, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, observados os critérios estabelecidos no artigo 158, parágrafo único, I e II da Constituição Federal.

Art. 174 - É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega ou ao emprego dos recursos atribuídos aos Municípios, inclusive quanto aos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

§ 1º - Essa vedação não impede o Estado de condicionar a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos.

§ 2º - A retenção dos recursos mencionados no caput deste artigo, implicará responsabilidade e demissão, a bem do serviço público, da autoridade que der causa, mediante iniciativa e deliberação da Assembléia Legislativa Estadual, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

Art. 175 - O Estado e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos e os valores de origem tributária entregues e a entregar.

Parágrafo único - Os dados divulgados pelo Estado serão discriminados por Município, indicando a expressão numérica dos critérios de rateio.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS

Art. 176 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre alterações na legislação tributária estadual e estabelecerá a política de aplicação financeira dos órgãos ou agências estaduais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório sucinto da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas previstos nesta Constituição sendo elaborados em consonância com o

plano plurianual e apreciados pela Assembléia Legislativa Estadual.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações públicas;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades da administração direta e indireta, e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos e fundações públicas.

§ 6º - O orçamento fiscal e o das entidades estaduais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades regionais, observado o critério populacional.

§ 7º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditária, sobre as receitas e despesas.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Caberá a lei complementar estadual:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a tramitação legislativa, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

§ 10 - Os duodécimos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário serão obrigatoriamente atualizados na mesma proporção da reestimativa da receita orçamentária.

Art. 177 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa Estadual.

§ 1º - Caberá a comissão especial permanente de Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Governador do Estado;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas estaduais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões da Assembléia Legislativa Estadual, criadas de acordo com o art. 83 desta Constituição.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na comissão especial permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário da Assembléia Legislativa Estadual.

§ 3º - As emendas aos projetos de lei do orçamento anual e aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas ou provenientes de anulação de despesas,

excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviços da dívida;
- c) transferência tributária de percentual pertencente aos Municípios; ou

III - sejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não podem ser aprovadas, quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Assembléia Legislativa para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na comissão especial permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os prazos para encaminhamento, à Assembléia Legislativa, dos projetos de lei, de iniciativa governamental, sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, serão os seguintes:

I - até 15 de setembro do primeiro ano do mandato do Governador eleito do projeto de lei relativo ao plano plurianual;

II - até 15 de maio, anualmente, do projeto de lei de diretrizes orçamentárias; e

III - até 15 de setembro, de cada ano, do projeto de lei da proposta orçamentária para o exercício subsequente.

§ 7º - Após a aprovação, pela Assembléia Legislativa Estadual, os projetos de lei de que trata o parágrafo anterior deverão ser devolvidos, para sanção governamental nos seguintes prazos:

I - até 30 de novembro do primeiro ano do mandato governamental, o projeto de lei que dispuser sobre o plano plurianual;

II - até 30 de junho, de cada ano, o projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias; e

III - até 30 de novembro, anualmente, o projeto de lei orçamentária anual para o exercício subsequente.

§ 8º - A inobservância dos prazos previstos no parágrafo anterior implicará promulgação dos referidos projetos de lei, nos termos das normas atinentes ao processo legislativo.

§ 9º - Aplicam-se aos projetos previstos neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 10 - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 11 - Além de sua publicação no Diário Oficial do Estado, os projetos de lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anuais serão colocados pelo Poder Legislativo, com antecedência mínima de trinta dias de sua apreciação em Plenário, à disposição das instituições e

pessoas interessadas, para deles tomarem conhecimento e oferecerem sugestões.

Art. 178 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não-incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais específicos, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvados os percentuais da receita tributária estadual, pertencentes aos Municípios ou que se destinem à manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado no art. 198, I, desta Constituição, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da lei;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - a inserção, no orçamento anual, de dotação de recursos sem destinação específica, notadamente de caráter reservado ou secreto.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício. Caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 179 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive de créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como ao Tribunal de Contas e Ministério Público, serão entregues até o vigésimo dia útil de cada mês, sob pena de responsabilidade e demissão, a bem do serviço público, da autoridade que der causa à não transferência dos recursos, mediante iniciativa e deliberação da Assembleia Legislativa Estadual.

Art. 180 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de

cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão, a qualquer título, de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações públicas, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 181 - Serão considerados aprovados e promulgados como lei os projetos de plano plurianual, de diretrizes orçamentária e anual, se, encaminhados pelo Governador do Estado, não forem devolvidos pela Assembléia Legislativa. para sanção, nos prazos previstos na lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, da Constituição Federal.

Art. 182 - É fixado em vinte e cinco por cento da receita do orçamento do exercício o limite máximo do montante da dívida consolidada do Estado e dos Municípios.

Parágrafo único – Lei Complementar Estadual, sem prejuízo do estabelecido na Legislação federal, disporá sobre a aplicação da regra deste artigo.

Art. 183 - As operações de crédito para antecipação da receita quando autorizada no orçamento anual não excederão a vinte e cinco por cento da receita total estimada para o exercício financeiro e, até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatória e integralmente liquidadas.

Parágrafo único – O dispêndio mensal com a sua liquidação, compreendendo principal e acessórios, não poderá ser superior a cinco por cento da receita orçamentária do exercício.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 184 - É dever do Estado promover o bem-estar coletivo e a realização da justiça social, mediante o desenvolvimento de programas específicos e a participação em ações integradas de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 185 - A seguridade social, compreende ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência sociais.

§ 1º - A lei organizará a seguridade social respeitados os seguintes princípios básicos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos bens e serviços;

IV - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da coletividade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados;

V - promoção das condições necessárias para fixação do homem do campo.

§ 2º - Os orçamentos do Estado e do Município identificarão e estimarão as receitas destinadas ao financiamento das ações e serviços relativos à seguridade social.

§ 3º - Nenhum benefício ou serviço de seguridade social será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 186 - Todo ser humano, sem distinção de qualquer natureza, tem o direito à saúde.

Art. 187 - Constitui função social do Estado velar pela proteção e defesa da saúde a nível individual e coletivo, adotando as medidas necessárias para assegurar os seguintes direitos:

I - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental.

Parágrafo único - A lei instituirá normas regulando o cumprimento, por parte do estado e da comunidade, das obrigações relativas à saúde.

Art. 188 - O acesso aos serviços de saúde será garantido pelo Poder Público, cabendo ao Estado e Municípios dispor em Lei, no âmbito de suas competências, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

§ 1º - O sistema único de saúde englobará todos os órgãos estaduais e municipais de assistência à saúde, observadas as seguintes diretrizes:

I - municipalização dos recursos e ações dos serviços de saúde;

II - comando único em cada esfera de governo;

III - atendimento integral na prestação das ações preventivas e curativas;

IV - instituição dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde como representação partidária do Poder Público, dos profissionais de saúde e da comunidade.

§ 2º - O Conselho Estadual de Saúde será o órgão consultivo superior do sistema único de saúde.

§ 3º - As instituições privadas, mediante convênio, poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 189 - O sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, e, obrigatoriamente, dos orçamentos do Estado e dos Municípios, além de outras fontes.

SEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 190 - A assistência social tem por finalidade o amparo a segmentos carentes da coletividade, mediante a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, promovendo a integração ao mercado de trabalho e viabilizando a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências.

Art. 191 - A comicidade, através de associações, sindicatos, conselhos, ordens e outros órgãos

representativos, participará na formulação das políticas de assistência social e no controle das ações pertinentes em todo os seus níveis.

Art. 192 - As ações governamentais de assistência social serão promovidas e financiadas com o apoio da União e da sociedade, cabendo ao Estado coordenar a execução dos programas que desenvolver, reservadas à esfera federal a coordenação-geral e a expedição das normas básicas pertinentes.

SEÇÃO IV

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 193 - O Estado e os Municípios, diretamente ou através de órgãos previdenciários que instituem ou com os quais conveniarem, prestarão a previdência social aos seus servidores e aos familiares e dependentes destes.

Art. 194 - Os planos de previdência social, mediante contribuição, assegurarão, nos termos da lei:

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez e morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;

II - assistência financeira, habitacional, médica, hospitalar, farmacêutica e odontológica;

III - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

IV - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes;

V - auxílio à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda.

Parágrafo único - O custeio da previdência social será atendido mediante contribuição mensal dos segurados e do Estado ou Município, conforme o caso, incidente sobre as folhas de vencimentos e salários.

Art. 195 - A participação dos segurados na administração da Previdência Social dar-se-á mediante interação ao órgão superior de deliberação coletiva, de representantes dos servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Art. 196 - O retardamento, pelo Estado, quanto ao recolhimento de suas contribuições mensais ou ainda quanto à transferência dos valores correspondentes às retenções a que se obriga, implicará responsabilidade do Governador do Estado e demissão, a bem do serviço público, do Secretário da Fazenda, mediante iniciativa da Assembléia Legislativa Estadual.

Parágrafo único - A partir da data da deliberação da Assembléia Legislativa Estadual, ficará o Secretário da Fazenda automaticamente afastado das funções.

SEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL.

Art. 197 - O Estado, com a contribuição da sociedade, favorecerá o desenvolvimento integral da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho, provendo a educação, garantindo acesso às fontes culturais e de comunicação social e fomentando as práticas desportivas formais e não-formais.

SEÇÃO II

DA EDUCAÇÃO

Art. 198 - O dever do Estado e do Município com a educação será efetivado com guarda dos seguintes princípios:

I - aplicação de pelo menos vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, incluída a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público;

II - manutenção do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para quantos a ele não tiverem acesso na idade própria;

III - extensão progressiva de gratuidade e obrigatoriedade ao ensino de primeiro grau;

IV - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo-se-lhes recursos humanos e equipamentos públicos adequados;

V - oferecimento de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VI - desenvolvimento de programas suplementares de material didático escolar, transportes, alimentação e saúde, destinados à clientela do ensino fundamental, sob a coordenação ou acompanhamento de profissionais de serviço social, com participação da comunidade escolar;

VII - atendimento, em creches e pré-escolas, às crianças na faixa etária de até seis anos, assegurando-lhes assistências pedagógicas, médica, psicológica e nutricional adequadas a seus diferentes graus de desenvolvimento;

VIII - organização do sistema de ensino público em regime de colaboração com a União e os Municípios;

IX - igualdade de condições de acesso e de permanência na escola;

X - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

XI - valorização dos profissionais de ensino, mediante instituição de plano de carreira para o magistério público e remuneração compatível com o grau de qualificação profissional;

XII - orientação do processo educativo de modo a formar a consciência da igualdade entre os cidadãos, independentemente de sexo, cor, raça ou origem, bem assim da especial contribuição da mulher, como mãe e trabalhadora, para a construção da grandeza da Nação;

XIII - garantia, aos deficientes físicos, de atendimento adequado em todos os níveis de ensino.

Art. 199 - O Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do poder público e à adaptação em plano nacional, com os objetivos de:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica.

Parágrafo único - O Plano Estadual de Educação será encaminhado para exame e aprovação à

Assembléia Legislativa até o dia 31 de agosto do ano imediatamente anterior ao início de sua execução.

Art. 200 - A organização dos sistemas estadual e municipal de ensino, na conformidade do que dispuser a lei, assegurará:

I - estabelecimento, mediante lei estadual, da esfera de competência dos Conselhos Municipais de Educação;

II - participação da comunidade escolar no planejamento das atividades administrativas e pedagógicas, acompanhadas por assistentes sociais, psicólogos e profissionais de ensino;

III - integral aproveitamento da capacidade de utilização das unidades escolares, nos três turnos diários;

IV - oferecimento, pelo Estado, de assistência técnica aos sistemas municipais de ensino;

V - adequação do Calendário Escolar às peculiaridades das áreas rurais.

§ 1º - Compete ao Poder Público proceder ao recenseamento anual da clientela do ensino fundamental, fazer-lhe a chamada e zelar junto aos pais e responsáveis pela freqüência regular.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público e ainda sua oferta irregular importarão responsabilidade do Chefe do Executivo Estadual ou Municipal, conforme o caso.

Art. 201 - A Educação Religiosa constituirá área de ensino de oferta obrigatória pelas escolas públicas estaduais e municipais, guardados os seguintes princípios:

I - facultatividade da matrícula;

II - compatibilidade do conteúdo programático aos diferentes credos e cultos;

III - docência, em relação a cada credo, por professores credenciados pela autoridade religiosa correspondente.

Art. 202 - As instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Poder Público, visam, além da formação de profissionais de nível universitário, à organização da produção científica destinada à difusão e à discussão dos problemas que interessam ao conjunto da sociedade, respeitados os seguintes princípios:

- a) autonomia didático-científico e administrativa;
- b) autonomia de gestão financeira e patrimonial;
- c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) isonomia salarial.

Parágrafo único - O Estado destinará recursos para manutenção, funcionamento e atendimento as despesas de pessoal da Rede Pública Estadual de 3º grau.

Art. 203 - O Conselho Estadual de Educação, de cuja composição participarão, proporcionalmente, representantes das instituições e dos professores das redes públicas e particular de ensino, em todos os níveis, bem assim dos pais dos educandos e dos órgãos de representação dos estudantes, expedirá as normas gerais disciplinadoras do ensino nos sistemas oficial e privado e procederá à interpretação, na esfera administrativa, da legislação específica.

Art. 204 - O Estado e os Municípios, visando ao desenvolvimento do ensino de 1º e 2º graus erradicação do analfabetismo, poderão celebrar convênios com entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino, com prévia autorização do Poder Legislativo.

SEÇÃO III

DA CULTURA

Art. 205 - O Estado apoiará e estimulará a valorização e a difusão das manifestações culturais, e promoverá, mediante registros, inventários, tombamento, vigilância, desapropriação e outras formas de acautelamento, a preservação do patrimônio cultural

Art. 206 - Constituem o patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade alagoana e brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas:

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 207 - Incumbe à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Art. 208 - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Art. 209 - Lei complementar disporá sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural arquitetônico, arqueológico e paisagístico do povo alagoano, estabelecendo as condições de uso e de desfrute dos bens que o integram, bem assim instituindo mecanismos de controle quanto ao tombamento, à preservação e à guarda.

§ 1º - O Poder Público, comprovada a viabilidade, preferivelmente promoverá a transferência dos bens integrantes do patrimônio cultural para o domínio do Estado ou dos Municípios.

§ 2º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da Lei Complementar de que trata este artigo.

Art. 210 - É vedada a remoção definitiva, do território estadual, de bens do patrimônio artístico-cultural devidamente tombados.

SEÇÃO IV

DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 211 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observados os princípios estabelecidos na Constituição da República e disciplina específica definida na legislação federal.

Art. 212 - Os órgãos de imprensa escrita e de radiodifusão sonora ou de imagem e som, integrantes da Administração Pública estadual, direta, indireta ou fundacional, terão suas atividades orientadas e supervisionadas pelo Conselho Estadual de Comunicação Social.

§1º - O Conselho será composto por representantes dos três Poderes, bem assim das entidades de

classe vinculadas ao setor, conforme dispuser a lei.

§ 2º - Inclui-se entre as atribuições do Conselho Estadual de Comunicação Social, a definição de critérios visando à repartição eqüitativa das dotações destinadas à publicidade governamental, observada a prioridade dos organismos estatais e vedada à promoção política dos governantes e membros do Governo.

§ 3º - É vedada à aplicação pelos órgãos da Administração Pública direta, indireta e fundacional pública, de mais de cinco por cento dos recursos públicos destinados, em cada exercício financeiro, à produção e à veiculação de matérias publicitárias pelo órgão de Comunicação Social de imprensa escrita e de radiodifusão sonora e de difusão de imagem e som por sinais eletromagnéticos, a uma só empresa ou grupo empresarial privado ou coligado de qualquer forma, bem como às empresas distintas com sócios ou proprietários comuns.

§ 4º - A produção e a programação das emissores de rádio e televisão, sem prejuízo das atividades voltadas à garantia de suas próprias manutenções, promoverão a cultura nacional e regional e estimularão a produção independente que objetive sua divulgação, bem como darão preferência a finalidades educativas, artísticas, desportivas, culturais e informativas, respeitando os valores éticos sociais da pessoa e da família.

§ 5º - A Rádio Difusora de Alagoas, no desenvolvimento de sua programação, observará as exigências de competitividade de mercado.

SEÇÃO V

DO DESPORTO

Art. 213 - O fomento, pelo Estado, das práticas esportivas formais e não-formais. proceder-se-á com observância dos seguintes princípios:

I - autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações. quanto a sua organização e funcionamento;

II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não-profissional;

IV - proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

V - reserva de área destinada a praças e campos de esportes, de obrigatoriedade nos projetos de urbanização e de unidades escolares;

VI - concessão de bolsas de estudos aos atletas integrantes de representações estaduais das diversas modalidades esportivas.

Parágrafo único - A lei disporá sobre a origem dos recursos financeiros para aplicação nos desportos e os critérios de distribuição e de repasse dos recursos públicos estaduais às entidades e associações desportivas e para o desporto educacional.

Art. 214 - O Poder Público estimulará o lazer como forma de promoção social.

CAPÍTULO IV

Da CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 215 - O Estado, objetivando o bem público, progresso das ciências e o aprimoramento do sistema produtivo nacional e regional, promoverá e estimulará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, apoiando, inclusive, a formação de recursos humanos especializados.

Art. 216 - Recursos orçamentários, no importe de pelo menos dois por cento da receita estimada, serão reservados com vistas ao estímulo do desenvolvimento científico e tecnológico e obrigatoriamente transferidos em duodécimos, durante o exercício correspondente, à instituição de que trata o § 1º deste artigo.

§ 1º - Ente fundacional, instituído e mantido pelo Poder Público, planejará, coordenará, supervisionará e avaliará as ações estatais de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

§ 2º - A fundação de amparo ao desenvolvimento científico e tecnológico, no cumprimento de suas finalidades, propiciará bolsas de estudos e oferecerá auxílio financeiro e apoio especializado visando à realização de projetos, estudos e pesquisas.

§ 3º - Será destinado, para efeito de manutenção da fundação, valor nunca superior a cinco por cento dos recursos que lhe forem transferidos, aplicado o restante. obrigatoriamente, na execução de atividades vinculadas aos seus fins institucionais.

§ 4º - A administração da fundação é órgão colegiado constituído de nove membros, sem remuneração de qualquer espécie, nomeados pelo Governador do Estado mediante indicação das instituições públicas que, sediadas no Estado de Alagoas, exerçam atividades permanentes da pesquisa científica e tecnológica.

§ 5º - Será garantida a prioridade para a pesquisa básica e para a pesquisa tecnológica nas áreas indicadas pelo Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, elaborado, anualmente, pelo órgão público responsável pela política setorial.

§ 6º - Lei Complementar fixará os mecanismos de estímulo às empresas que invistam em pesquisa e criação de tecnologias adequadas no Estado, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 7º - O Poder Público disciplinará a aplicação das dotações orçamentárias para ciência e tecnologia de modo que as despesas com a administração setorial incluindo pessoal lotado nos órgãos e entes que executem pesquisas na área de ciência e tecnologia, não ultrapassem dez por cento do respectivo orçamento.

SEÇÃO I

DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 217 - O Estado, com a colaboração da comunidade, promoverá a defesa e a preservação do meio ambiente. Cumprindo-lhe, especificamente:

I - resguardar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo racional das espécies e dos ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Estado e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético:

III - definir os espaços territoriais a serem especialmente protegidos, inclusive seus componentes, sendo a alteração e supressão somente permitidas através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, observado o que dispuser a lei, estudo prévio de impacto ambiental, sempre que se tratar da

instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente;

VI - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

VII - promover a educação ambiental nos diferentes níveis de ensino que mantiver, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VIII - manter os recursos hídricos em condições de serem desfrutados pela comunidade e com características que favoreçam suas autodepurações, após verificação dos possíveis impactos ambientais;

IX - preservar a boa qualidade do ar, promovendo, inclusive, os meios para a recuperação das áreas poluídas;

X - fixar normas para utilização da flora e da fauna estaduais, delimitando áreas de reservas biológicas e florestais para a proteção a espécies em extinção;

XI - estabelecer diretrizes gerais e específicas e fiscalizar e normalizar a ocupação do litoral, tendo em vista fatores econômicos, sociais, ecológicos, culturais, paisagísticos e outros com pertinência ao planejamento da sua ocupação;

XII - definir a Política Estadual de Proteção Ambiental, criando as condições técnicas e jurídicas para a sua implantação, fiscalização e execução;

XIII - estimular o reflorestamento, especialmente nas orlas lagunares e nas cabeceiras dos rios, concedendo, inclusive, incentivos fiscais aos proprietários de áreas cobertas por matas, nativas ou não, e na proporção de sua extensão;

XIV - proporcionar assistência científica, tecnológica e creditícia às indústrias que desenvolverem e incorporarem tecnologia capaz de transformar resíduos poluentes em matérias-primas proveitosas, ou simplesmente os elimine

§ 1º - Nenhum loteamento ou projeto de urbanização será implantado no litoral do Estado sem prévia autorização do órgão estadual encarregado de zelar pela proteção ambiental, que baixará normas estabelecendo as condições mínimas de proteção do meio ambiente.

§ 2º - A lei regulará o fracionamento das áreas e o gabarito das edificações situadas na faixa de um mil metros contados a partir da linha de raia dos terrenos de marinha, assim considerados nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 218 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentes da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 219 - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 220 - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica indicada pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 221- É proibida a instalação, no território do Estado de Alagoas, de usinas nucleares e de depósitos

de resíduos atômicos.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 222 - É dever dos cidadãos, da sociedade e dos entes estatais, zelar pela preservação do regime natural das águas.

§ 1º - A água constitui recurso natural indispensável para a vida, condicionante e indutor do desenvolvimento econômico e social.

§ 2º - A lei observando o que estabelece a legislação federal. disporá sobre:

I - o aproveitamento dos recursos hídricos objetivando o atendimento das necessidades de toda a coletividade;

II - a proteção contra ações ou eventos que comprometam sua utilidade atual e futura, bem como a integridade e a renovabilidade física e ecológica do ciclo hidrológico;

III - o controle dos eventos efeitos dos hidrológicos determinantes de impactos danosos, de modo a evitar-lhes ou minimizar-lhes as consequências prejudiciais à coletividade.

Art. 223 - A lei instituirá o Sistema Estadual de gerenciamento de Recursos Hídricos, compatível com o Sistema Nacional, e definirá critérios de outorga de direitos de uso da água, respeitadas as seguintes diretrizes gerais:

I - promoção de benefícios sociais decorrentes dos múltiplos usos da água e minimização de seus efeitos adversos, devendo ser integrado, descentralizado e participativo, adotando-se a bacia hidrográfica como base físico-territorial de gestão;

II - integração das águas superficiais e subterrâneas respeitando-se os regimes naturais de ambas, bem como as interações com o solo e outros recursos naturais;

III - gestão permanente e contínua dos recursos hídricos, utilizando normas e procedimentos gerais que orientem as ações intervenientes;

IV - aproveitamento do potencial hídrico subterrâneo como reserva estratégica para o desenvolvimento e como alternativa valiosa de suprimento de águas às populações, devendo ser protegido contra a poluição;

V - gestão interestadual, mediante convênio, dos aquíferos que se estendem a Estados vizinhos.

Parágrafo único - Ouvido o órgão próprio do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, poderá o Estado delegar aos municípios, ou associações de usuários organizados, a gestão das águas de interesse exclusivamente local.

Art. 224 - A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

I - reconhecimento dos recursos hídricos como um instrumento indutor do desenvolvimento econômico e social do Estado;

II - necessária compatibilização entre o plano estadual de recursos hídricos e o plano de desenvolvimento econômico do Estado, da União e dos Municípios;

III - disciplinamento do uso da água segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica e conforme as

estratégias de atendimento ao desenvolvimento econômico-social;

IV - aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas;

V - adequação de recursos hídricos das regiões áridas e semi-áridas ao processo de desenvolvimento econômico e social local;

VI - estabelecimento de sistema de irrigação harmonizada com os programas de conservação do solo e da água.

Art. 225 - A lei aprovará o Plano Estadual de Recursos Hídricos, assegurando, prioritariamente, o abastecimento das populações humana e animal e zelando pela preservação da saúde natural do meio-ambiente.

Parágrafo único - O produto da participação dos Municípios no resultado da exploração, dos potenciais energéticos em seu território, ou a compensação financeira, deverão ser aplicados prioritariamente nos programas previstos neste artigo.

Art. 226 - O Estado, através do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, implantará uma rede hidrometereológica nas bacias hidrográficas de seu domínio.

Art. 227 - As receitas decorrentes do uso da água, inclusive as pertinentes à participação do Estado no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica serão aplicadas na execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 228 - As diversas receitas resultantes do uso da água, quando recolhidas pelos Municípios ou a eles repassadas, serão exclusivamente empregadas visando à conservação, à proteção e ao aproveitamento dos recursos hídricos existentes em seus territórios.

CAPÍTULO VI

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Art. 229 - A assistência à família será oferecida na pessoa de cada um dos seus integrantes.

Art. 230 - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais, obedecidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

i **Art. 231**- O amparo aos idosos será promovido com a participação da União e da sociedade, de modo a assegurar-lhes o bem-estar, a dignidade e o direito à vida.

Parágrafo único - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 232 - O Estado promoverá ações permanentes de prevenção de deficiência física, sensorial e mental, bem assim desenvolverá programas de assistência aos portadores de deficiência, objetivando integrá-los plenamente no convívio social, mediante a abertura de oportunidades de educação e de trabalho e a facilitação do acesso aos espaços públicos e aos transportes coletivos.

Parágrafo único - A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, e criará os mecanismos necessários à implantação das demais ações definidas neste artigo.

CAPÍTULO VII

DOS INDIOS

Art. 233 - O Estado, respeitada a competência da União, prestará permanente cooperação visando ao desenvolvimento de ações destinadas à proteção dos índios, especialmente no que se refere:

I - à preservação dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam inclusive quanto ao usufruto permanente e exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;

II - ao respeito à organização social, à cultura, aos costumes, às crenças e às tradições das comunidades indígenas;

III - à conservação dos recursos ambientais indispensáveis ao bem estar das coletividades indígenas, bem assim à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

TÍTULO VI

DA ORDEM ECONÔMICA

Art. 234 - O Estado velará pela preservação da ordem econômica, respeitados os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição da República.

Art. 235 - A exploração, pelo Estado, de atividade econômica, só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

Art. 236 - A lei regulamentará as relações da sociedade de economia mista e da empresa pública com o Estado.

Art. 237 - A sociedade de economia mista ou empresa pública que, no período de cinco anos consecutivos, apresentar resultados deficitários, será autarquizada ou extinta, na última hipótese desde que se não destine à execução de serviço público essencial.

Parágrafo único - Dando-se que a empresa pública apresente resultados deficitários por dois anos consecutivos, serão destituídos os seus dirigentes, apurando-se-lhes a responsabilidade.

Art. 238 - A prestação indireta de serviços públicos dar-se-á sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de prévio procedimento licitatório.

Art. 239 - O Estado e o Município dispensarão tratamento diferenciado à micro empresa e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, cuja simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas, na forma da lei.

Art. 240 - O Estado e os Municípios incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 241 - O Estado assegurará a participação da representação cooperativista em todos os conselhos e órgãos estaduais vinculados ao desenvolvimento rural e urbano.

Art. 242 - O Estado de Alagoas apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 243 - Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão à empresa esta tal, os serviços locais de gás canalizado, com exclusividade de distribuição para todos os segmentos do mercado.

Parágrafo único - A lei estabelecerá as condições da outorga da concessão de que trata este artigo.

TÍTULO VII

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 244 - A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§ 1º - São responsáveis pela segurança pública, respeitada a competência da União:^[14]^[14]

I - a Polícia Civil;

II - a Polícia Militar e

III - o Corpo de Bombeiros Militar.

§ 2º - A Polícia Civil, dirigida por delegados de polícia, incumbe as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

§ 3º - À Polícia Militar cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, além de outras atribuições definidas em lei.

§ 4º - O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada segundo hierarquia e disciplina militares e subordinada ao Governador do Estado, competindo-lhe as atividades de prevenção e extinção de incêndios, de proteção, busca e salvamento e de defesa civil, além de outras estabelecidas em Lei.^[15]^[15]

§ 5º - A Polícia Militar, força auxiliar e reserva do Exército, subordina-se, juntamente com a Polícia Civil, ao Governador do Estado.

§ 6º - O cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar e de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar são privativos de Oficiais da ativa das respectivas Corporações, no último posto do correspondente quadro de Combatentes, ressalvado o disposto na legislação federal pertinente.^[16]^[16]

Art. 245 - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de modo a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 1º - As funções de Polícia Judiciária são privativas dos integrantes das respectivas carreiras funcionais.

§ 2º - A lei organizará, em carreira, os cargos da Polícia Civil.

Art. 246 - Aplica-se, aos delegados de polícia de carreira a isonomia de vencimentos assegurada às carreiras funcionais a que correspondem funções essenciais à Justiça, em relação aos cargos do Poderes Legislativos e Judiciário de atribuições iguais ou assemelhadas.

Art. 247 - Os municípios, respeitado o que estabelecer lei complementar estadual específica, poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

§ 1º - As guardas municipais, quanto às atividades operacionais, serão supervisionadas pela Polícia Militar.

§ 2º - Ao guarda municipal é vedado o porte de arma, ressalvada a hipótese de específica autorização do Secretário de Segurança, para condução exclusivamente em objeto de serviço.

TÍTULO VIII

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

Art. 248 - Compete ao Estado promover a Política Fundiária e o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, atendidos os princípios de justiça social e o que dispuser a lei sobre alienação de terras públicas e processo discriminatório de terras devolutas.

Art. 249 - Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais, pela política de redistribuição, regularização e reorganização, receberão título de concessão de direito e de uso, inegociável pelo prazo de dez anos, fixando, a lei, os critérios para a concessão do Título de Domínio, vencido aquele prazo.

Art. 250 - A destinação de Terras Públicas e Devolutas será compatibilizada com a política agrícola estadual e com o Plano Regional de Reforma Agrária.

Art. 251- A Política Agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e a irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se, no planejamento agrícola, as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 252 - As entidades educacionais que, criadas ou de instituição autorizada por lei estadual ou municipal, não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos, ficam excluídas da obrigatoriedade de oferecimento de ensino gratuito, desde que já se encontrassem funcionando na data da promulgação da Constituição da República.

Art. 253 - O ensino da História de Alagoas, obrigatória nas unidades escolares da rede oficial, levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação da sociedade alagoana.

Art. 254 - As áreas de ensino correspondentes a Estudos Sociais e Educação Artística compreenderão:

I - Estudos Sociais: noções de ecologia, trânsito, nutrição e geriatria;

II - Educação Artística: noções de música, artes plásticas, teatro e história da música popular brasileira.

Art. 255 - A criação de novos cargos públicos, na Administração Direta, Autárquica e Fundacional Pública, apenas será procedida mediante fixação dos quantitativos correspondentes à atribuição de nível, grau e padrão de vencimentos, respeitado o sistema remuneratório existente, bem como o estabelecimento de especificações para provimento.

Parágrafo único - Na hipótese de ampliação de quantitativo de cargo já existente, precisar-se-á a quantidade anterior e aquela resultante do acréscimo advindo.

Art. 256 - As vantagens pecuniárias que estejam sendo percebidas pelo servidor por ocasião de sua transferência para a inatividade integrarão os cálculos dos proventos, observados os prazos mínimos de auferimento ininterrupto previstos em lei.

Art. 257 - As classificações, para efeito remuneratório, atribuídas aos cargos da magistratura, bem como aos integrantes das carreiras essenciais à justiça, seus assemelhados, são inextensíveis a quaisquer outras categorias funcionais.

Art. 258 - Todo o ato de provimento de cargo público obrigatoriamente indicará a origem da vaga a ser preenchida, precisando, se for o caso, a causa do desprovimento do seu anterior ocupante.

Art. 259 - A sistemática da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, prescrita na Seção VI do Capítulo I do Título III desta Constituição, aplica-se, no que couber, às Administrações Direta, Indireta e Fundacional Pública dos Municípios.

Art. 260 - Todos os recursos financeiros da Administração Direta, Indireta e Fundacional Pública dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, serão obrigatoriamente movimentadas em estabelecimentos creditícios oficiais.

Parágrafo único - As disposições deste artigo estendem-se a todos os Municípios, excetuando-se os que não possuam, em sua área territorial, estabelecimento oficial de crédito.

Art. 261 - As consignações devidas pela Secretaria da Fazenda, na hipótese de liberação retardada por prazo superior a trinta dias, serão corrigidas monetariamente.

Art. 262 - A celebração de acordos relativos a créditos tributários fica condicionada a prévia autorização legislativa, salvo quando, em relação a cada contribuinte, implicar valor que não exceda ao recolhimento médio registrado no período de doze meses imediatamente anterior à formalização do ajuste.

Art. 263 - As transferências de que trata o art. 169 serão realizadas até o trigésimo dia do mês subsequente ao pagamento procedido ao servidor, atualizado, dia-a-dia, o correspondente valor.

Art. 264 - O cálculo das transferências a serem feitas aos municípios alagoanos, relativas à participação do ICM, tomará como referência os seguintes períodos de arrecadação:

I - do primeiro ao vigésimo dia do mês que esteja em curso;

II - do vigésimo primeiro ao último dia útil do mês anterior.

Parágrafo único - As transferências a que alude este artigo, serão realizadas até o dia 28 de cada mês, acrescentando-se juros e atualização monetária às realizadas fora do prazo legal.

Art. 265 - Integram o cálculo, das transferências aos Municípios os acréscimos que, relativos à atualização monetária, sejam cobrados, tendo como referência os impostos nos quais tenham participação.

Art. 266 - Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a segunda guerra mundial, nos termos da Lei Federal nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, são assegurados os seguintes direitos:

I - aproveitamento no serviço público sem exigência de concurso, com estabilidade;

II - pensão especial correspondente à deixada por Segundo Tenente das Forças Armadas que poderá ser requerida a qualquer tempo, inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvando o direito de opção;

III - em caso de morte, pensão à viúva ou companheira e ou dependente, de forma proporcional, de valor igual a do inciso anterior;

IV - assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos seus dependentes;

V - aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico.

VI - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem ou para as suas viúvas ou companheira;

VII - preferência de matrícula a seus dependentes nas escolas públicas;

VIII - isenção quanto ao imposto de transmissão inter-vivos na aquisição, por ato oneroso, de imóvel para sua moradia, desde que de outro não disponha em seu patrimônio;

IX - preferência para promoção funcional no serviço público estadual, inclusive a autárquico ou fundacional público, sempre que existente vaga e seja qual for o critério utilizado para fins de progressão vertical.

Art. 267 - Lei complementar disporá sobre a transferência de servidores públicos civis para a disponibilidade remunerada, respeitados os seguintes princípios:

I - observância de critério objetivo para efeito de identificação dos servidores a serem transferidos à disponibilidade, na hipótese de extinção ou declaração de desnecessidade de cargos públicos;

II - garantia de remuneração integral aos disponíveis, incluindo adicional por tempo de serviço e abono família;

III - asseguramento quanto ao retorno obrigatório ao trabalho mediante aproveitamento em cargo igual ao de atribuições equivalentes, vedado o decesso remuneratório;

IV - adoção, na hipótese da existência de vários servidores disponíveis, de critério objetivo para a o chamamento de volta à atividade.

Art. 268 - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

Art. 269 - O Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais de Alagoas - IPDEAL, instituição previdenciária sem fins lucrativos, é organizado e administrado na forma da lei.

§ 1º - Qualquer alteração das finalidades do Instituto ou sua extinção, ficam condicionadas à preliminar deliberação pelo voto de dois terços da Assembleia geral.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, ou ainda qualquer dos membros do Poder Legislativo, observados os termos da deliberação da Assembleia geral, proporá

o projeto de lei.

§ 3º - O projeto de lei proposto considerar-se-á aprovado pelo voto de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 270 - Os relatórios conclusivos de todas as sindicâncias e auditorias instaladas em órgãos da Administração direta, indireta e fundacional pública, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado.

Art. 271- Os servidores aposentados e pensionistas do Estado de Alagoas terão seus proventos e pensões pagos na mesma data dos demais servidores estaduais em atividade.

Art. 272 - Todos têm direito de requerer e obter, no prazo de trinta dias, informações sobre projetos do Poder Público, salvo em casos cujo sigilo seja comprovadamente imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado.

Art. 273 - O servidor público estadual da administração direta, autárquica e fundacional pública que, por cinco anos consecutivos ou dez anos intercalados, haja exercido cargos de provimento em comissão, será aposentado com proventos calculados com base naquele a que corresponder maior remuneração, desde que o tenha exercido por pelo menos 03 (três) anos e integrante da estrutura do Poder a que pertença o servidor, sem prejuízo das vantagens de natureza pessoal a que faça jus.^[17]

Art. 274 - Aplica-se aos procuradores autárquicos, inclusive os do Instituto de Terras de Alagoas - ITERAL, o disposto nos artigos 156, 157 e 158, parágrafo único desta Constituição.

Art. 275 - É vedada a realização de operações externas de natureza financeira, por parte do Governo do Estado e dos Municípios, sem prévia autorização do Senado Federal.

Art. 276 - Os policiais civis e militares, quando invalidados em decorrência de lesão grave adquirida no cumprimento do dever, serão promovidos, ao ensejo da inativação, à classe, graduação e posto respectiva imediatamente superiores, com proventos integrais.

Art. 277 - Os planos de aplicação e demais projetos elaborados pelos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundações Públicas do Estado e relativos à utilização de recursos oriundos de contratos, convênios ou outro tipo de ajuste firmado com a União ou com quaisquer outras entidades de Direito Público ou Privado, deverão ser submetidos à apreciação e à aprovação da Assembléia Legislativa Estadual.⁶³

Parágrafo único - No prazo máximo de sessenta dias, contado do encerramento do exercício considerado ou do término da execução de ajuste, será encaminhada prestação de contas à Assembléia Legislativa Estadual relativas aos recursos aplicados na forma dos planos ou projetos aludidos neste artigo.

Art. 278 - A lei disporá sobre a institucionalização do sistema de cadastro dos dirigentes de órgãos das administrações direta e indireta e fundacional pública.

§ 1º - Além dos elementos informativos de caráter curricular constará, obrigatoriamente, o registro de bens e valores integrantes do patrimônio privado dos gestores da administração pública estadual, à vista dos dados constantes das declarações do Imposto de Renda, anualmente.

§ 2º - As declarações deverão ser publicadas, na íntegra, no Diário Oficial do Estado, imediatamente às datas de investidura e exoneração dos cargos de que sejam titulares.

Art. 279 - Não produzirão quaisquer efeitos jurídicos as multas aplicadas por infrações imputadas às pessoas físicas ou jurídicas, pelas entidades da Administração Direta, Indireta, inclusive Autárquica e Fundacional Pública, sem que delas os interessados sejam regularmente notificados.

Parágrafo único - A notificação mencionada neste artigo deverá conter todos os detalhes pertinentes à exigência à que se refere, bem como a indicação do prazo para apresentação de defesa, que não deverá ser inferior a trinta dias.

Art. 280 - Nenhum ato dos Poderes Públicos do Estado e do Município da Capital, inclusive dos órgãos da Administração Indireta e Fundacional Pública, terá eficácia antes da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado, notadamente os que se referem à aplicação dos dinheiros públicos.

Art. 281- Nos primeiros doze meses de cada mandato governamental, deverá ser realizado um censo dos servidores da Administração Direta, indireta e Fundacional Pública, com a participação das entidades de classe dos servidores, cujo resultado será publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 282 - A Lei disporá sobre a organização, em carreira, dos cargos de Procurador Regional da Junta Comercial, estabelecendo as correspondentes especificações e definindo as expectativas de avanço funcional.

Art. 283 Aos ocupastes de cargos de Procurador Regional da Junta Comercial aplica-se o princípio do artigo 47, inciso VII, correspondente às carreiras referidas no artigo 160 desta Constituição.

Art. 284 - O Estado apresentará ao Legislativo e publicará até o último dia útil do mês subsequente o demonstrativo da arrecadação de impostos e aplicação mensal dos recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Ocorrendo o descumprimento do mínimo previsto, a diferença será contabilizada pelo seu valor real, corrigido pelo indexador oficial e incorporado no mês subsequente.

Art. 285 - Os recursos públicos de que trata o Art. 213 da Constituição Federal só poderão ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas depois que forem assegurados:

I - oferta de vagas na rede pública suficiente para proporcionar a toda população o acesso à escolaridade completa de 1º grau e progressivamente de 2º. grau diurno e noturno;

II - atendimento em creche e em pré-escolar a todas as crianças de até seis anos;

III - melhoria da qualidade de ensino em condições adequadas de formação, exercício e remuneração do magistério.

§ 1º - As entidades privadas, suas mantenedoras ou proprietárias, estão excluídas do acesso a isenções ou concessões fiscais de qualquer natureza.

§ 2º - Para a concessão de bolsa de estudos nos termos do art. 213 da Constituição Federal, fica o Estado obrigado a suprir a deficiência identificada no prazo máximo de dois anos.

Art. 286 - As despesas com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não poderão exceder sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo único - O Estado e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto, neste artigo, deverão retomar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

Art. 287 - Os vencimentos do Secretário de Estado, sujeitos aos impostos gerais, incluído o de renda, não serão inferiores aos auferidos, em espécie, a qualquer título, pelo Desembargador do Tribunal de Justiça, ressalvadas as vantagens de caráter individual a este asseguradas.

Art. 288 - Esta Constituição, com as Disposições Gerais e o Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias, entra em vigor na data da sua promulgação.

Maceió, 5 de outubro de 1989.

Francisco Mello, Presidente - Oscar Fontes Lima, 1º Vice-Presidente - Dilton Simões, 2º Vice-Presidente - Manoel Lins Pinheiro, 3º Vice-Presidente - Antônio Amaral, 1º Secretário - Sabino Romariz, 2º Secretário - José Medeiros, Presidente da Comissão Constitucional - Benedito de Lira, Relator - João Neto, Relator Adjunto - Edval Gaia, Relator Adjunto - Emílio Silva, Relator Adjunto - Manoel Gomes de Barros, Relator Adjunto - Afrânio Vergetti - Antônio Holanda - Cleto Falcão - César Malta – Diney Torres - Elísio Sávio - Ismael Pereira- Jota Duarte - José Bernardes - José Bandeira - José Augusto - José Humberto Villar Zeca Torres - José Nascimento Leão – Manoel Pereira Filho - Nenoí Pinto.

Participantes: Alcides Falcão - Elionaldo Magalhães - Euclides Mello – Hélio Lopes- Isaac Nascimento - João Sampaio - Francisco Porcino.

Apêndices

A1:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Diretoria de Fiscalização Municipal – D.F.A.F.O.M.

RELATÓRIO AFO-DFAFOM Nº 065/2007

Ente: Prefeitura Municipal de

Gestor:

Assunto: Inspeção "In Loco"

Exercício Inspecionado: Janeiro à Dezembro de 2004.

Período: 16 de novembro à 18 de novembro de 2005.

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO:

- Técnico de Controle Externo
- Técnico de Controle Externo
- Técnico de Controle externo
- Técnico de Controle externo
- Procuradora

DIRETOR TÉCNICO: Dário César Barbosa da Silva

PREÂMBULO

Por determinação do Exmo. Sr. **EDIVAL VIEIRA GAIA**, MD. Presidente deste Tribunal de Contas, através do ofício OGP nº **838/2005** de 14 de novembro de 2005, iniciamos em 16 de novembro 2005, inspeção "in loco" nos serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal de

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade em concordância com a Lei Federal nº 4.320/64, e outras legislações em vigor, iniciamos os nossos trabalhos de fiscalização, utilizando o método de **AMOSTRAGEM** e procedimentos de Auditoria, que julgamos necessário diante das situações que se apresentaram a ocasião.

A2:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
AUDITORIA

A11

RELATÓRIO AFO -DFAFOM Nº /2012

INTERESSADO:

GESTOR:

ASSUNTO: Inspeção "In Loco"

PERÍODO: Janeiro a Dezembro de 2012

PREÂMBULO

O Exm^o Sr. Cicero Amélio da Silvas, M.D. Conselheiro Presidente desta Augusta Corte de Contas designou uma equipe composta pelos Técnicos e da Procuradora , objetivando inspecionar a Prefeitura de , analisando a legalidade dos atos administrativos constituídos no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2012.

Os trabalhos foram planejados de acordo com o previsto pelo art. 97, IV e V, da nossa Constituição Estadual, combinado com os arts. 1^o VI 4^o e 5^o, inciso I da Lei nº 5.604, datada de 20 de janeiro de 1994, publicada no DOE, edição do dia subsequente, a qual dispõe sobre a lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

RESPONSABILIDADE LEGAL

1

B:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Diretoria de Fiscalização Municipal - DFAFOM

(B)

RELATÓRIO AFO-DFAFOM Nº 117/2006

ENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE

GESTOR:

EXERCÍCIO INSPECIONADO: 2003

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO:

DIRETOR TÉCNICO

DÁRIO CÉSAR BARBOSA DA SILVA

APROVOS/Lei
A Lei n.º 9424/96 (tem no Rel. B)
B Resolução n.º 3 do C. N. Educ. 12/10/97
C Lei de diretrizes e Bases n.º 9394/96

1 - PREÂMBULO

Devidamente autorizado através do Ofício 341/05 GP, Datado de 27 de maio de 2003, exarado pelo Sr. **Edval Vieira Gaia**, Presidente desta Augusta Corte de Contas, foram designados, os Técnicos de Controle Externo,

e as Procuradoras

, objetivando inspecionar a Prefeitura Municipal de

com referencia ao período de 1 de janeiro a dezembro de 2003, pertinentes aos documentos contábeis da referida prefeitura, tendo em vista as atribuições constitucionais contidas nos artigos 71 e 75, da Constituição Federal e art. 97 IV e V, da Constituição Estadual combinado com os Artigos 1 VI, 4 e 5, inciso I, da lei 5.604, a qual dispõe sobre a lei Orgânica do Tribunal de Contas do

(A)

my
B
L

C:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
Diretoria de Fiscalização Municipal – D.F.A.F.O.M.

RELATÓRIO AFQ-DFAFOM Nº 080/2006

Enter: Prefeitura Municipal de

Gestor:

Assunto: Inspeção “In Loco”

Exercício Inspeccionado: JANEIRO Á DEZEMBRO DE 2003.

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO:

- Técnico de Controle Externo
- Técnico de Controle Externo
- Procuradora
- Engenheiro
- Técnico de Controle Externo
- Técnico de Controle Externo

DIRETOR TÉCNICO:

PREÂMBULO

Por determinação do Exmo. Sr. **EDIVAL VIEIRA GAIA**, MD. Presidente deste Tribunal de Contas, através do ofício **OGP nº.269/05** de 28 de abril de 2005, iniciamos em 02 de maio de 2005, inspeção “in loco” nos serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal de

Com base nos princípios fundamentais de contabilidade em concordância com a Lei Federal nº 4.320/64, e outras legislações em vigor, iniciamos os nossos trabalhos de fiscalização, utilizando o método de **AMOSTRAGEM** e procedimentos de Auditoria, que julgamos necessário diante das situações que se apresentaram a ocasião.